

ALEXANDRE VIEIRA

FIGURAS GRADAS

DO

MOVIMENTO SOCIAL
PORTUGUÊS

EDIÇÃO DO AUTOR
LISBOA - 1959

ALEXANDRE VIEIRA

FIGURAS GRADAS

DO

MOVIMENTO SOCIAL
PORTUGUÊS

DO AUTOR:

EM VOLTA DA MINHA PROFISSÃO

COMO SE CORRIGEM PROVAS TIPOGRÁFICAS

(De colaboração). Esgotado.

FIGURAS GRADAS DO MOVIMENTO SOCIAL PORTUGUÊS



EDIÇÃO DO AUTOR
LISBOA - 1959

36197

ALEXANDRE VIEIRA

FIGURAS GRADAS

MOVIMENTO SOCIAL

1959
TIP. J. R. GONÇALVES, LIMITADA
RUA DA PORTA DO SOL, 30
PORTO

O AUTOR sente-se obrigado a manifestar o seu inelével reconhecimento a alguns dos amigos que contribuíram para o aparecimento do presente livro. Cabe o primeiro lugar ao proprietário da oficina onde o volume foi composto e impresso, amigo desde a infância, que, a tantas provas de estima que lhe deve, quis juntar mais uma. Vêm a seguir: ANTÓNIO TEIXEIRA DE ARAÚJO, MESTRE IMPRESSOR, que, além da sua proficiente cooperação profissional, carrou subsídios para a elaboração de algumas biografias; FERNANDO PINTO, INTELIGENTE COLEGA E AMIGO, que lhe deu excelente ajuda na revisão das provas tipográficas, e ALFREDO FERREIRA, MESTRE FOTÓGRAFO, que lhe prestou óptimo auxílio no arranjo das fotografias.

O AUTOR.

INTROITO

No preâmbulo do livro *Em Volta da Minha Profissão* dizia eu que «urgia forcejar por que se faça a história do Movimento Operário em Portugal, a qual tem aspectos interessantíssimos».

Atendendo a que não era apenas a minha pessoa a pensar deste modo, pois havia um grupo de confrades dos mais chegados que tinha idêntica opinião (alguns deles já desaparecidos, como Emílio Costa e Campos Lima), reunimo-nos, por vezes, para fixar o plano da obra, obra que deveria ser constituída por dois volumes, a publicar em fascículos, com copiosas gravuras.

Chegámos, porém, à conclusão de que o momento não era propício para o efeito.

E não era propício porque, apesar de se tratar de história, poderia suceder que forças exteriores nos quisessem impedir de narrar parte dela, pelo que a publicação ficaria truncada e, por consequência, gravemente prejudicados editores e leitores.

Ora, como dos componentes do grupo em referência já poucos restam, e é indubitável que, volvida uma meia-dúzia de anos, não existirá sequer um, como reliquia, quero, pelo que me concerne — correspondendo, aliás, a incitamentos que me têm sido feitos não só por pessoas que formam nos arraiais em que gravito, mas também em sectores sociais diferentes —, continuar dando à

estampa subsídios que, embora singelos, reunidos a outros, servirão, possivelmente, para, em melhor oportunidade, se lançar ombros ao empreendimento que neste instante não é factível.

É pena que alguns elementos que se encontram em condições idênticas às minhas, isto é, que viveram, como eu, um período em que muito se batalhou pela melhoria da situação económica e social dos trabalhadores — parte deles com a vantagem de estarem melhor documentados do que a minha pessoa —, não reünam, por sua vez, numa brochura, alguns dos materiais que possuem, com o que os futuros historiadores tudo teriam a lucrar. Abro uma excepção, no que presto apenas um acto de justiça. Tal excepção é para César Nogueira, que tem sido, em tais domínios, duma actividade admirável.

Figuras Gradadas do Movimento Social Português ⁽¹⁾, livro constituído por biografias de homens que deram a sua actividade ao Sindicalismo — já quase

⁽¹⁾ Sabido que *social* é termo que envolve uma significação muito lata, pois no seu sentido geral compreende a organização das sociedades humanas e sua estrutura política, económica, etc., quero esclarecer que quando falo de figuras do movimento social português

todas publicadas em vários jornais e revistas —, será, para o efeito, um simples repositório. É incompleto porque apenas uma pequena parte dos militantes da «velha guarda» aqui aparece, e não exclusivamente operários, mas também outros assalariados, como empregados de escritório, funcionários públicos e ainda pessoas saídas de profissões liberais. Acrescentarei que nestas últimas não estão incluídas algumas que prestaram excelente cooperação ao Movimento Sindicalista, como os professores Dr. Aurélio Quintanilha e César Porto, Dr. Sobral de Campos, os jornalistas Pinto Quartim, Jaime Brasil, Julião Quintinha e Artur Portela, o artista Cristiano de Carvalho, o escritor Manuel Ribeiro, etc.

Quanto aos elementos propriamente assalariados a que acima aludo, sinto que não me seja possível dar, pelo menos, as biografias de alguns que foram esforçados combatentes não exclusivamente nos correspondentes organismos sindicais, mas igualmente na União Operária Nacional, Confederação Geral do Trabalho,

me refiro, como claramente transparece do contexto deste volume, a elementos saídos dos sectores idealistas mais avançados, elementos que actuaram no propósito de contribuir para que as condições sociais existentes se modificassem em sentido mais humano e progressivo.

Federações de Indústria, Uniões de Sindicatos, e na imprensa operária (¹).

E não me é possível porque, para o fazer, teria a presente brochura que apresentar-se muito volumosa, o que, além de elevar talvez ao dobro o custo da sua composição e impressão (e a verdade é que estou sèriamente apreensivo com a dificuldade que vou ter em pagar a factura desta), significaria que a aquisição dum simples exemplar se tornaria assaz difícil para algumas pessoas, sabido como é que os ganhos dos que trabalham não possibilitam despesas extraordinárias, ainda mesmo quando se trate de livros como este, cujo objectivo é o de inteirar a geração operária actual da soma de esforços que tem sido mister realizar para se obter do patronato condições de trabalho mais suportáveis que as existentes.

Talvez em futuro volume — se para tal se proporcionar ensejo — possa ser ampliada a lista de nomes de

(¹) Devo esclarecer que os militantes a que aludo não pertenceram apenas a Lisboa, mas também a outras regiões do País, especialmente ao Porto e ao Alentejo. Quanto ao Porto (que tantos e tão prestimosos militantes tem dado), apenas dois constam do presente volume, e do Alentejo nem sequer um, nem mesmo um Joaquim Candieira, que foi dos mais esforçados lutadores da classe dos trabalhadores rurais.

militantes que, pelas razões expostas, não aparecem neste (¹).

Haverá, seguramente, quem estranhe que eu inclua neste volume a biografia do Dr. Afonso Lopes Vieira, biografia que publiquei em *A Voz do Operário*, pouco depois do falecimento do Poeta. E tal estranheza provirá da circunstância de se não ignorar que o extinto formou em sector social diametralmente oposto ao do autor, isto é, no Integralismo.

Se isso é certo, houve, porém, na vida desse escritor atitudes em que demonstrou que era um carácter nobre, o que não me é indiferente, antes pelo contrário. Duas dessas atitudes manifestou-as em relação a adversários políticos: Raul Proença e a minha pessoa. Para com Proença, num momento em que este forte luta-

(¹) Vários camaradas incitaram-me a que inserisse na presente brochura umas notas biográficas que a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* publicou a respeito da minha pessoa. Estive tentado a fazer essa inserção — acompanhada, é óbvio, de sua nótula antológica, à semelhança do que sucede em relação às biografias que constituem o livro —, desconchavo que teria como atenuante a circunstância daquelas notas não serem de meu punho. Desisti, porém, para me dar ares de modesto, embora seja um paroquiano um tanto vaidoso...

Assim se explica que em vez de trinta biografias, como anunciara, apareçam vinte e nove.

dor era contumazmente perseguido, não se havendo arre-
ceado de lhe dar abrigo na sua acolhedora casa; para
comigo, quando, em pleno tribunal da Boa-Hora, decla-
rou, com altivez, que se honrava de acamaradar com os
tipógrafos que compunham os seus livros.

Ora, quando surge alguém, quer seja integralista
ou miquelista, que procede com tamanha nobreza de
sentimentos, impõe-se tanto ao meu respeito como o meu
mais próximo e mais íntegro confrade.

Muitas, quase todas as pessoas que figuram nas
biografias que constam do presente volume, foram con-
sideradas, pelos que ocupavam posição de mando — sem
excluir, é claro, os seus mandatários —, criaturas peri-
gosas, e como tal tratadas.

Eram reputadas assim por manifestarem o seu
descontentamento pela maneira como estava e continua
estando constituída a sociedade, cujas iniquidades de-
nunciaram e combateram vivamente, umas vezes por
meio do livro e do jornal, outras pela palavra falada
e ainda outras forcejando, nos correspondentes agrupa-
mentos profissionais, e fora deles, por criarem melhores
condições de trabalho e de vida para quantos estavam
e continuam sujeitos à dura condição de assalariados.

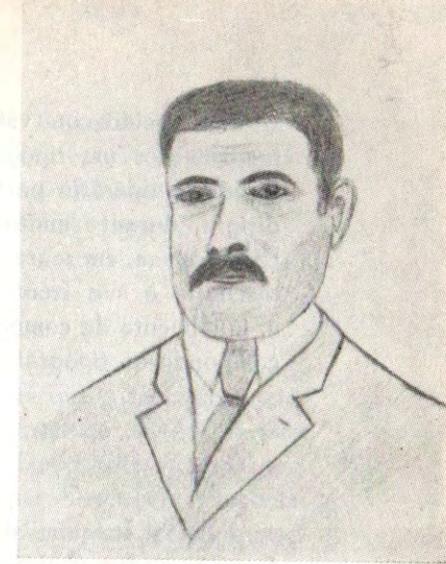
E, todavia, a começar no rude operário pedreiro
João Caldeira e a acabar no culto doutrinário que foi
Nazianzeno de Vasconcelos (Neno Vasco), que gran-
deza de alma patentearam esses inconformistas, que
carinho pelas esposas e pelos filhos, que abnegação na
defesa dos companheiros!

Sim, dos companheiros, porque sendo, em regra,
profissionais de escol — é bom não esquecer que na
relação de militantes que aí fica se encontram nomes
que eram dos mais idóneos nas respectivas profissões —,
se preferissem olhar sobretudo aos seus interesses indi-
viduais, isto é, se fossem egoístas, teriam ocupado os
primeiros lugares nas Escolas, nos Escritórios e nas
Oficinas, e, conseqüentemente, haveriam gozado uma
existência tranquila, sem se verem forçados a passar
meses e anos violentamente separados das esposas e dos
filhos, quantas vezes com a morte a espreitá-los, quando
os não aniquilou longe dos seus e da terra onde nasceram!

Altruístas, é a justa designação que cabe aos vinte
e nove homens cujos nomes hoje trago a público, pelo
que, ao fechar este intróito, quero render-lhes a homena-
gem do meu maior respeito por haverem dado belos
exemplos de humanidade, de solidariedade e de nobreza.

JOAQUIM DOS ANJOS

TIPÓGRAFO, REVISOR
E TRADUTOR



ENTRE os mais cultos tipógrafos que morreram no primeiro quartelão deste século conta-se um que foi nobilitante obreiro, quer como manuseador de caracteres de Imprensa, quer como revisor-tipográfico, quer como tradutor: Joaquim dos Anjos, falecido em 1918, com 62 anos de idade, vitimado por uma terrível doença, provocada pela chamada «pneumónica», que tem ceifado grande número de tipógrafos: a tuberculose, doença a que, por minha vez, consegui subtrair-me precisamente na época em que tombou o preclaro colega.

Depois de Joaquim dos Anjos haver exercido, durante dezenas de anos, a profissão-madre na extinta Companhia Nacional Editora (uma das maiores e das melhores oficinas gráficas que Lisboa tem possuído), ocupou, nessa mesma empresa, o lugar de revisor-tipográfico, que acumulou com o de tradutor para as línguas espanhola, italiana e francesa. E se era exímio em qualquer das duas primeiras modalidades, na última não foi somente exímio, porquanto adoptava um processo de trabalho que tinha tanto de inusitado como de surpreendente: em pé, face ao seu cavalete de tipógrafo, colocado o livro que servia de original numa das partes laterais da caixa de composição, empunhava o seu velho componedor, e, directamente, isto é, enchendo linha a linha aquele instrumento de trabalho, assim levava a efeito a versão da obra!

Parecido com este método, só conheço um outro, adoptado também por um tipógrafo com T maiúsculo, e que foi o maior jornalista operário português: Manuel Luís de Figueiredo, o qual dirigiu, durante muitos anos, o jornal *O Trabalho*, de Setúbal. Este homem, em regra, não escrevia o que publicava. Sem qualquer rascunho à sua frente, punha-se, por sua vez, diante da caixa, e, igualmente de componedor em riste, improvisava os seus artigos, compondo-os tipograficamente. E que artigos!

*

Mas Joaquim dos Anjos não se salientava apenas pelas facetas a que venho de aludir. Foi também poeta e prosador. Sob este último aspecto, a prosa saía-lhe correntia e escorreita, conforme se pode verificar pelo seu *Manual do Tipógrafo*, um livrinho duma utilidade incontroversa, que foi lançado, em 1900, pela Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, ao tempo administrada por Justino Guedes, isto é, antes de ter aparecido o *Manual*, de Libânio da Silva, um grande Mestre.

É, todavia, mais conhecido como poeta, podendo asseverar-se que, apesar da corporação gráfica haver dado muitos cultores das Musas, e alguns deles de grande valia, os melhores dentre estes, como João Black e Avelino de Sousa, consideravam Joaquim dos Anjos o Mestre.

Foi-o, de facto, não apenas pelo volume da obra produzida (no que talvez só terá sido excedido pelos dois supracitados colegas e por Augusto César de Sousa), mas também pela substância, musicalidade e perfeição dos seus versos, a maior parte dos quais exteriorizava uma elevada preocupação pelos temas de carácter social, no seu aspecto mais humano e progressivo.

Nas festas que a extinta Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa promovia amiúde, sobretudo no período em que teve a sua sede na Rua de S. Bento, eram quase sempre recitadas poesias da autoria do distinto tipógrafo, como se vê compulsando a revista *O Gráfico* (edição de 1904 a 1908), em que colaborou assiduamente, havendo logo o primeiro número inserto uma bela produção sua, intitulada *A Imprensa*. Também em 1911, deu à

estampa uma *plquette*, que denominou *A Liberdade* («Fantasia dramática alusiva à implantação da República em Portugal»), em que entram três personagens designados: «Liberdade», «Portugal» e «Oceano», poema que é um hino à Democracia.

*

Mas não era apenas entre os confrades que o fecundo poeta gozava de renome. A prová-lo está a circunstância de, nos saraus que a Associação de Socorros Mútuos Tipográfica Lisbonense (nos tempos em que foi seu director Luís Derouet) promovia anualmente no antigo Teatro da República, e nos quais quase sempre se exhibia a banda da Guarda Nacional Republicana, haver sido invariavelmente convidado a colaborar, com poemas de sua lavra, poemas que eram recitados pelos melhores actores da época, como Eduardo Brasão, Henrique Alves, Augusto Rosa, Ferreira da Silva, Chabi Pinheiro, Lucinda Simões, Palmira Bastos e outros, acamaradando ainda com poetas como Júlio Dantas, Augusto Gil, João de Barros, Mayer Garção e Forjaz de Sampaio.

E, todavia, Joaquim dos Anjos, autodidacta, era um operário, e operário de aparência assaz modesta.

Mas a circunstância de serem geralmente classificados de *humildes* homens da sua categoria social é um qualificativo que só pode ajustar-se-lhes, com propriedade, pelo facto de formarem entre o proletariado, isto é, em consequência da sua condição económica, visto que a capacidade intelectual e moral de homens da têmpera de Joaquim dos Anjos ultrapassa, por vezes, a de muitos que amiúde são rotulados de criaturas superiormente dotadas.

Não sofre dúvida que hemos tido alguns grandes nos nossos arraiais.

A GUTENBERG

*De bem longe... d'além... das terras da Alemanha,
Como em nimbo de luz, fantástica, brilhante,
Surgiu ao nosso olhar uma figura estranha
De soberbo vigor — audaz e triunfante.*

*O mundo olhou, pasmado, o assombroso vulto
Que rasgava do erro a triste escuridão
E a Humanidade inteira ainda presta culto
Ao Deus que trouxe um sol a cada coração.*

*Pois c'roa-se de louro um homem que na guerra
Trucida os seus irmãos, e fere, e assassina,
E não se há-de adorar o que por toda a terra
Difunde o santo amor, a inspiração divina?*

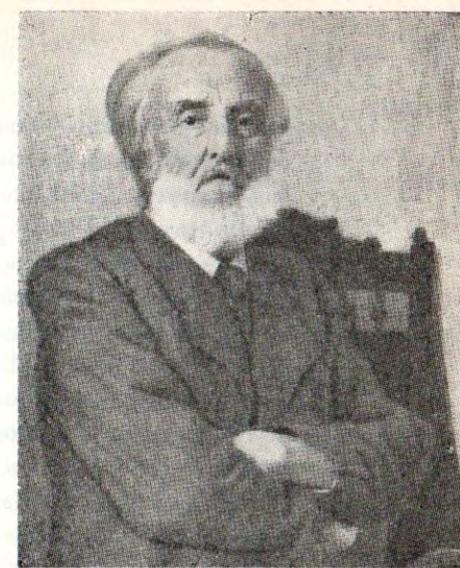
*Erguer-lhe um monumento ao mérito não basta.
Merece uma ovação enorme, colossal.
Soltemos da noss'alma um brado entusiasta:
«Bem-dito Gutenberg, o Mestre Genial!»*

(1913).

JOAQUIM DOS ANJOS

JOSÉ BENEDY

TIPÓGRAFO, FOTÓGRAFO
E FOTOGRAVADOR



No dia 1 do mês de Novembro de 1951 faleceu, em Lisboa, José Benedy, com 85 anos de idade. Era quatro vezes decano: decano dos tipógrafos, dos fotógrafos, dos fotografeiros e dos jornalistas operários.

Com o velho lutador não desapareceu apenas um dos espíritos mais brilhantes que têm dignificado as Artes Gráficas, mas também um homem em quem os impulsos do coração sobrelevavam as exigências do estômago, porquanto, se gastou a longa existência a pelear pela melhoria da situação económica e social — não dele, mas de seus pares —, foi exactamente por ser dotado duma sensibilidade moral inultrapassável, que não tolerava a incongruência de, enquanto pessoas que realizam funções úteis à comunidade terem, no seu máximo número, uma existência incomportável, haver muitas outras a quem nada falta, não obstante estar por descobrir a utilidade das preocupações das últimas.

Tendo começado, de tenra idade, por exercer a profissão de compositor tipográfico nas oficinas dos Irmãos Lallemand, passava, a breve trecho, para as do *Jornal da Noite*, onde começou a ser então composto o diário *O Século*, vindo mais tarde a trabalhar também como fotógrafo deste jornal.

Entre os muitos empreendimentos de sentido social que se devem a José Benedy, nos quais o coração desempenhava sempre o papel preponderante, recordarei que foi mercê de iniciativa

sua que em 1906 — quando do terrível desastre, seguido de incêndio nas minas de carvão, que vitimou, em Courrières (Pas-de-Calais-França), 1.200 mineiros — a Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa promoveu um bando precatório a favor das famílias das vítimas, ao mesmo tempo que publicava, com gravuras cedidas por *L'Illustration*, de Paris, um belo número-único, em que colaboraram: Acácio de Paiva, Alberto Pimentel, Dr. Alfredo da Cunha, Alfredo Gális, D. Angelina Vidal, António Xavier da Cunha, Avelino de Sousa, Dr. Bernardino Machado, Dr. Cândido de Figueiredo, Augusto César dos Santos, Emilio Zola, Gomes Leal, Guerra Junqueiro, Heliodoro Salgado, José Benedy, Madox Brown, Dr. Miguel Bombarda, Nozière (cronista de *L'Illustration*), Nunes da Silva, Rocha Martins, Silva Ferreira, Teixeira Severino e Dr. Trindade Coelho (pai).

Por ocasião desse bando precatório deu-se um episódio que Benedy nos contou, e que um colega nosso, já falecido (Carlos Mascarenhas, que foi rapaz de grande coração e de boa cabeça) descreve assim: «Ao subir ao 1.º andar dum escritório situado numa das ruas da Baixa, para colher donativos, encontrou a porta aberta. Entrou. Ninguém, porém, se encontrava presente, ou não deu pela presença de ninguém. Passou a outra sala, igualmente deserta, onde estava um cofre escancarado e a abarrotar de dinheiro, ao alcance da sua mão. Sem a mais leve emoção, olhou o «senhor do mundo», que se lhe oferecia, mas não se deixou tentar pela lindeza do maganão... Quando, após tempo, apareceu gente da casa, limitou-se Benedy a avisar: «O cofre está aberto». E com a mesma tranquilidade com que subira, desceu a escada, sem peso a mais no saquitel e na consciência. E Benedy rematou, sem pretender impor a sua honestidade: «Quando não roubei daquela vez — em que fui posto à prova, involuntariamente — é porque não nasci para ladrão...».

Não me proponho anotar, nem sequer em síntese, os empreendimentos que Benedy levou por diante, e que foram numerosíssimos, e muito menos aqueles em que colaborou activamente.

Simplemente testemunharei que enquanto a doença não o empolgou e os seus órgãos locomotores não se atrofiaram, onde houvesse uma causa justa a defender, uma injustiça a reparar ou

uma nota progressiva a reforçar, estava presente o que foi um animoso lutador. E presente não exclusivamente para afirmar a sua solidariedade moral, mas para tomar lugar activo na vanguarda.

Assim, recordarei a sua diligente participação, em 1908, no movimento pró-indulto dos marinheiros republicanos que tomaram parte numa tentativa revolucionária contra a monarquia; a cooperação que prestou, em 1909, ao protesto com que em Portugal foi secundado o movimento erguido em todo o mundo contra a condenação à morte, em Espanha, de Francisco Ferrer, o fundador da «Escola Moderna»; o apoio que deu, com todo o entusiasmo de que era capaz, às reclamações votadas no III Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Lisboa e acerca do qual corre impresso um trabalho de sua autoria, e, finalmente, o indignado protesto com que estigmatizou o infame assassinato de alguns elementos republicanos, entre eles Machado Santos, António Granjo e Carlos de Maia, na lúgubre noite de 19 de Outubro de 1921, protesto que exteriorizou por uma forma singular: deixando de usar gravata até à hora da morte, depois de veementemente haver declarado que «se a gravata é um símbolo da civilização, desde que se cometiam barbaridades como aquela, preferia não ser civilizado». E embora em mais de uma circunstância tivessem pretendido coagi-lo a quebrar a sua resolução — inclusive na repartição do Ministério da Agricultura em que por essa época era funcionário — mostrou-se inabalável.

*

Fez José Benedy — a quem a amarga face da vida nem sempre anulou completamente o optimismo — centenas de conferências sobre os mais variados assuntos, especialmente acerca de questões de carácter social, e escreveu muitíssimas poesias, milhares de artigos e várias teses, uma destas intitulada «O analfabetismo e as suas causas», apresentada, em 1908, num «Congresso de Instrução Popular», efectuado na Sociedade de Geografia, em Lisboa, onde Benedy representava o diário operário *A Greve*, de que foi um dos principais redactores.

Deu-se, nesse Congresso, um episódio que não resisto à tentação de referir:

Tendo sido concedida a palavra a Benedy, para defender aquela sua tese, como se dirigisse para a tribuna dos oradores metido numa espécie de capote, conhecido por «gabão de Aveiro», ao tempo muito em uso, causou a sua indumentária certa estranheza na assembleia, onde predominavam as casacas e os decotes, pois estava-se em plena sessão inaugural. Essa sensação de estranheza, que não passou despercebida a Benedy, avolumou-se quando, ao iniciar o seu discurso, teve a audácia de declarar que não levava sob o gabão a carabina de Buíça, numa alusão à arma com que, em 1 de Fevereiro, haviam sido assassinados o rei D. Carlos e o príncipe Luís Filipe, e bem assim ao revolucionário que se afirmava tê-la empunhado.

Porém, volvidos alguns instantes, a frieza da assembleia transformava-se em entusiástica ovação, ante os admiráveis conceitos desenvolvidos pelo orador, o qual, não só por isso, mas também pela transparente sinceridade com que se exprimiu, ao abandonar a tribuna, foi saudado com quentes e repetidos aplausos.

José Benedy deixou, entre muitas outras, estas recordações deveras gratas ao nosso espírito: a de um artista gráfico de escol, sobretudo grande fotógrafo; a dum jornalista e poeta que escrevia bem e que sabia escrever o que sentia; a dum infatigável batalhador por uma sociedade equitativa; a dum homem desprendido ao máximo e, finalmente, a dum coração dos melhores que têm pulsado em peitos humanos.

NÓTULA ANTOLÓGICA

AMOR MATERNAL

AS MÃES

*Se um dia a luz do Sol de todo se apagasse
E a Terra, escurecida, o seu calor perdesse;
Se o Mar, numa geleira, inteiro, se convertesse;
E a Vida Universal, enfim, paralisasse;*

*Se o Velho Padre-Eterno, o próprio Deus morresse;
Se o Tempo mais não fosse e ao Caos tudo voltasse;
Se o pó dos Mundos todos ao Nada se tornasse
E um Coração de Mãe, um só, sobrevivesse...*

*Bastava só que o Sol tocasse, levemente,
Num tímido «Fiat», o escrínio precioso,
Para acender-se a Luz do Astro, novamente,*

*Para explodir, de novo, um Génesis formoso
Da chama desse Amor, sublime e transcendente
Do Coração Materno, amante e carinhoso.*

(1913).

JOSÉ BENEDY

JOÃO BLACK

TIPÓGRAFO E BIBLIOTECÁRIO



COM 83 anos de idade faleceu, em 18 de Dezembro de 1955, mais um tipógrafo da «Velha Guarda», que foi também poeta popular dos de maior valia: João Salustiano Monteiro, mais conhecido por «João Black», nome literário que adoptou em reconhecimento para com um desportista internacional de renome: Charles Henry Bleck, filho de súbditos ingleses, mas nascido em Lisboa, e que se naturalizara português, o qual, possuidor duma quinta no concelho de Almada, de que o pai do nosso extinto camarada era caseiro, se interessou pelo pobre rapazito, por o achar dotado de espírito muito vivo, vindo a proporcionar-lhe a frequência da escola primária e do Liceu.

Tendo abandonado, por capricho de garoto, os estudos secundários, após o 2.º ano de Liceu, entrou Black, como aprendiz, para uma tipografia de Almada, donde transitava, meses volvidos, para oficina similar em Lisboa.

Exercendo a profissão com intermitências, pois era irrequieto como impenitente *gavroche*, experimentou diferentes modos de vida, vindo finalmente a deter-se, quando adolescente, no primitivo ofício, havendo tido a fortuna de fixar-se nas, então, grandes oficinas da Companhia Nacional Editora, onde teve como mestres Joaquim dos Anjos, Monteiro de Barros e o insigne artista Joaquim Marques, este último meu mestre também, mais tarde, nas importantes oficinas do Anuário Comercial, ao tempo no edifício do Palácio Foz.

Com decidida propensão para a poesia — a que não deve ter sido estranha a influência de Joaquim dos Anjos —, contactou também o nosso camarada com Guerra Junqueiro, num dos demorados estágios que o admirável lírico fez em Lisboa, tendo recebido dos dois mestres lições que lhe foram assaz proveitosas.

Pode afirmar-se que, depois de Joaquim dos Anjos e de Avelino de Sousa, seu companheiro e amigo, foi João Black o tipógrafo lisbonense que maior produção poética apresentou — maior e da melhor. Muitas das canções que escreveu cantava-as o autor, com sua agradável voz de barítono e óptima pronúncia, sobretudo em festas de trabalhadores, estando arquivadas nas colunas de muitas revistas e jornais, especialmente em *A Voz do Operário*, elevado número dos seus versos.

A última tipografia em que exerceu a actividade profissional foi na da Sociedade *A Voz do Operário*, havendo transitado, ao cabo de uma dezena de anos, da oficina para a Biblioteca da importante instituição. E tanta probidade pôs na sua acção como bibliotecário que, uma vez atingido o limite de idade, a assembleia geral da Sociedade o colocou na situação de inactividade em condições que envolveram uma homenagem de expressivo reconhecimento para com o dedicado funcionário e para o Amigo da instituição, de cujo jornal era um dos colaboradores mais prestimosos, tendo, nessa qualidade, dirigido a secção «Carteira dum Operário».

*

De tendência socialista, o extinto confrade deixava transparecer, em tudo quanto escrevia, as suas preocupações tanto de carácter social como educativo, e a prová-lo está, sob o segundo dos aspectos em referência, a solicitude que lhe mereciam as coisas que pertenciam ao domínio da instrução, e, sob o primeiro, a veemência com que escreveu as estrofes do hino do diário operário *A Batalha* e bem assim a acção que exerceu em vários agrupamentos ideológicos e ainda na extinta Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa, parte dessa acção como componente de Direcções do antigo baluarte sindical dos tipógrafos.

Como, apesar de já durázio, disponho de pernas mais rijas do que eram as de Black nos seus últimos tempos, de longe em longe rendia-lhe visita na sua tebaída do Bairro da Graça, onde era sempre recebido efusivamente. Recordávamos o Passado, azoragávamos o Presente e almejávamos o Futuro, convictos que, de envolta com este último, surgirá um dia a esquiva Nova Aurora, que a Black merecia arroubos do melhor lirismo.

Poucos meses, porém, antes do falecimento do querido camarada, tendo-nos encontrado na festa do aniversário da Associação dos Inquilinos Lisbonenses (de que ele era velho e prestimoso sócio) e aonde, claudicando, se arrastara para assistir à sessão comemorativa e também para abraçar os amigos, em cujo número eu figurava, achei-o muito abatido fisicamente, pelo que prometi fazer-lhe, em breve, uma visita.

Em consequência, todavia, das minhas andanças, não me foi possível ir abraçá-lo.

E o pior é que só conheci a notícia do seu falecimento já depois de realizado o funeral.

Deixei, assim, de prestar, pessoalmente, a última homenagem não só a um dos tipógrafos que muito honraram a profissão, mas também ao Poeta distinto, que foi, simultaneamente, um dos homens da vanguarda que serviu as suas ideias sociais com dedicação, nobreza e desinteresse.

HINO "A BATALHA"

Música do maestro TOMÁS DEL-NEGRO

Letra de JOÃO BLACK

I

*Surgindo vem ao longe a nova aurora
Que os povos há-de unir e libertar,
— Desperta, rude escravo, sem demora,
Não leves toda a vida a meditar.*

*Destrói as cruas leis da sujeição
E quebra as vis algemas patronais!
O mundo vai ter nova rotação,
Os homens hão-de ser todos iguais.*

CORO

*É justo aos parasitas dar batalha
A terra só pertence a quem trabalha.*

II

*Labutas atrelado ao cruel jugo,
Em troca da miséria por desdouro,
Enquanto o teu patrão, o teu verdugo,
Aumenta à tua custa o seu tesouro.*

*É tempo já de erguer bem alto a voz,
Bradar ao causador do teu sofrer:
— A terra foi legada a todos nós;
Trabalha tu, também, é teu dever.*

CORO

*É justo aos parasitas dar batalha
A terra só pertence a quem trabalha.*

III

*Terrível convulsão sacode a terra
Sedenta de Justiça e Liberdade.
À guerra da opressão sucede a guerra
Que tende a redimir a Humanidade.*

*Saudemos, pois, o facho do porvir,
Das hostes comunais suprema luz.
O lema do futuro é produzir;
Dos lucros só partilha quem produz.*

CORO

*É justo aos parasitas dar batalha
A terra só pertence a quem trabalha.*

(1919).

JOÃO CALDEIRA

OPERÁRIO PEDREIRO



RECORDO neste instante um dos militantes sindicalistas mais populares, com quem tive o prazer de contactar de perto: João Caldeira, falecido em 1948, e que em 1942 fora forçado a recolher-se a um asilo, por haver atingido os 72 anos de idade e lhe terem faltado as forças para trabalhar, o que fazia desde os 8 anos.

Não querendo admitir a hipótese de que, quando morresse, o seu cadáver não fosse coberto pela bandeira da Sociedade A Voz do Operário, de que há longo tempo era sócio (pois, asilado, não tinha possibilidade de pagar as quotas), pedi-me que apresentasse o seu caso à Direcção daquela Sociedade, a qual, num acto de perfeita camaradagem, o tomou no devido apreço.

Entre tantos elementos da classe trabalhadora que tenho conhecido era, seguramente, João Caldeira dos mais populares. Dos mais populares e dos mais inteligentes, pois apesar de analfabeto, visto que mal sabia traçar o nome — que ele, na sua característica expressão, dizia escrever com um «pau de fósforo» —, quando, nos discursos que pronunciava, e muitos foram, encarecia aos seus camaradas a necessidade de se associarem, tinha conceitos não só admiráveis de intuição, mas também de claro raciocínio, conceitos que expunha em linguagem pitoresca, mas assaz convincente.

Conheci João Caldeira em 1906, na antiga Associação dos Compositores Tipográficos, ao tempo na Rua de S. Bento, edifício atrás do qual existia o «Pátio do Gil», onde nasceu Alexandre Herculano, pátio que o implacável camartelo da Câmara Municipal derribou.

Muito querido dos tipógrafos, era certo em todas as «sessões solenes» e de propaganda associativa, que o extinto sindicato então realizava com frequência, e nas quais usava sempre da palavra. Quando falava, trasbordava de indignação sincera contra as injustiças que atingiam os trabalhadores, e, sem gestos estudados, vibrante, alma em revolta, sublinhava os seus dizeres abrindo os braços, como a querer envolver em estreito amplexo os companheiros que o ouviam, ou batendo com os pés no estrado, como se estivesse esmagando os que viviam da espoliação do trabalho. Era evidente que aquilo vinha lá de dentro.

A sua vida foi rica em episódios. Eis um deles:

Quando, em 1907, vieram a Lisboa dois militantes gráficos do país vizinho (António Garcia Quejido e Francisco Nuñez Tomás, respectivamente presidente e secretário-geral da Federación Tipográfica Española), entre as manifestações de apreço que em honra dos visitantes promoveram os seus confrades de Lisboa contou-se um almoço no Ginjal, do lado de lá do Tejo.

No regresso, o grupo de tipógrafos que à Outra-Banda fora almoçar, e que era acompanhado pelo convidado Caldeira — o qual envergava o único fatinho que possuía, um pouco salpicado de cal, e não usava gravata — entrou no Café Martinho, então o mais chique da cidade.

Não se atreveu o criado-de-mesa a pôr na rua o nosso Caldeira, por o ver enquadrado com os outros, mas, ao servir o café e as bebidas brancas, ao passo que se derretia para os «senhores», mostrava-se malcriado para com o digno operário pedreiro, diferença de tratamento que não passou despercebida aos tipógrafos e muito menos ao vivo espírito do nosso extinto amigo. Este, ao serem servidos aos charutos, deixou, intencionalmente, tombar a colher, que o criado apanhou de muito mau humor, é claro. Mas o seu espanto foi simplesmente colossal quando, ao erguer-se, recebeu da mão calosa do mal enroupado freguês (atracado então a um imponente charuto) uma luzidia moeda de prata de 500 réis, que

naqueles ominosos tempos era opípara gorjeta! Logo o melcatrefe ali se desconjuntou, é óbvio, em mesuras, ante os sorrisos naturalmente expressivos dos tipógrafos e o olhar zombeteiro do grafificador.

*

Mais tarde, numa sessão de propaganda promovida pela antiga Associação dos Empregados de Hotéis e Restaurantes, à Travessa dos Inglesinhos, João Caldeira, que ali fora representar o Sindicato dos Pedreiros, verberando a doblez de muitos criados de mesa e exortando os seus ouvintes a que se mostrassem dignos e corretos, contou o episódio do Café Martinho. Foi tal a impressão produzida que um dos mais cultos associados — Luciano Montes, um autêntico «gentleman», como o era também o seu colega José Sanchez, duas grandes almas já desaparecidas —, ia, a breve trecho, servir de padrinho de um dos numerosos filhos de Caldeira, criança que adoptou e criou e que é hoje um digno empregado de escritório.

*

Tenho pena de que a minha rebelde memória não haja retido muitos dos admiráveis conceitos que ouvi a João Caldeira, quase todos denotando agudeza de espírito, sobretudo por partirem de um homem rude — um «casca grossa», como ele próprio se qualificava. Vou reproduzir os poucos que me ocorrem.

Quando, numa das suas numerosas detenções preventivas, um chefe de polícia lhe perguntara, entre outras coisas, se era religioso, respondeu que ainda não deliberara sobre a religião a seguir, pois sabendo que havia, pelo menos, umas 450, tornava-se-lhe difícil a escolha...

A um antigo regente do Albergue dos Inválidos do Trabalho, o qual sabia que Caldeira fora um entusiasta propagandista operário e que, para o desfrutar, lhe dissera: «Caldeira — é preciso que haja uma só bandeira!», ripostou ele, sem detença: «Sim, uma só bandeira e uma única mesa!», que o mesmo era dizer que enquanto existisse uma mesa para os regentes e para o prior, uma

segunda mesa para os restantes empregados e a terceira para os asilados, estes seriam os piores servidos.

Numa sessão realizada, se bem me recordo, em Palma, para a inauguração duma Escola criada pelo Sindicato da Construção Civil e destinada aos filhos dos operários da localidade, Caldeira, no discurso que então fez, lamentou-se de haver tido apenas uma Mãe, considerando mais felizes do que ele os que possuíam duas, frase que pareceu estranha a um dos assistentes. Prosseguiu o orador e, quase ao terminar, voltando-se para aquele, disse: «Quando me lastimava de haver tido apenas uma Mãe, queria dizer que me faltara a Escola — que não é menos necessária que a outra Mãe —, o que aliás não era difícil de compreender, visto que agora se trata de inaugurar precisamente uma Escola».

A um jovem que, na presença de Caldeira, discorria, com grande exuberância, sobre o que entendia necessário fazer-se para que os trabalhadores tivessem uma vida melhor, defendendo a opinião de que a prática do futebol contribuiria para isso, atirou-lhe Caldeira este atómico argumento: «O meu amigo, falando assim, está voando no espaço, no que o não acompanho, porque entendo que se não deve educar com os pés, mas com a cabeça. Acrescentarei que outros rapazes da sua idade seguem, para o efeito, uma outra estrada, estrada em que eu e outros pusemos os candeeiros»...

*

Todos os domingos Caldeira, que tinha grande afeição pela companheira de meio século — cega, havia muito, e que, apesar disso, fazia, enquanto em casa, toda a lida desta, sem excluir o tratamento dos filhos, e que terminou, como aquele, os seus dias num asilo —, ia visitá-la, pontualmente, e durante uns seis anos foi-lhe permitido conduzi-la, apoiada ao seu braço, à antiga moradia comum, na Rua Maria Pia, para falar aos filhos e aos netos.

Metido na sua farda de asilado, sempre muito limpa («asadinha», como ele dizia), ostentando a braçadeira na manga direita do casaco, braçadeira com as iniciais do asilo: «A. I. T. (Albergue dos Inválidos do Trabalho) — que ele, gracejando, dizia ser a abreviatura da «Associação Internacional dos Trabalhadores» —,

nos domingos em que vinha almoçar comigo falava-me, com comovente ternura, de sua Mulher. E daquilo que comia, tanto em minha casa como na de outros camaradas, o melhor bocadinho era para a sua ceguinha.

Quando esta faleceu, o meu antigo companheiro de forçados estágios em várias e esquisitas estâncias citadinas, marítimas e de montanha, transformou-se: caiu verticalmente.

A morte da querida Mulher arrasara o velho propagandista operário, que, a breve trecho, sucumbia, por sua vez.

João Caldeira se não morreu de amor, finou-se de saudade pela companheira bem-prezada.

NÓTULA ANTOLÓGICA

... ..

«Peço desculpa à assembleia por não ser correta a minha linguagem. É que, operário pedreiro, os que me obrigaram a trabalhar, desde pequenino, subtraíram-me à Escola. Sou, porém, suficientemente inteligente para vos dizer que dentro do Sindicato dos Pedreiros se encontra o meu coração, como é meu dever. E o dever e o coração mandam-me que esteja ao lado dos camaradas tipógrafos, como estive por ocasião da greve de Abril de 1904.

«Alguém disse então que os tipógrafos eram operários ricos e os vendedores de jornais eram pobres. Não há operários ricos, nem operários pobres. Os trabalhadores que desempenham o ofício mais rude são os pedreiros, mas trabalham ao ar livre, e, embora ganhem pouco, enchem os pulmões de ar, ao passo que os tipógrafos, se ganham mais (quando ganham), asfixiam em antros infectos, quer trabalhem de dia, quer de noite, e por isso muitos deles morrem tuberculosos. É a provar que é assim está o facto de os operários pedreiros, quando se dirigem, manhã cedo, para o seu trabalho, encontrarem defuntos no seu caminho. São os tipógrafos dos jornais, que passaram a noite a trabalhar».

... ..

(1908).

JOÃO CALDEIRA

PERFEITO DE CARVALHO

OPERÁRIO TIPÓGRAFO



EM 1910, no extinto Sindicato dos Compositores Tipográficos de Lisboa, ao tempo instalado num velho edifício da Rua de S. Bento, quando os militantes gráficos de tendência sindicalista-revolucionária terçavam armas com os elementos socialistas — que então preponderavam naquele como na maioria dos Sindicatos de Lisboa — pela adesão do agrupamento sindical à Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, começou a aparecer nas movimentadas assembleias um rapaz de 17 anos, com cara de certo modo rebarbativa e de aspecto tímido, que, levando sempre consigo livros franceses, acompanhava com a maior atenção os debates travados entre os dois grupos.

Apto Oliveira Lima da Costa — um dos mais cultos colegas com quem tenho contactado, autor do volumezinho intitulado *Iniciação do Compositor Tipográfico* —, informou-me que o jovem, que se chamava Francisco Perfeito de Carvalho, era muito inteligente, e acrescentou que ele estava em dia com as brochuras francesas que se ocupavam de sindicalismo, algumas das quais Emílio Costa traduziria em breve.

Se bem me recordo, não chegou a intervir na discussão. Mas que era dos nossos, não havia dúvida, porquanto não só votou conosco, mas igualmente passou a frequentar a redacção d' *O Sindicalista*, que eu ao tempo, dirigia, comparecendo também na «Casa Sindical» da Rua do Século, o que lhe valeu ir parar, comigo e

com mais uns 500 grevistas, a bordo da fragata *Pero de Alenquer*, quando da greve geral de Janeiro de 1911, onde, por sinal, organizou, com o António Inês ⁽¹⁾, um agrupamento orfeónico, constituído por elementos gráficos, denominado «Grupo do Leão» — talvez por reminiscência do velho agrupamento artístico do «Leão de Ouro» —, o qual não só exhibia suas canções, inclusive o respectivo hino, nas *soirées* que, quase diariamente, um bom número de prisioneiros realizava a bordo, mas que, posteriormente, se reunia em almoços e jantares anuais, um dos quais, efectuado no «Restaurante Ferro de Engomar», em Benfica, foi dedicado, em 1914, a José Maria Gonçalves e à minha pessoa, após a nossa libertação do Forte da Graça, de Elvas.

Volvidos três anos, então já militante maduro, tomava Perfeito de Carvalho parte, como delegado do Sindicato dos Compositores, na Conferência que a Federação Tipográfica Portuguesa realizou na sua sede, à Calçada do Combro, e deu tão boa conta de si que foi eleito secretário-geral da Federação do Livro e do Jornal, ali criada, lugar que não chegou a ocupar por ter partido para o Funchal, onde dirigiu o semanário *Trabalho e União*. Substituiu-o no cargo, Raul Neves Dias ⁽²⁾.

*

Como se encontrasse em Lisboa ao fundar-se, em 1919, o diário operário *A Batalha*, foi Perfeito de Carvalho um dos três tipógrafos que figuraram entre o reduzido número de redactores

⁽¹⁾ Este António Inês, então como hoje tipógrafo, e tipógrafo inteligente, viria a colaborar em *A Batalha*, com o pseudónimo de «Antero de Lima», mantendo uma secção interessante, emparceirando assim com seu irmão Artur Inês, ao tempo impressor tipográfico e hoje chefe da redacção do diário *República*.

⁽²⁾ A Neves Dias, que foi valiosíssimo militante, considero-o o homem com mais capacidade de organizador que tem passado pelas fileiras sindicais gráficas, conforme o demonstrou, eloquentemente, como secretário-geral da Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, homem que alguns anos volvidos, viria a ser o dinâmico administrador da Imprensa Nacional de Lourenço Marques.

da rebelde gazeta: ele, o Luís Consiglieri Sâ Pereira e a minha pessoa, eu por ser então o secretário-geral da União Operária Nacional, ao tempo a central de Sindicatos portuguesa.

Espírito brilhante, servido por uma cultura e uma memória excepcionais, era Perfeito de Carvalho um destes autodidactas que suplantavam doutores. Falava com eloquência e escrevia com uma elegância e uma graça que mereceram referência encomiástica do então director d'*A Luta*, Brito Camacho, que, além de estar do outro-lado-da-barricada, era dos críticos mais difíceis de contentar.

Havendo a Associação dos Compositores, ao tempo em que tinha a sua sede na Calçada do Combro, constituído uma comissão de que faziam parte onze elementos (dos quais apenas restam dois: o Raul Neves Dias e a minha pessoa) para promover uma série de conferências de carácter cultural, em que, além de outros, discursaram Tomás Fernandes, Pereira Mendes e Norberto de Araújo, todos tipógrafos, como certa noite não houvesse comparecido, por motivos imperiosos, o conferente, e na sala estivessem não só gráficos, mas também muitas pessoas estranhas, pediu-se a Perfeito, que fazia parte da Direcção, que realizasse uma palestra. Ele, que era modesto, recusou-se, mas, como insistissem, subiu à tribuna e fez, de improviso, uma conferência tão admirável, sobre o assunto que deveria ser tratado pelo orador anunciado, que mereceu ser vibrantemente aclamado pela assistência.

Porém, se possuía talento, tinha umas coisas que estavam em flagrante antinomia com o seu apelido de «Perfeito», conforme aliás sucede com muito boa gente, a começar pelo paroquiano que traça estas linhas.

Como redactor-principal d'*A Batalha*, via-me constringido a não lhe distribuir missões em que seguramente brilharia, como, por exemplo, a de mandá-lo entrevistar pessoas que, pela posição social ocupada na sociedade, poderiam fazer depoimentos cuja inserção no diário operário seria proveitosa. É que se apresentava, em geral, tão pèssimamente amanhado de fato, e tão mal cheiroso (pois apreciava mais os líquidos alcoólicos do que a insossa água) que o entrevistado ficaria fazendo juízo pejorativo não só do jornalista, mas também do jornal, que, todavia, primava por ser um quotidiano limpo. Assim, era frequente que, à tarde, quando saíamos para jantar, dando-lhe dinheiro para se barbear, o intimasse a aparecer

à noite, na redacção, devidamente escanhado, sem que ele aliás se molestasse com as minhas objurgatórias. E no que dizia respeito à indumentária, bastará dizer que a administração do jornal vezes várias lhe mandou fazer fato, que, estreado ao mesmo tempo que a camisa, cuecas, camisola e peúgas, eram peças que só lhe saíam do corpo quando inteiramente delidas...

Não tinha, porém, apenas atitudes desconcertantes. Assim, apaixonado como era pela música, sempre que se lhe oferecia ensejo, rendia-lhe culto, o que explica que quando uma comissão de amigos d'A *Batalha* promoveu, no Teatro República, seis meses depois do aparecimento do diário operário, uma festa em sua honra, não descansou Perfeito enquanto não organizou um Orfeão, constituído por trabalhadores, aos quais ensaiou em noites sucessivas, na sede da Associação dos Compositores Tipográficos, orfeão que cantou, deveras afinado, o Hino d'A *Batalha*, com música do maestro Tomás Del-Negro e letra de João Black. Nessa mesma festa colaboraram também alguns dos melhores actores e músicos de renome, tendo figurado entre estes últimos o maestro Flaviano Rodrigues.

*

A certa altura, como Perfeito falasse com desembaraço o francês, o espanhol, o italiano e arranhasse o alemão ⁽¹⁾, e, por outro lado, mercê da leitura de jornais estrangeiros, estivesse em dia com os problemas de carácter social que então agitavam o mundo, foi nomeado, pela C.G.T., para ir, como delegado, ao

(1) Era dotado de tal capacidade de assimilação que estudou, sozinho, isto é, sem mestre, aquelas línguas! Tendo em certa ocasião aparecido na redacção d'A *Batalha* um exilado político italiano, tentou Perfeito entabular conversa com ele. Como então não conhecesse a língua daquele, falou-lhe em espanhol e em francês, mas o foragido só falava o seu idioma. Perfeito não desistiu de conversar com o camarada. Ao cabo de oito dias tinha aprendido de tal modo a língua italiana que manteve animada discussão com o seu interlocutor. Também, sem mestre, aprendeu a tocar banjo e bandolim, e andava aprendendo violino na ocasião em que deixou Portugal.

III Congresso da Internacional Sindical Vermelha, que se ia realizar em Moscóvia.

Seguiu, de facto, para a Rússia, onde tomou parte no aludido Congresso, e, como se detivesse uns tempos naquela cidade, lá se casou com uma senhora moscovita, filha de um alto magistrado da antiga nobreza, com a qual viera residir em Paris, ao cabo de alguns meses.

Como nem sequer por carta houvesse dado conta à C.G.T. da sua delegacia, e estivesse para reunir o IV Congresso Confederal, na Covilhã, em 1925, escrevi-lhe para Paris, a incitá-lo a que se deslocasse ao aludido Congresso, para ali apresentar o seu relatório.

Compareceu, efectivamente, na Covilhã, mas, refractário impenitente a todas as normas, em vez de apresentar uma comunicação escrita, como seria curial, exprimiu-se ali de modo tão bizarro que, ante os protestos que a sua atitude provocou, perguntou sarcásticamente «se queriam que fizesse o seu relatório em verso», o que levantou tamanha indignação que teve de remeter-se ao silêncio.

Volvendo a terras de França, passou a tocar banjo num café de Paris.

Decorridos, porém, alguns meses, regressava à sua profissão de tipógrafo, tendo dado boa conta de si como «impositor», numa das pequenas oficinas da capital francesa.

*

Quando, em 1928, regresssei de Moscóvia, onde havia ido, como delegado fraternal, representar a Associação dos Compositores Tipográficos no IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha, ao chegar a Paris fui inteirado, por Perfeito de Carvalho, de que não convinha que seguisse para Portugal, onde o menos que poderia suceder-me seria ir parar à cadeia, o que sucederia pela nona vez.

Forçado, portanto, a deter-me pela *Ville Lumière*, onde tive que exercer a profissão durante cinco belos anos, quase todos os domingos ia de longada a Domont, que fica a uns 50 quilómetros

de Paris, terra em que Perfeito possuía a sua casa, edificada em madeira, construção que, auxiliado por um carpinteiro italiano, seu amigo, levava a cabo num bom lote de terreno que adquirira em excelentes condições de preço.

Recebido sempre com muita amizade, tive assim ensejo de conviver com a companheira de Perfeito, que, fisicamente, era uma senhora interessante. Falava ela várias línguas, tocava piano, dançava na perfeição e possuía outros predicados, que seus aristocráticos pais lhe haviam proporcionado, mas tendo então dois filhos de tenra idade, não sabia tratar deles com a solicitude que é atreita às mães que saem das camadas proletárias, havendo-me mesmo confessado — com natural espanto meu — que abominava os serviços de *ménage!* Assim, o desalinhadão do companheiro via-se forçado, diàriamente, antes de tomar o comboio para Paris, a notificar-lhe, num papel, o que ela havia de comprar para amanhar a comida! E, não raro, tinha ele de dar um reboque à feitura do jantar, ao regressar a casa, o que me parecia representar crua vingança do destino...

A certa altura, a propósito duma discussão sobre coisas do movimento sindical português, zanguei-me com o velho confrade, em consequência do que não mais voltei a sua casa, apesar de Madame, numa afectuosa carta que me endereçou, mostrando-se deveras triste por eu ter cortado relações com o companheiro, me pedir, com o mais vivo interesse, que não mantivesse o rompimento, argumentando que a minha visita lhe dava sempre muito contentamento.

Vim a saber, mais tarde, que a companheira de Perfeito abandonara o lar e que os dois filhos (tiveram um terceiro, que não cheguei a conhecer), haviam sido confiados a uma ama. Ao chegarem os dois primeiros à idade militar, foram mobilizados, tendo o mais novo sido morto no movimento insurreccional da Indochina. O outro, que participou da segunda guerra mundial, havendo atingido o posto de tenente, é actualmente Professor agregado de espanhol na Universidade de Paris.

Francisco Perfeito de Carvalho, que nascera em 6 de Fevereiro de 1893, na Mina de S. Domingos (Alentejo), filho de um tipógrafo que trabalhou na extinta tipografia da Junta de Crédito Público, foi encontrado morto, na cama da sua casa de Domont,

em Março de 1958, tendo sucumbido, portanto, com 65 anos. Vitimou-o um foco infeccioso numa das pernas, mal de que já sofria quando em Portugal, mas que jamais diligenciou combater, porque para isso seria mister seguir um tratamento médico aturado. Ora esse homem — que foi uma das figuras mais inconfundíveis que têm passado pelo movimento sindicalista português e que tinha tanto de talentoso como de excêntrico —, era suficientemente rebelde para se sujeitar às prescrições de qualquer Esculápio, por mais eminente que este fosse.

NÓTULA ANTOLÓGICA

Vai a associação escolar do Liceu de Gil Vicente realizar, no Cinema Condes, uma matinée em favor da sua caixa. E pede-nos que dessa festa publiquemos o anúncio respectivo. O programa é vasto, dizem-no os promotores, e nele figura, entre uma série de filmes cinematográficos, nada menos que um combate de box entre dois Americanos. Cheia de atractivos, como se vê, a festa da associação escolar, mais interessante ainda por motivo da inclusão no programa do combate de soco já aludido. O box é, indiscutivelmente, o mais delicado e útil de todos os desportos, sem desfazer nas touradas, que com ele rivalizam... na delicadeza. Prantam-se dois brutamontes numa superfície a que chamam ring, salta um melcatrefe a que chamam árbitro, marcando o começo da função, e eis que os nossos homens entram, numa fúria doida, a esmurrar-se mutuamente o nariz. Engraçadíssimo. Soco de criar bicho que, sem embargo de ser dado com luvas, chega a pôr os contendores às portas da morte, lavados em sangue. Muito artístico. Há tratados da especialidade onde a gente aprende a melhor forma de reduzir o adversário à inabilidade. Depois duma animadíssima sessão de soco, ressentindo-se já os boxeurs dos murros dados e recebidos, finaliza o chamado round. Há uma paragem de segundos que os trangalhadaças aproveitam para limpar-se do suor. E depois recomeça-se. Os espectadores deliram de entusiasmo. Finda outro round. E depois, de novo se volta à dança. Num combate há anos realizado na América, só ao fim de 33 rounds se decidiu a vitória. A qual vitória é dada ao jogador que tenha deixado o

outro knocked-out, quer dizer, impossibilitado de combater, espalhado no solo, a cabeça numa massa informe e ensanguentada, o nariz deslocado, as orelhas meio despregadas, as faces num bolo. Nada mais correntâneo com os princípios de civilização e progresso que a hora presente reclama e cuja salvaguarda principalmente a cargo da mocidade das Escolas deveria estar. Pois escolheram os promotores da festa da Associação Escolar Gil Vicente um combate de box para valorizar o seu programa. Não vemos decididamente que mereçam felicitações pela escolha.

... ..

Como quer que tivéssemos escrito há dias algumas palavras de desaprovação à inclusão dum combate de box no programa de uma festa escolar, escreve-nos agora uma associação operária perguntando se de bom aviso será meter num festival que vai realizar, um encontro de futebol e uma sessão de jogo-de-pau. E, coagidos deste modo a dar um parecer, explicaremos que a nossa pouca simpatia pelo box não implica aversão aos desportos em geral. Nada disso. O que não vemos é maneira de considerar o box, que é uma brutalidade sem mistura, como uma variante de desporto. Já com o futebol o caso é outro. Bem sabemos que, se o box é um diálogo de soco, o futebol é uma assembleia geral de pontapé. Mas há uma diferença fundamental: no box, os socos são trocados entre dois brutamontes, até que um deles sucumba. Dá-lhe que ainda mexe! E só quando o vencido não mexer se concede o título de vencedor ao seu adversário. No futebol os pontapés são furiosamente dirigidos, mas a vítima é uma insensível bola cheia de ar. Não prejudica ninguém semelhante passatempo. Para mais, sendo o jogo uma necessidade do homem, como terão verificado os senhores banqueiros, mais vale jogar o futebol, com as vantagens higiénicas do semidesnudamento, do exercício e do ar livre a que se submetem os jogadores, mais vale jogar o futebol do que o liques, cênófilo e desordenadamente irrequeto, em qualquer sórdida taberna. Por maneira que nada temos a objectar sobre o programa do festival da associação operária nossa consulente. Se nada temos a objectar no que respeita ao futebol, menos ainda haverá a dizer

relativamente ao jogo-de-pau. Porque se o futebol é inofensivo, o jogo-de-pau é utilíssimo. Exercício de destreza, de agilidade, de golpe de vista, um conselho vai para os que o praticam: é que, nos encontros a realizar, se mantenha o cunho exclusivamente demonstrativo, evitando os contendores magoar-se. E aproveitem-se antes os progressos feitos para aplicá-los a zurzir assambarcadores...

(1919).

PERFEITO DE CARVALHO

SEVERINO DE CARVALHO

NOTÁRIO E PUBLICISTA



SE bem que ainda não inteiramente decrépito, e embora não escasseiem motivos para agitar ideias a quem, como eu, continua tendo fortes razões para refilar — o que aliás sucede a muito boa gente —, a força das circunstâncias constringe-me a assumir, mais vezes do que seria para desejar, uma posição assim como que passiva, que, não raro, é alterada, quase exclusivamente, mau grado meu, para dar o necrológio de pessoas que formaram entre os idealistas da vanguarda. Uma espécie de saudosismo...

É o que sucede hoje, ao ocupar-me dum dos homens que em Portugal fizeram boa sementeira de ideias de renovação social: Severino Augusto Fernandes de Carvalho, que em 1957 tombou, com quase 90 anos.

Se é certo que quando se atinge tal idade não há motivo para increpar com justeza a divindade mitológica representada pela Foice, a verdade é que custa ver desaparecer homens que tão boa conta deram de si, sobretudo nestes tempos em que, dentre os novos, são em escassíssimo número os que surgem a reerguer o pendão noutras épocas empunhado com altanaria pelos que vão sendo derubados, apatia que só seria justificável se houvessem cessado as causas que os chamaram a terreno.

Severino de Carvalho, nascido em Vila de Coja, no concelho de Arganil, foi mandado pelo pai, aos 7 anos, para casa de família, em Coimbra, onde iniciou os seus estudos, que chegaram até aos primeiros anos da Universidade. Porém, como o pai pretendesse que ele seguisse a vida eclesiástica, para o que ao rapaz escasseava espírito de adaptação, foi compelido a desistir dos estudos, empregando-se então num escritório notarial daquela cidade. Chamado, em 1892, por seu irmão mais velho — António Tavares de Carvalho, cujo cartório viria a tornar-se muito conhecido em Lisboa —, para passar a exercer a profissão no notário Camelier, nesta mesma cidade, e como, quando este faleceu, já ali desempenhasse funções de responsabilidade, foi convidado a substituir o antigo patrão. Cedeu, porém, o lugar ao seu referido irmão, tendo ele ficado apenas como empregado de confiança.

Volvidos alguns anos, como não se conformasse com o ambiente que lhe proporcionava o patrão-irmão, deixou o lugar, tendo ingressado na Livraria Bertrand, onde chegou a desempenhar cargos que atingiram quase o de gerente.

Foi em consequência da sua entrada para aquela importante casa editora, que esta iniciou a publicação, em Portugal, das primeiras obras sobre sindicalismo, traduzidas por Emílio Costa, assim como foi por intervenção de Severino de Carvalho que a mesma livraria lançou uma brochura, também acerca de Sindicalismo, da autoria do culto operário tipógrafo Augusto César dos Santos, que mais tarde viria a ser o director do Asilo Maria Pia, de Lisboa. Simultaneamente, sob o pseudónimo de *Bel Adam*, traduziu várias obras de Emílio Zola, pseudónimo que adoptou igualmente em muitos artigos insertos em revistas e jornais de carácter socialista, inclusive na revista *Lumen*, que dirigiu, de parceria com *Brás Burity*, pseudónimo de Joaquim Madureira.

A instâncias de seu irmão, voltou a ocupar o antigo lugar no cartório, onde continuou a afirmar-se como um dos mais competentes especialistas do notariado, ali se tendo mantido até aos 80 anos, isto é, até à ocasião em que foi vítima, no próprio escritório, dum ameaço de congestão cerebral. Forçado a ficar retido em casa, não obstava isso a que fosse amiúde consultado acerca de assuntos do foro, até que a vista se lhe foi extinguindo, pelo que já há muito não podia escrever nem ler, o que, como se compreende,

representava um cruciante suplício, como ele próprio mo descreveu, com dificuldade, em carta que há oito anos me enviou, a agradecer a oferta do livro *Em Volta da Minha Profissão*, «que lhe deu muito contentamento, ao menos por recordar-lhe antigos tempos».

*

Severino de Carvalho foi dos intelectuais que com maior firmeza e idoneidade mental divulgaram entre nós os princípios sociológicos de carácter mais avançado. Com confrades com quem mantinha estreitas afinidades ideológicas, constituiu o *Grupo de Estudos Sociais Germinal*, e que tinha por objectivo imediato «desenvolver a cultura da classe trabalhadora, pelo estudo dos diversos problemas que a interessam e dela demandam atenção e cuidado e pela propaganda, oral e escrita, dos resultados desse estudo».

Foram componentes desse grupo — que durante alguns anos manteve a excelente revista *Germinal* — além de Severino de Carvalho, o Dr. Adolfo Lima, os Profs. César Porto e Emílio Costa e o apontador de obras públicas Bernardo de Sá, uma plêiade de espírito progressivo. Os dois últimos tiveram contacto directo com as massas operárias: Emílio Costa como conferencista, que, nessa qualidade, frequentou numerosos sindicatos; Bernardo de Sá como elemento organizador. Os três primeiros, porém, embora na sua qualidade de homens de gabinete, não prestaram menores serviços ao operariado, quer cooperando na elaboração de teses e outros trabalhos destinados aos congressos, quer colaborando assiduamente nos jornais dos trabalhadores, e, sob este último aspecto, foi, seguramente, Severino de Carvalho o mais perseverante, porquanto não havia número em que falhassem os seus escritos, por vezes assaz contundentes, pois se se obstinava em atacar os adversários, não se eximia também de criticar os confrades, desde que estes dessem, como os primeiros, motivos para isso.

Chegado o daninho momento em que deixou de ter possibilidade de colaborar nos nossos jornais e revistas, como era pessoa que espiritualmente não podia quedar-se inactiva, dedicou-se a colher, em jornais, revistas, livros e na própria linguagem popular,

vocábulos que não constavam dos dicionários e enciclopédias, arquivando-os e seleccionando-os, o que fazia servindo-se dum processo inusitado: utilizando para o efeito os bilhetes usados dos eléctricos! Uma vez apurada a ausência de tais vocábulos nos aludidos livros, lançou, em 1946, uma curiosa brochura, subordinada ao expressivo título: *Palavras fora dos Dicionários*, que representou achega importantíssima à elaboração dos livros que contêm os termos que constituem o idioma português.

Era desta envergadura o homem de quem hoje nos ocupamos, homem que, pela acção que desenvolveu no sentido de que o operário se valorizasse profissional, moral e intelectualmente, bem merece que se preste condigna homenagem à sua memória.

NÓTULA ANTOLÓGICA

Arbitragem. — *Forma pacificadora de resolver os conflitos entre as nações (arbitragem internacional), entre patrões e operários (arbitragem industrial), ou entre indivíduos sem distinção de classe (simples arbitragem).*

A arbitragem internacional foi proposta para acabar com a guerra, tendo como propugnadores F. Passy e M. Révon, entre outros. No dizer de Révon, a arbitragem é uma reforma absolutamente necessária, muito possível de realizar, mas, ao mesmo tempo, de uma dificuldade extrema, visto como a sua prática depende não só de uma transformação moral, económica, jurídica, e sobretudo do meio em que terá de se desenvolver, senão também do funcionamento de uma jurisdição internacional sob todas as suas formas variadas, insensíveis, e necessariamente ligadas umas às outras, desde a simples arbitragem facultativa até ao tribunal geral, no triplice ponto de vista da sua organização, da sua competência e do seu processo.

Novicaw, apreciando a importância mundial dos últimos tratados de arbitragem anglo-americano e franco-americano, escrevia, há poucos meses: «Libertam-nos, enfim, dos clichés e das sempiternas banalidades acerca da «luta pela vida, que tantas vezes nos fatigaram os ouvidos nestes últimos anos»; e acrescentava:

«O exemplo dado pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e pela França não poderá deixar de ser seguido, porque o presidente Taft está resolvido a propor tratados de arbitragem integral a outras potências e, em primeiro lugar, à Alemanha. Esta nação vai ser colocada numa situação bastante embaraçosa. Se recusa, pode considerar-se desterrada da civilização. Evidentemente, não quererá essa vergonha. Se aceita, cai na engrenagem federalista, vendo-se então obrigada a reconhecer a inutilidade da guerra. Que desmornar de princípios antigos! Que aplicação pode ter a afirmação do marechal Moltke, que dizia que a guerra está conforme com as ordens de coisas estabelecidas por Deus?».

A arbitragem industrial é obrigatória ou facultativa, quer dizer imposta por lei (como na Austrália e Nova Zelândia e noutros países para os ferroviários) ou de iniciativa particular. Os socialistas aconselham geralmente aos sindicatos que recorram à arbitragem para se resolverem as contendas com os patrões, mas só como transitório propõem este meio: o verdadeiro fim a atingir é a libertação do proletariado pela supressão do salariato. Os que repudiam semelhante meio (no Congresso Socialista de Florença, de 1908, deu-se isso), tendo à frente os sindicalistas e anarquistas, fundam-se em que a arbitragem se produz sempre contra as organizações e a acção operárias, em que por ela os trabalhadores são enganados sob a aparência da justiça, em que ela debilita a força das reivindicações, habitua o proletariado à resignação, o faz esquecer de que só deve contar com o seu próprio esforço e opõe-se ao espírito de rebeldia, razão suprema por que é elogiada e reclamada por todos os legisladores.

«Quanto mais não fosse — dizia-se no parecer sobre o assunto submetido ao II Congresso Sindicalista de Lisboa — bastaria o facto de a arbitragem agradar tanto aos nossos adversários, para nós sabermos que devíamos recusar esse sistema de terminar conflitos. É um ponto que devemos ter sempre presente: o que desagrade aos nossos adversários é, em geral, o que nos convém fazer e vice-versa.»

Quanto à simples arbitragem, não há sociedade, nem legislação, por mais antigas que sejam, onde ela não figure. «Foi decerto a primeira das jurisdições» — diz um escritor.

Aprendizagem. — Na letra do Código Civil é o contrato que se celebra entre maiores, ou entre maiores e menores devidamente autorizados, pelo que uma das partes se obriga a ensinar à outra uma indústria ou um ofício. Na prática é uma forma de exploração da infância.

Actualmente, a troco dum mísero salário, por vezes mesmo sem salário algum, o aprendiz é, em todos os ofícios, empregado nos misteres mais diversos: faz recados, varre a casa, vai buscar água, leva bofetões, pontapés, puxões-de-orelhas, vergastadas, é tratado descaradamente de insultos, entre obscenidades.

Os socialistas de todas as escolas pronunciam-se contra semelhante estado de coisas e preconizam a extensão a todos de uma instrução integral, científica e profissional, de forma que cada qual saia da escola armado para a luta da vida, podendo exercer com proficiência o ofício a que se dedique.

Preliminar indispensável para fazer parte das corporações, o contrato de aprendizagem desempenhou na indústria medieval uma função de primacial importância: foi, durante longos séculos, como escreve Pic, a clef de voûte de l'organisation industrielle.

(1912).

SEVERINO DE CARVALHO

MÁRIO CASTELHANO

FERROVIÁRIO DA COMPANHIA DOS
CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES



APESAR da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses contar muitos milhares de empregados (entre estes um elevado número de operários), é das empresas que menor contingente de militantes tem dado ao movimento sindicalista, nanja porque as condições de vida dos respectivos assalariados sejam suportáveis — pois basta dizer que, à excepção dos maquinistas, levantam vencimentos deficientíssimos —, mas talvez por que a dispersão desse pessoal por numerosos serviços e múltiplos locais tem contribuído para a falta de ambiente propício à adopção de directrizes tendentes a uma luta eficaz pela melhoria daquelas condições.

Não é, porém, de hoje a insuficiência da acção coordenadora das reivindicações económicas do pessoal em referência, porquanto já no tempo em que a organização sindical se exercia sem as actuais peias era o antigo Sindicato do Pessoal da C. P. dos que mais careciam de elementos de trabalho, ao contrário do que sucedia, por exemplo, com o do Sul e Sueste, não obstante a população susceptível de ser sindicalmente organizada ser em número muito mais reduzido neste último.

Sem embargo, é bom não esquecer que houve tempo em que exerceram profícua acção nas fileiras associativas do pessoal da C. P., além de outros: José Gomes, Gambeta das Neves,



Manuel Rijo e Mário Castelhana, este, seguramente, o que mais esforçada e inteligentemente deu a sua actividade à corporação em referência.

*

Mário Castelhana — que sucumbiu no Tarrafal, para onde, com muitos outros elementos operários, havia sido deportado, quando contava 44 anos de idade — teve, durante toda a sua vida, atitudes nobilitantes, pois revelou, invariavelmente, grande nobreza de carácter e, apesar de amar a família, nunca esta se tornou um obstáculo ao exercício do que considerava um dever de trabalhador consciente.

Factor, primeiro, na C. P. e, depois, amanuense, com a categoria de empregado de 1.^a classe, cumpriu sempre os seus deveres profissionais com uma probidade que o impunha não só à consideração dos companheiros de trabalho, mas também à dos superiores hierárquicos. Tendo desempenhado papel activo na importante greve que o pessoal da C. P. realizou em 1920, viria a ser demitido, com muitos outros camaradas, quando esse movimento foi jugulado.

Apesar de demitido, tamanha era a confiança e o apreço que lhe dedicavam os companheiros, que estes, em sucessivas reuniões sindicais, o continuaram considerando ferroviário e, nessa qualidade, prosseguiu trabalhando activamente no Sindicato e, posteriormente, na Federação Ferroviária, onde, além de ocupar o cargo de secretário para as relações internacionais, foi nomeado, pelo conselho federal, redactor-principal do jornal *A Federação Ferroviária*, havendo também participado de todas as comissões de solidariedade, quer como representante do Sindicato, quer como delegado da Federação.

Na qualidade de representante desta, foi nomeado, pelo conselho federal, em 1926, para o comité da Confederação Geral do Trabalho, o qual, logo a seguir, o investiu no cargo de redactor-principal do diário *A Batalha*, lugar que, apesar das divergências que então dividiam uma parte dos militantes, ocupou, com a maior elevação, até Maio de 1927, data em que o órgão operário foi violentamente suspenso.

Em Outubro desse ano, na ocasião em que ia visitar um operário detido arbitrariamente num dos calabouços do governo civil, era preso, tendo sido enviado para a Penitenciária, onde se encontravam muitos elementos acusados de terem participado, como ele, na tentativa do movimento revolucionário de Fevereiro desse mesmo ano.

No dia 15 de Novembro foi metido, com mais 22 pessoas, a bordo do vapor *Pedro Gomes*, barco que seguiu para Angola e, desembarcado, com 19 dos companheiros, em Novo Redondo, fizeram-nos marchar para Vila Nova de Seles, onde lhes foi fixada residência.

Em 1930, seria transferido para a Ilha do Pico, e como em Março de 1931 o governo tivesse resolvido transferir os deportados para um campo de concentração acabado de criar na ilha de S. Nicolau (Cabo Verde), foi esta uma das razões que precipitou o movimento revolucionário da Madeira, ilha onde os aludidos deportados deveriam aguardar barco para Cabo Verde.

Desse movimento participou Mário Castelhana, que, além de haver auxiliado o operariado do Funchal nas lutas pelas reivindicações que tinham sido apresentadas às autoridades, assumiu, por indicação da União dos Sindicatos local, a direcção do seu órgão na Imprensa, *A Batalha*. Vencido o movimento insurreccional, recusou-se Mário Castelhana a recolher a bordo dos barcos ingleses, tendo conseguido, ao cabo de 33 dias, sair do Funchal e ganhar Lisboa.

Novamente preso, na capital, em 1934, depois de ter sido agredido pela policia, foi mantido incomunicável durante 30 dias, após o que o submeteram a julgamento na Casa de Reclusão da Trafaria. Assumiu aí a responsabilidade dos actos de que o acusavam e também a dos que eram atribuídos a outros, e fê-lo tão corajosamente que os seus julgadores não ocultaram a funda impressão de respeito que lhes provocou tal atitude.

Em 18 de Janeiro do mesmo ano, era Mário Castelhana novamente deportado, desta vez para Angra do Heroísmo.

Em face das agressões físicas com que nesse campo de concentração eram atingidos os presos, levantou enérgico protesto junto das autoridades, pelo que foi, por sua vez, maltratado.

Em 23 de Outubro de 1936, seguia Mário Castelhana, juntamente com uns 70 outros deportados, para o Tarrafal, onde havia de encontrar a morte. Como fossem terríveis as condições de instalação daquela gente, foi dos que com maior vivacidade reclamaram junto da direcção da colónia no sentido de que a vida se tornasse ali suportável, e no chamado «período agudo», isto é, quando apenas 20 presos de tantos que ali se encontravam, conseguiram manter-se de pé, pois todos os restantes se encontravam doentes, em geral atacados de febres palustres, desenvolveu, de parceria com alguns dos enfermeiros, pasmosa actividade no sentido de suavizar o sofrimento dos companheiros, do mesmo passo que era dos deportados que sistematicamente realizava os trabalhos mais penosos na tarefa de serem melhoradas as condições do campo de concentração.

Dotado duma resistência moral extraordinária e de forte vigor físico, apesar de há muito se queixar de sofrimento intestinal, jamais havia sido atingido pelas febres palustres, que dizimaram muitos deportados. Chegou, porém, o momento em que aquele forte arcaboço havia de tombar. Uma terrível diarreia, seguida de febrão palustre, acompanhado duma daninha febre intestinal, matou-o, após sofrimento cruciante.

E assim terminou seus dias o homem digno que durante 30 anos foi um batalhador firme e lealissimo, tão embrenhado nas lutas sociais que pouca assistência deu à esposa dedicadíssima e a um filho que estremeia.

NÓTULA ANTOLÓGICA

... ..

Pretende-se atingir um fim. É necessário transferir, amanhã, para os organismos do trabalho e em benefício da comunidade, a acção útil que alguns órgãos capitalistas exercem, com fins e lucros individuais, e destruir todos os restantes, inúteis e, conseqüentemente, prejudiciais. Se essa transferência se fizer para uma concentração no Estado, não se atingiu o objectivo demarcado; ficou-se a meio do caminho e o proletariado terá mais tarde que lutar pelo que deveria desde logo ter feito.

A máquina sindicalista, contudo, não deverá estar apta apenas a chamar para si a gestão e a administração das coisas; precisa provar a sua capacidade de assimilação e adaptação à nova sociedade. Mister é que os trabalhadores assim o compreendam.

O sofisma capitalista, com o fim de dividir os trabalhadores, estabeleceu entre eles o sistema de categorias, distinguindo-os pelo valor convencionalmente atribuído às mesmas, originando por vezes a antipatia e o conflito entre os vários tipos de explorador. Revela o facto habilidade e concorre de alguma maneira para dificultar o entendimento entre aqueles.

Na classe de que estamos tratando (a dos ferroviários), o facto acentua-se demasiadamente. Por uma questão de educação errada, especialmente.

O comandante do navio, por exemplo, pela distinção que a sociedade burguesa lhe dá, tem escrúpulos em se ligar estreitamente, por exemplo, ao fogueiro que, como se sabe, é um dos principais elementos no bom desempenho da missão do barco.

O chefe da estação de caminhos de ferro, de igual forma se afasta do agulheiro ou do assentador, este último colocado quase à margem da vida, mas de quem depende, em grande parte, a integridade física de milhares de criaturas, que dia a dia viajam.

O engenheiro-mecânico, distancia-se do chauffeur, quando, na verdade, a indispensabilidade deste é um facto incontestado. A não ser que todos os chauffeurs tivessem de ser engenheiros...

Por seu lado, em parte também erradamente, as categorias consideradas subalternas vêm apenas naqueles os representantes do capitalismo, os dirigentes violentos, em vez de colaboradores amigos, da mesma maneira assalariados, conquanto melhor remunerados. Daí o afastamento, a desunião e a desinteligência!

Ora é necessário criar-se outra concepção social. É preciso estabelecer entre todos uma solidariedade semelhante à que os próprios elementos naturais mantêm entre si, para equilíbrio do movimento físico.

É preciso que de facto o homem patenteie superioridade em relação às restantes espécies, e a forma de exuberantemente o provar residirá precisamente na maneira do seu viver em comum.

É necessário que a solidariedade familiar se torne extensiva a toda a Humanidade e que esta se encontre em igualdade de con-

dições de vida. Nada mais justo; nada superior a isto; nada mais humano!

Se para o deslocamento e regularidade da viagem dum barco, dum comboio ou dum automóvel, todos os factores materiais se conjugam, desde o estado do mar ou do bom assentamento da linha férrea, do alcatroamento da estrada, ao mais pequenino parafuso da máquina, cuja falta poderá ocasionar sérias dificuldades, como se compreende que da conjugação de esforços dos seus tripulantes (todos necessários), possa resultar diferença de situações?

Nós sabemos que, para esta mentalidade surgir é necessário um grande espírito de justiça da parte dos homens e, sobretudo, dos que possuem maior cultura. Mas sabemos também que, sendo o meio quem alimenta a Sociedade, modificado que este seja estruturalmente, outra será pois a concepção da vida.

Ao homem, como produtor, o que deve preocupá-lo é o cumprimento regular da sua missão, considerada de utilidade comum e em conjugação com as restantes, procurando aperfeiçoar-se continuamente; como consumidor, deverá ser a satisfação das suas necessidades, em igualdade de circunstâncias às dos demais, e, como elemento social, genericamente classificado, elevar-se culturalmente, adquirindo sempre maiores conhecimentos.

A Sociedade actual não proporciona ao homem nenhuma destas condições. Necessário se torna remodelá-la, para ao homem lhe ser dado o direito de viver como tal!

É preciso que desapareça a categoria e sobressaia a função — a técnica ou a manual.

O sindicalismo revolucionário actua precisamente nesse campo, quando coloca os trabalhadores duma indústria dentro do respectivo Sindicato em situação de igualdade e desenvolve uma educação social com o objectivo de congregar os seus esforços para uma sociedade baseada na Justiça Social. Desta forma, teremos, no futuro, em cada proletário, um colaborador da obra comum e não um candidato a esmagar o seu semelhante.

O valor do homem, satisfeitas que sejam as suas necessidades, não pode ser elevado no pagamento dum maior ou menor salário — nessa altura perde muito até do seu valor —, mas pela própria realidade, e a maior homenagem a prestar a esse valor —

tudo na vida é relativo e filho de determinadas condições — residirá no ambiente de carinho e simpatia com que é admirado. Mas valor, para benefício de todos, como máxima expressão de beleza e de autêntica elevação!

E é assim, dentro dos objectivos delineados nos limites dum folheto, sob o princípio federalista, descentralizador, isto é, livre, que o homem poderá irradiar toda a sua energia em benefício próprio e da Sociedade.

E o Trabalho conseguirá então emancipar-se da tutela do Capitalismo e de todas as forças coercivas sintetizadas no Estado.

São dezenas de milhares os trabalhadores de transportes. Que eles saibam corresponder com uma resistente organização sindicalista à responsabilidade da acção que lhes cabe no momento da transformação social que se aproxima.

(1932).

MÁRIO CASTELHANO

MIGUEL CORREIA

FERROVIÁRIO



AMPLIANDO um artigo que há anos inseri num jornal do Barreiro, falei de Miguel Correia, que foi valoroso militante do antigo Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste, confrade que, como propagandista, se salientou não só entre os mais inteligentes, mas também entre os que com maior dedicação e espírito de sacrifício se esforçaram por que à corporação a que pertencia fossem proporcionadas condições de trabalho e de vida superiores às que desfrutava, bem precárias aliás.

Era Miguel Correia natural de Beja. Mas, uma vez ao serviço dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, e realizado, em pequenas localidades do Alentejo, o tirocínio que o lugar de escriturário impunha, passou a ser o Barreiro a sua terra adoptiva, pois não só nesta vila constituiu família, mas também aí exerceu, como militante sindicalista, uma actividade intensa, que não se circunscreveu à corporação a que pertencia, visto que irradiou pelas restantes instituições de carácter associativo, doutrinário e cultural que existiam ao tempo, nelas compreendida a extinta central de sindicatos, e ainda a imprensa operária.

Na verdade, se houve homens, que na fase mais intensa da organização sindicalista, em Portugal, se deram, inteiros, à causa que os havia empolgado (e alguns houve, de facto), um desses

homens, que se lhe entregou plena e completamente, foi Miguel Correia, não obstante ter sete filhos.

A actividade que desenvolveu durante muitos anos, no Sul e Sueste, não poderia ser ultrapassada, nem mesmo igualada, porque difficil seria encontrar arcaboço humano que tivesse tamanha resistência.

Errou algumas vezes o activo militante, sobretudo quando, em vez de se ter oposto, contribuiu, pelo contrário, para que no Sul e Sueste se desencadeassem sucessivas greves, parte delas favorecendo os manejos de certos agrupamentos políticos, apesar de se ter batido sistematicamente contra os ruins profissionais da politiquice. Mas, na ânsia, por um lado, de que os ferroviários viessem a desfrutar de melhor situação económica, e acreditando, por outro lado, nas promessas que lhe faziam nesse sentido, deixou-se, em mais de uma ocasião, ir na corrente, iludindo-se lastimavelmente. Jamais enfeitou, todavia, as responsabilidades dos seus actos, porque não era criatura de carácter bifronte.

Porém, a par de tais deslizes, que soma de trabalho em benefício não só da corporação em que formava, como do operariado em geral, e que devoção na defesa das aspirações dos seus confrades, em contraste com a limitada assistência que dava à família, cujos interesses o seu espirito abnegado havia colocado em plano secundário! Uma ocasião em que, por motivos de natureza sindical, fui à sua casa, no Barreiro, tive ensejo de verificar o desconforto daquele lar, onde era evidente que a esposa e os filhos de Miguel Correia sofriam privações. Pensei como a situação seria diferente se o fogoso lutador se preocupasse menos com a defesa dos interesses corporativos e mais em acautelar os da sua pessoa e os dos seus...

*

Tendo estado em contacto, na época em que dei a minha maior actividade ao movimento operário, com muitos propagandistas, não encontrei entre eles quem possuísse maiores faculdades de trabalho do que Miguel Correia, que era essencialmente um homem de acção, enfrentando com ânimo forte as mais difíceis situações e que, embora absorvido, como andava geralmente, com as múlti-

plas questões para que era chamada a sua atenção, arranjava sempre maneira de redigir artigos para o jornal corporativo que dirigia e para outros, e bem assim para escrever cartas de vinte e trinta páginas, em letra bem cerrada, e versando os mais variados assuntos, sem excluir os de natureza cultural, pois foi um epistológrafo incorrigível, até mesmo quando a terrível doença o prostrara.

Quem conhecesse superficialmente esse homem de compleição robusta e o visse, nos momentos de acesa refrega, a bater-se denodadamente pelos seus ideais, julgá-lo-ia uma pessoa dura, um traga-mouros. E, todavia aquela figura maciça albergava um coração terno. Era o que as pessoas práticas, nos tempos que decorrem, chamam — um romântico, quando não empregam outra expressão mais depreciativa — a de lunático.

Um episódio.

Tendo Miguel Correia constituído, comigo e com mais alguns representantes de corporações sindicais, a comissão dirigente duma greve geral realizada em 1918 — greve que o governo de então não soube evitar, pois não quis ir ao encontro duma parte, pelo menos, das reclamações do operariado, num momento em que, por virtude da guerra, a situação económica do povo era crucial —, estivemos, todos, voluntariamente emparedados, durante três dias, no cubículo duma casa pertencente a família trabalhadora, em rua de pouco movimento do Bairro da Graça.

Perdida a batalha, quando, na manhã do terceiro dia, eu, o Miguel e mais dois membros do *comité*, extenuadíssimos e com a víscera estomacal a reclamar alimentos, deslizámos, à sorrelfa, do cubículo para uma taberna excêntrica do Bairro, não comemos: devorámos!

Depois de repleto o estômago com algumas amplas postas de bacalhau (que então era tido e havido como «fiel amigo» e que, ao presente, é manjua esquiva), veio, como sobremesa, um imponente queijo da Serra. Cada um de nós cortou boa fatia, mas o nosso Miguel não se deteve: falando com exuberância, como era seu hábito, com não menor exuberância despachou para as profundas do estômago a parte sobrance do queijo, que era respeitável naco, tendo-se havido com tal desembaraço que os compinchas ficaram simplesmente embasbacados...

Tratava-se de um homem que, em plena luta, embora esta fosse demorada, se entregava de tal modo à acção que era capaz de não meter uma bucha na boca; mas, passada a tormenta, cuidado com ele, sobretudo se adregava surgir-lhe pela frente um queijo. E então se fosse da Serra era um delírio!

*

Certos políticos, dos que governaram até 1926 — entre eles alguns militares de patente elevada, os quais, apesar de não conhecerem pessoalmente Miguel Correia (e talvez por isso mesmo) o consideravam um homem terrível e que, quando nas cadeiras do Poder, como tal o trataram em mais duma conjuntura —, foram um dia parar a Cabo Verde, levados pelos azares da política.

Encontrando-se na mesma pensão onde se alojava Miguel Correia, que para aquela colónia fora deportado antes deles e que, se bem me recorde, ali desempenhava então o lugar de apontador nas obras públicas, ficaram perplexos ao verificarem que a pessoa que noutros tempos lhes havia sido indicada com tão negras cores era, afinal, um homem afável, de sentimentos nobres, um belo carácter.

Tinha o meu camarada razões para não se mostrar gentil para com alguns dos seus novos companheiros de pensão, sobretudo para com um general que, quando presidente de ministério, o tratara atrabiliariamente. Miguel Correia, porém, possuía a alma suficientemente grande para respeitar, no infortúnio, os seus adversários da véspera.

E o mais curioso é que alguns desses homens, se não todos — a começar no aludido general — ficaram devendo apreciáveis serviços ao nosso extinto amigo, um dos quais, e dos de não menor monta, foi o de haverem conseguido, por seu intermédio, comunicar com a família e com vários dos seus amigos, graças aos serviços de ligação com a Metrópole que ele havia logrado estabelecer, mercê da cooperação de outros «indesejáveis», pertencentes à classe marítima.

Volvidos poucos anos, seguiu Miguel Correia para Lourenço Marques, no propósito de refazer a sua vida, até então deveras conturbada, acompanhando-o a esposa e alguns dos seus sete filhos. Porém, quando tudo parecia indicar que o futuro não se apresentaria sombrio, é acometido de doença terrível: a tabes, seguida duma outra não menos daninha: o cancro. Foi tão cruciante o seu sofrimento que, embora nesta dualidade de sentimentos pareça haver uma desconcertante contradição, desejei-lhe a morte.

Desejei-lha porque a uma existência horrorosa como a que teve nos três últimos anos de vida — cujo suplício me descreveu, lá de longe, mais duma vez, de modo impressionante —, era mil vezes preferível a morte libertadora. E, todavia, eu sabia que com o falecimento do meu camarada desaparecia um dos mais inteligentes, dos mais esforçados, dos mais sinceros e dos mais sacrificados propagandistas que o movimento operário português tem possuído.

Durante o tempo em que esteve doente lá longe, nem ele, nem a família, sofreram privações, graças à dedicação dum grande Amigo. E esse Amigo não era um Cresco, mas um operário, um colega meu, que em Lourenço Marques soube mobilizar, com um espírito de solidariedade magnífico, outras dedicações. Chama-se esse homem José Augusto Ribeiro.

Que me perdoe o querido Amigo por aqui divulgar o facto. Entendo, porém, que quando se dão provas de tamanho altruísmo, como o patenteado por ele, os nomes dos que praticam actos tão nobilitantes devem ser postos em foco — até para servirem de exemplo, e muito mais numa época em que, como a actual, campeia o mais sórdido egoísmo, lepra que corrói não apenas os que formam em sectores opostos, mas também muitos dos que, pela sua condição económica e social, estão próximo de nós, o que não obsta a que actuem igualmente com alma pequenina, tergiversante, bifronte.

NÓTULA ANTOLÓGICA

O militante. — *Todo o individuo que as circunstâncias fizeram um dia colocar na vanguarda duma multidão, com o duro encargo de dirigir e orientar, deve, se os não possui, procurar adquirir conhecimentos suficientes que o tornem um elemento cons-*

ciente, capaz de actuar em todas as situações, as mais melindrosas, habituando-se a enfrentar todas as questões, sem temer a escabrosidade com que as mesmas momentaneamente se apresentem.

Deve também possuir, sobre a multidão, o pleno conhecimento da sua índole nas variadíssimas manifestações que na mesma se produzam. Por isso se torna indispensável a todo o militante operário, por muito rudimentares que sejam, possuir conhecimentos de psicologia, sem o que não poderá ser um elemento com a capacidade mental suficiente para orientar a acção das massas e muito menos a acção duma multidão organizada, como é uma classe. Os melhores orientadores são aqueles que, estudando detidamente as tendências psicológicas duma classe, se tornam senhores do meio onde essa classe tem de agir, procurando manter uma linha pela qual se consegue assegurar, tanto quanto possível, a uniformidade de acção, que constitui a base fundamental de onde emanará a consciência colectiva, que se forma com um objectivo determinado, que aos olhos da multidão se torna de alcance possível.

Quem, sendo dirigente, assim não proceder, não irá além de um mediocre orientador, facilmente esmagado ao primeiro embate, produzido pelo reverter da inconsciência, no momento preciso em que a manifestação dum facto imprevisto que se produza, tenha impressionado a multidão.

Ora é justamente porque assim não sucede com a maioria dos elementos que no Sul e Sueste possuem a cultura intelectual suficiente para poderem ser uns bons militantes, que surge, uma vez por outra, isoladamente, a manifestação, quase sempre ostensiva, de opiniões que momentaneamente impressionam, mas que na realidade a classe não aceita.

Eu tenho, através catorze anos de vida ferroviária, procurado analisar profundamente a característica especial da psicologia da classe, investigando até ao âmago o seu poder de acção, nos momentos em que a classe se tem entregue a si própria, a fim de poder concluir do valor relativo da sua consciência. Óptimos resultados tenho colhido dessa análise, que me tem habilitado a julgar com consciência todos os actos praticados pela classe ferroviária.

Na posse quase completa da característica psicologia da minha classe, tenho podido agir no sentido de tornar numa força organizada o que ainda há pouco tempo não era mais do que um

amontoado de energias inconscientemente desaproveitadas, que só se manifestavam isoladamente, sem coesão, sem disciplina, sem método e, por consequência, inútilmente.

Se assim como eu, todos esses elementos ferroviários que alguma cultura intelectual possuem, se dedicassem ao estudo do meio social e da estrutura da classe onde têm de agir, não se dariam ao prazer de produzir um estendal de asneiras e tolices, sobre factos colectivamente manifestados, de que eles se supõem individualmente na posse, mas que afinal só deles se aperceberam quando subordinados à mesma lei de unidade mental sob que se produziu toda a acção da multidão de que eles faziam parte e, por consequência, no momento em que não estavam na posse da sua consciência individual.

No Sul e Sueste não faltam elementos em número suficiente para constituírem um bom núcleo donde sejam recrutados os dirigentes da classe.

Não sucede, porém, assim, porque nenhum desses elementos se preocupa com assuntos de ordem associativa, nem tão-pouco procuram adquirir a necessária preparação para esse fim.

Resulta disto que as dificuldades na substituição de militantes no meio ferroviário é tão sensível que por vezes se chega a considerar como uma impossibilidade fazer a nomeação conscienciosa de quem possa arcar com as responsabilidades da direcção da classe.

O que se vê então? Muita opinião expendida, muitas coisas ditas e escritas a propósito de verdadeiras futilidades, mas tudo revestido duma falta absoluta de tacto, revelando a maior das incompetências, a mais crassa das ignorâncias, com completo desprezo pela dignidade da classe, sem um fim determinado, sem um objectivo, tudo, enfim, dito e escrito por prazer de dizer e de escrever.

(1920).

MIGUEL CORREIA

EMÍLIO COSTA

PROFESSOR DE ENSINO
SECUNDÁRIO



FAZ sete anos no dia 7 de Julho de 1959 que faleceu, em Lisboa, Emílio Costa, um dos professores de ensino secundário que acompanhou mais de perto as ideias de renovação social, sobretudo o movimento sindicalista, de que foi, entre nós, o primeiro propagandista — primeiro não só pelo que respeita à ordem cronológica, mas também pelo perfeito conhecimento que tinha da organização operária e pela sinceridade, desinteresse e coerência com que se lhe dedicou.

Intelectual dos de maior valia da geração a que pertenceu, tido em alto conceito nos meios cultos, sem excluir o que era constituído pelas principais figuras republicanas, uma das quais — Brito Camacho, que, apesar de não ser pródigo em afeições, o tinha em elevado apreço —, poderia, quando foi implantada a República, ter feito o que muitos contemporâneos seus fizeram: pôr-se ao serviço do novo regime, tanto mais que, por um lado, não lhe escasseavam qualidades para brilhar, e, por outro, não possuía uma situação económica próspera — como nunca a teve, aliás.

Preferiu, porém, manter-se inteiramente independente e continuar a viver com os magros vencimentos de professor de ensino secundário, sem lugar vitalício. Foi mesmo a partir de então que o antigo libertário se deixou empolgar pelo Sindicalismo, pois datam dessa altura as suas traduções de: *A Acção Sindical*, *Sin-*

dicalismo e Socialismo e A Confederação Geral do Trabalho, opúsculos editados pela antiga Livraria José Bastos & C.^a, a que se seguiu *Acção directa e acção legal*, uma conferência realizada em fins de 1911 na sede da extinta «Casa Sindical» na Rua do Século (editada pela União das Associações de Classe de Lisboa), que consideramos o melhor trabalho de Emílio Costa, pois havendo lido talvez tudo quanto se tem publicado em volta do tema em referência, jamais o vimos tratado com a clareza, a precisão e a lógica com que o aprofundou o extinto propagandista, nessa admirável conferência.

*

Quer porque provinha de família pequeno-burguesa, quer pela sua formação mental, quer ainda pela possível influência que o sector social em que exercia a actividade poderia porventura fazer predominar no seu espírito, seria natural que as predilecções de Emílio Costa convergissem para um meio-ambiente oposto ao formado pelos trabalhadores manuais.

Não sucedia, contudo, assim, pois, sem deixar de manter relações amistosas com muitas pessoas pertencentes àquele meio, preferia o convívio com os operários, especialmente se eles eram animados de ideias de renovação social, podendo afirmar, sem receio de desmentido, que mostrava tanta consideração pelos indivíduos *bien placés* como pelos proletários, ainda que estes pertencessem à condição mais humilde. E como possuía o Curso Superior de Letras, que dá o qualificativo de «licenciado», se adregava que alguém lhe chamava «doutor», acudia, chocarreiramente: «Vá chamar nomes feios a outros!...»

Homem de espírito votado a tudo quanto a vida oferece de elevado e belo, não vivia exclusivamente para as ideias de renovação social, pois era também chefe de família exemplar, como se verifica através do que escreveu, pouco tempo antes de morrer, no comovente caderno em que dá aos filhos um resumo da sua vida, e vibrava ante todas as manifestações de Arte, sobretudo a Música. A prová-lo está o entusiasmo com que colaborou, como conferente, em muitos dos admiráveis concertos que a excelsa Sr.^a D. Ema da Câmara Reis e o seu distinto grupo de amadores

realizaram na extinta Universidade Popular Portuguesa e noutras salas.

Como professor, era Emílio Costa dos mais idóneos que têm passado pelas escolas de ensino secundário, e as suas lições, deveras aliciantes, foram sempre seguidas com a máxima capacidade de atenção pelos instruídos, os quais, ao contrário do que sucede geralmente, não mostravam pressa de que breve chegasse o fim da aula, especialmente se esta era preenchida pelo estudo de línguas, uma das quais — o francês — o mestre falava primorosamente, e nem de outro modo se explicaria que houvesse ensinado esse idioma na Universidade Livre de Bruxelas; como publicista, usava dum estilo correntio, sem arrebiques de forma, pois tinha a preocupação de que todos os leitores assimilassem os seus dizeres, pelo que, em vez de pretender dar a impressão de erudito, preferia pôr-se ao nível mental do povo, adoptando para esse efeito uma linguagem que fosse perfeitamente acessível às classes populares; finalmente, como conferencista, era figura inconfundível, não se servindo de tropos esbraseantes, antes falando serenamente, e, assim, dirigia-se, invariavelmente, ao raciocínio dos auditores, o que fazia com uma dicção tão límpida e clara que não se perdia uma palavra das suas prelecções, entremeadas, por vezes, de ditos graciosos e acompanhadas de gestos tão sóbrios, sem deixarem de ser eloquentes, que os conceitos do admirável conferencista — que para mais dispunha de figura de aparência hercúlea, insinuante — tanto eram assimilados pelas pessoas cultas como pelas menos dotadas intelectualmente.

*

Disse atrás que Emílio Costa preferia o convívio com os operários que eram animados de ideias de renovação social, e as pessoas que o conheceram de perto sabem que não se trata duma afirmação sem base.

Mas o que muitos ignoram, porque o extinto camarada não o confessava senão aos mais íntimos, é que, moral e fisicamente, sofria tanto ou mais do que os trabalhadores manuais quando qualquer empreendimento levado a efeito pela respectiva organização sindical não era coroado de êxito. Espírito estruturalmente justo,

propagando ideias em favor dos oprimidos, da justiça que lhes assiste, quanto contribuisse para o melhoramento das condições económicas e sociais dos trabalhadores enchia-o de satisfação. Mas se em lugar de resultados satisfatórios se apuravam contrariedades, não havia frases optimistas que o aquecessem, pelo que amiúde caía num estado de neurastenia que muitas vezes o levava ao leito.

*

Durante os anos em que fui forçado a deter-me por terras francesas sustentei com Emílio Costa uma aturada correspondência, toda ela versando quase exclusivamente assuntos de natureza sindical, o que me deu ensejo de avaliar na justa medida a preocupação que ele tinha pelo movimento operário, preocupação que talvez merecesse o qualificativo de paixão, tão intensa era.

Esta faceta da personalidade do grande semeador de ideias sempre me impressionou fortemente, e muito mais por se dar a circunstância de o meu amigo não ser trabalhador manual, com o que quero dizer que não viria a ter, na hipótese do triunfo coroar os nossos esforços convergentes a uma vida melhor, um benefício directo, imediato.

Mostrava assim uma grandeza de alma que rareia nos tempos que decorrem, pelo que foi precisamente pensando em Emílio Costa que, no prómio do livro *Em Volta da Minha Profissão*, escrevi que me merecem o maior respeito os homens que, não sendo propriamente trabalhadores manuais, têm dado uma devotada cooperação à causa do proletariado, visto que mostram assim um espírito de isenção não inferior ao dos operários, uma vez que não têm por móbil o interesse material. Pensava nele e pensava também noutros homens de temperamento abnegado, como Adolfo Lima, Neno Vasco, Severino de Carvalho, Sá Viana, José Carlos de Sousa, Manuel Ribeiro e alguns mais.

*

Mas há ainda um facto assaz eloquente a dar uma nota nobilíssima da coerência que caracterizava Emílio Costa, facto a que, apesar da permuta de confidências que mantivemos durante muitos

anos, jamais aludiu o extinto camarada, tendo o caso chegado ao meu conhecimento, após a sua morte, por intermédio dum amigo comum, também já desaparecido, Francisco Veríssimo, o qual, por sua vez, acidentalmente, o ouvira relatar, no Porto, ao eminente poeta Guerra Junqueiro, que o estava contando a essoutro alto espirito que foi Cristiano de Carvalho.

Sabe-se que o grande lírico fora designado, pelo Governo Provisório, para Ministro de Portugal na Suíça. Ora, antes de partir para Berna, pediu Guerra Junqueiro a Brito Camacho que lhe indicasse uma pessoa que reunisse as qualidades morais e intellectuais necessárias para preencher o lugar de seu secretário-particular. Reflectiu o chefe republicano uns instantes, após o que disse ao poeta: «Conheço um homem que preencheria perfeitamente esse lugar. Sòmente esse homem é mais do que republicano: é anarquista.» E indicou o nome de Emílio Costa.

Guerra Junqueiro convidou imediatamente o nosso amigo a ocupar o lugar, tendo Emílio Costa seguido para Berna poucos dias volvidos.

Porém, ao cabo duns meses era o ministro surpreendido com o pedido de demissão apresentado pelo seu secretário-particular.

Inquiriu Junqueiro da razão que o havia levado a declinar o lugar, vindo a saber, com estupefacção, que o motivo consistia na circunstância de as autoridades de Setúbal, sem o repúdio do Governo, terem usado de processos violentos em relação ao operariado daquela cidade, por se haver declarado em greve!

Retirou, pois, Emílio Costa para Portugal, abandonando um lugar que, além de ser desempenhado num país de que gostava, lhe rendia uma libra diária, o que era dinheiro, naquele tempo.

E, ao regressar, de passagem por Barcelona — soubemo-lo posteriormente, por intermédio de seu irmão —, foi maçado pela policia daquela cidade espanhola, que o considerava... «indesejável».

Bastaria o conhecimento do facto que vimos de expor para se aquilatar da envergadura moral desse homem probó, que quis, até ao fim da vida, que as suas atitudes estivessem em conexão com as ideias propaladas.

Se outras razões não houvesse, esta seria bastante para que a memória de Emílio Costa fosse recordada com respeito e saudade pelos seus amigos e antigos camaradas.

Marcador de carambolas. — Se não estou em erro, é o célebre homem de negócios e grande fabricante de automóveis, Henrique Ford, que, num dos livros de memórias da sua vida, nos comunica uma observação, muito interessante, fruto da sua longa experiência do mundo do trabalho. É a respeito de monotonia, da repetição de movimentos, numa tarefa banal, sem interesse.

Como se sabe, uma das críticas mais acentuadas ao regime da grande indústria, filha do constante desenvolvimento da maquinaria, é a de que a divisão do trabalho, levada cada vez mais longe, a par das vantagens que traz para a grande produção e conseqüente barateza dos produtos, tem a desvantagem de automatizar de tal forma o trabalho do operário, que esse automatismo se reflecte num abaixamento da sua inteligência, das suas faculdades criadoras.

O trabalhador perde, assim, o estímulo e o amor pela obra que executa, deixando de ser um verdadeiro artífice — no qual há quase sempre um pouco ou muito dum artista — atirado, com a sua máquina aperfeiçoada, para a condição de simples peça da mesma máquina. Em vez de manejar a ferramenta, para executar ou criar, é burro de nora, andando, vezes sem conta, em volta dum ponto, para tirar dum poço a água que ele não sabe para onde vai, nem para que serve.

Henrique Ford diz-nos, a justificar, certamente, aquela divisão do trabalho e talvez para consolo dos críticos, que, ao contrário do que poderá supor-se, a maior parte dos trabalhadores nada sofre com a monotonia e banalidade da tarefa que executa. A grande maioria das pessoas adapta-se, sem custo algum, a essas tarefas. Segundo parece, são feitas para elas, e não para a diversidade, para a investigação, para a inovação. Uma vez lançadas num trabalho que lhes exige sempre os mesmos poucos movimentos e aprendidos estes, nada mais pedem do que continuar, libertos daquilo que mais lhes repugna: pensar. Será assim? Não será? Os psicólogos e os fisiologistas que respondam.

O que me interessa, agora, é o que nos diz Ford, da sua pessoa, afirmando que ele nunca poderia adaptar-se, não poderia

suportar a monotonia do trabalho. Simplesmente, ele fala, como falam, em geral, os que têm a sorte de não serem constrangidos a executar tarefas monótonas e sem interesse. Bem se sabe que ele, pelo que nos conta, é um grande conhecedor de capacidades, e sabe aproveitá-las, ou não fosse ele um dos mais legítimos — e dos últimos — representantes dessa burguesia, cuja ambição e actividade renovadora transformaram o mundo, em menos de dois séculos. Mas é provável que, apesar disso, lhe escapem muitos casos, que são, por vezes, dramas obscuros, de que são vítimas os que ele julga perfeitamente adaptados ao trabalho que executam.

*

Levou-me a pensar nisto, mais uma vez, o encontro e a conversa que tive, há dias, com um velho conhecimento, o José Ramalho, de quem eu não sabia, há bastantes anos. Depois das clássicas exclamações, pela surpresa do encontro, perguntou-me:

— «Que fazes tu?». Disse-lhe o que fazia.

— E tu — perguntei — em que gastas esses ossos?

A fisionomia mudou. E em voz sumida, demorava a resposta, com o ar de quem se desculpa:

— Sou... empregado num bilhar.

— ?

— O que faço? Marco, às vezes, as carambolas, acendo e apago os candeeiros do jogo, e limpo a mesa do bilhar.

Não se admirou do meu espanto, que não pude disfarçar por completo, e acrescentou:

— Que queres? A vida...!

O meu espanto justificava-se, sabendo-o naquele emprego, não por ele ter feito, como tanta gente, o seu liceu e mais umas coisas e enveredado para a vida do comércio. É porque lhe conhecia o espírito, porque o sabia bem dotado, precisamente, dessas qualidades que, quer se trate dum Ford, quer de gente de mais modestos haveres e renome, fazem que não se suporte, sem sofrimento, a monotonia do trabalho sem interesse, a tiragem da água à nora. Se havia alguém que eu julgasse incapaz de suportar um tal serviço, era bem o meu amigo José Ramalho!

Para dizer alguma coisa, proferi esta banalidade:

— E dás-te bem com isso?

Ele, então, contou. Chegara até ali, pela via costumada, que tantos trilham. Perdas de dinheiro no comércio, por ser mais inteligente do que esperto; empregar-se e desempregar-se numa e noutra coisa, reduzindo as ambições, à medida que a vida lhe ia cortando as asas.

O proprietário daquele Café e Bilhares, empregara-o para vários serviços e principalmente para o ajudar na escrita. Mas o homem não gostava que o ajudante, que se mostrava conhecedor, penetrasse muito nos ganhos e perdas. Não é o segredo a alma do negócio? Pouco a pouco, foi-o arredando para as outras coisas várias, que vieram a resumir-se no serviço de bilhar.

— Não é a vaidade que me faz sofrer naquele serviço, por ele ser de categoria inferior. Para mim, não há serviços inferiores ou superiores; há trabalhos úteis e inúteis, agradáveis ou desagradáveis. Se tu soubesses como eu sinceramente respeito e estimo o trabalho manual! Se soubesses como eu preferiria ter agora ferramenta de operário nas mãos, afeiçoando um pedaço de ferro ou de madeira, produzindo com os meus músculos e a minha inteligência, alguma coisa incontestavelmente útil! Não é, podes crer, o subalterno da função (não era Spinoza um operário polidor de lentes?) que me entristece, me deprime, me humilha. É o não servir para nada ou não saber para que serve aquilo que faço. Sei bem que há os que, por sorte ou habilidade, conseguem, em condições desagradáveis de trabalho, subtrair-se, faltar, fingir que fazem ou que comparecem e entretanto, tratam da vida, como lhes agrada. Mas eu não sou capaz disso. Não há maneira! Aceitei? Cumpro, enquanto estou. Cumpro, embora tenha, por vezes, uns acessos... Conheces a Casaca Encarnada, a bela peça de Victoriano Braga? Quantas vezes pego no trapo de limpar o bilhar, para lhe fazer o mesmo que o outro fez à casaca, e desabaçar como ele! Mas nessas ocasiões... aparece-me pela frente o que há de mais grave e, por vezes, terrível, na vida: o pão. Não o meu! (Por mim, queria lá saber!) O dos filhos. É que não sabe o que é pão, quem o teve sempre à vontade! E então, em vez de atirar com o trapo para o chão, limpo, com ele, o pano do bilhar, e disponho-me, se é preciso, a marcar as carambolas.

O Sr. Ford e muitos outros dirigentes do trabalho alheio — felizardos que se podem dar ao luxo de não suportar trabalhos monótonos, deprimentes e humilhantes para a sua inteligência — estão convencidos de que a grande maioria dos indivíduos se adapta perfeitamente a essas pobres tarefas, na doce quietação de não pensar. É possível mesmo que eles tenham razão, correspondendo os factos à opinião que, do trabalho, tem o célebre industrial yankee. Mas creio bem que, na sua, talvez justa, mas certamente cómoda maneira de apreciar psicologias, esses patrões e dirigentes não se apercebem dos Ramalhos que há, possivelmente entre a gente que empregam, ou nos serviços que dirigem, e estão longe de pensar na quantidade de Ramalhos que, por esse mundo, se adaptam a limpar bilhares e a marcar carambolas.

(Do livro *Filosofia Caseira*, 1947).

EMÍLIO COSTA

JOSÉ MARIA GONÇALVES

TIPÓGRAFO E BIBLIOTECÁRIO



UM dos tipógrafos que melhor figura fez na classe a que pertenceu — e não só na sua classe, mas também na organização sindicalista geral — foi José Maria Gonçalves, que, depois de haver exercido a profissão em várias tipografias, sobretudo em jornais, ingressou, por concurso realizado no ano de 1903, na Imprensa Nacional de Lisboa, onde trabalhou, durante muitos anos, como compositor manual do *Diário do Governo*.

Foi, nessa qualidade, um dos artistas mais distintos que têm passado pela Imprensa Nacional e daqueles que, nos tempos da ominosa empreitada, geralmente levantava fêria mais elevada que o próprio chefe de secção, o que sucedia graças ao método de trabalho adoptado, método que lhe permitia, sem o menor esforço físico — tanto mais que era homem de compleição débil —, encher compondores sucessivos, com uma rapidez e uma perfeição inigualáveis, pois as suas provas raro tinham emendas.

Autodidacta dos de maior força de ânimo, aproveitara, quando jovem, as horas que lhe ficavam livres do exercício da profissão para valorizar-se intelectualmente e, mercê do esforço que realizou nesse sentido, conseguiu sobressair em todos os agrupamentos em que actuou, nomeadamente na Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa, aliando, aos conhecimentos que adquirira, apreciáveis noções de contabilidade, que, se lhe foram de muita utilidade, não menos o foram para as instituições por onde passou.

Em 1924, por indicação de Luís Derouet, ao tempo administrador da Imprensa Nacional, deixava a oficina do *Diário do*

Governo para se integrar na função de Bibliotecário do estabelecimento, e de tal modo assimilou a técnica bibliográfica que a ele se deve a organização da importante secção, que dirigiu até à morte, secção constituída por muitos milhares de volumes, quase todos encaixotados havia muito tempo, como igualmente se lhe deveu a reorganização das excelentes bibliotecas da Sociedade A Voz do Operário e a da extinta Universidade Popular Portuguesa, onde acamaradou, nos respectivos Conselhos Administrativos, com a minha pessoa, com Augusto Carlos Rodrigues e os belos espíritos de Bento de Jesus Caraça, prof. Ferreira de Macedo e José Carlos de Sousa, tendo sido ainda sob a sua proficiente direcção que foi montada a biblioteca da Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

No Sindicato dos Compositores Tipográficos salientou-se como um dos elementos de maior prestígio, havendo-o representado com brilho no I Congresso Gráfico Nacional, realizado no Porto em 1905, e em quase todos os que se lhe seguiram; e, na qualidade de delegado do seu agrupamento profissional à extinta União das Associações Operárias de Lisboa, exercendo nesta o importante papel de secretário-geral, do mesmo passo que na Imprensa Nacional representou, por duas vezes, o pessoal do estabelecimento no Conselho Administrativo, organismo de cuja criação foi um dos mais esforçados obreiros.

Houve uma época em que dedicou o melhor da sua actividade à Sociedade A Voz do Operário, da qual foi sócio durante longos anos, tendo-se destacado como um dos elementos que mais esforçadamente batalharam pela extensão do voto deliberativo aos sócios auxiliares mais antigos. Quando essa aspiração passou ao domínio das realidades, foi eleito, com alguns dos outros elementos que o haviam secundado na campanha, para a Comissão Administrativa da Sociedade, tendo-se tornado notável a soma de trabalho que levou a cabo nesse período.

*

Antigos companheiros nas lides associativas — haviam-nos conhecido no Porto, em 1905, em pleno I Congresso Gráfico Nacional, onde eu estivera como delegado da Liga das Artes Gráficas

de Viana do Castelo —, não contactámos apenas na organização sindical, mas também nas sombrias masmorras. Parecia até que os janízaros andavam empenhados, nos tempos heróicos, em juntar-nos amiúde no cárcere, pois, geralmente, quando Gonçalves era preso, preso era eu também. Assim, passámos os dois, ao mesmo tempo (e pelo grave delito de sermos sindicalistas — designação que era ao tempo tão incendiária como é, ao presente, a de «comunista» —, e sobretudo, por dizermos, em voz alta, que o éramos), pelos lúgubres calabouços do governo civil, picadeiro do quartel do Carmo, cadeia do Limoeiro e Forte da Graça, de Elvas, só não tendo estado juntos em Janeiro de 1911, visto que ele fora então despachado para a Penitenciária, ao passo que eu fizera uma... cura-de-águas a bordo da fragata *Pero de Alenquer*, então surta no Tejo, a qual tinha como comandante Leote do Rego, que não teve prazer em que o houvessem transformado em nosso carcereiro.

Porém, a detenção mais dolorosa para o meu confrade — que era criatura doente, de físico raquítico — foi a do Forte da Graça.

Tendo sido obrigados, quando no Limoeiro, em 1913, a erguer-nos, abruptamente, dos bailiques, pelas 2 horas duma madrugada caliginosa, éramos, a breve trecho, metidos (na companhia de muitos presos políticos, sobretudo monárquicos) entre soldados da Guarda Republicana e conduzidos à estação de Santa Apolónia.

Encerrados em carruagens de terceira, e sempre ladeados pelos soldados, de arma aperrada, sem que nos tivesse sido servida qualquer refeição durante a longa viagem de Lisboa a Elvas, fomos despejados, pelo meio-dia, na estação do caminho de ferro daquela cidade e intimados a empreender imediatamente a ascensão do monte que conduz ao forte.

Sob um sol abrasador, lá encetámos a dura marcha, sempre ladeados pelos soldados e eu na peugada do Gonçalves, pois receava que ele viesse a cair por terra, visto que se a minha pessoa tinha perna rija, o companheiro claudicava penosamente.

Chegados, enfim, ao cimo do monte, breve penetrávamos numa das casamatas da fortaleza, onde a escuridão era espessa. E, embora fremente de indignação, não me faltou cinismo para, no intuito de tentar levantar o moral do camarada, lhe gritar: — «Mas é admirável a frescura desta casamata, meu rapaz!»

E por aquele antro nos quedámos seis longos meses, o companheiro enfermo dispensado, por consenso comum, dos duros trabalhos de limpeza da lúgubre prisão, eu e os restantes camaradas desempenhado à risca, alternadamente, o serviço de *faxina*, serviço em que me mostrei dos executantes mais exímios, pois poucos lavavam os tachos e a loiça, limpavam os talheres e passavam a caserna a pano tão esmeradamente como eu o fazia... Porém, em cozinheiro, nunca dei nada, tendo sido sempre um desastrado ⁽¹⁾.

*

José Maria Gonçalves, apesar de haver conseguido (mercê do seu espírito irrequieto e da ânsia de saber), valorizar-se de maneira notável, jamais renegou a sua origem operária, ao contrário do que, nos tempos que decorrem, fazem muitos *parvenus*, sendo até com ufania que reivindicava a sua antiga qualidade de compositor-tipográfico. E a prová-lo está a circunstância de a sua preocupação máxima, nos últimos tempos, haver sido a de concluir um trabalho que trazia entre mãos acerca da classe tipográfica, trabalho de que ainda na véspera do seu falecimento, já exangue, me falara com entusiasmo e que, infelizmente, não pôde terminar.

(1) Sou bom garfo, não me considero mau copo (às refeições, há que ajuntar) e não tenho vergonha de confessar que também sou um respeitável guloso. Para consumir, portanto, nos domínios da gastronomia, estou por aqui, mas se sou capaz de dar um razoável *faxina*, sou um desajeitadíssimo cozinheiro. Bastará dizer que quando a minha segunda mulher estava gravemente doente, de cama, e numa ocasião em que só nos encontrávamos os dois em casa, havendo-me a pobrezinha pedido que preparasse e deitasse na panela da sopa uma porção de batatas, tive o cuidado de lavá-las, mas pespeguei com elas, inteirinhas e sem lhes tirar a pele, na panela! Felizmente que tendo chegado na ocasião a esposa do Quartim, que ia visitar a doentinha, graças à sua amigável intervenção foi reparado o meu destrambelhamento.

A orientação profissional ou a escolha livre de uma profissão. — A orientação profissional foi assim definida por Mauvezin: **a escolha esclarecida, mas livre, de uma profissão.**

A orientação profissional consiste em procurar para cada indivíduo a ocupação que melhor se adapte às suas faculdades, e lhe forneça um melhor rendimento, constituindo ao mesmo tempo maior utilidade para o interesse geral, a par de vantagens materiais indispensáveis e de satisfações morais.

Noutros tempos, e ainda hoje nos países que se arrastam afastados da civilização, as crianças eram atiradas para qualquer profissão, sem se inquirir das suas qualidades físicas, intelectuais e morais.

Um grande industrial, professor da Escola Central das Artes e Manufaturas de Bordeaux, assinalava a seguinte lei que a sua longa prática lhe tinha permitido estabelecer e verificar: de entre 100 pessoas exercendo uma profissão, duas ou três exercem-na numa maneira notável, 20 exercem-na numa maneira média e todas as outras melhor avisadas andariam escolhendo outra profissão, daí se inferindo que 75 por cento pelo menos dos que lutam pela existência estão deslocados nas profissões que adoptaram, por falta de orientação.

Vejamos quais as tristes consequências a que muitas vezes conduz a falta de orientação profissional. Reportamo-nos às cifras publicadas por M. Fróis. Numa região industrial normalmente organizada do ponto de vista dos acidentes do trabalho, sobre 100 acidentes mortais, contam-se:

25 devidos a causas fortuitas;

31 devidos a protecções insuficientes respeitantes aos trabalhos a executar;

43 tendo por verdadeira origem má adaptação do operário ao trabalho que executavam.

Estes 43 últimos casos dividem-se assim:

10 provenientes de acidentes sobrevindos a operários **não qualificados tecnicamente** e cuja morte foi devida a manobras erradas;

15 sobrevindos a operários que *psicológicamente não deveriam ser ocupados nos lugares onde estavam;*

18 sobrevindos a operários *cujas faculdades psíquicas não correspondiam às exigências dos trabalhos a seu cargo.*

Como a estes 43 mal adaptados se poderá naturalmente acrescentar um certo número dos 25 e dos 32 por cento já citados, pode afoitamente dizer-se que, entre os 100 operários objecto destes accidentes mortais, metade pelo menos não tinha recebido a orientação profissional que se lhe deveria dar.

Mas reflitamos na forma como se faz a escolha duma profissão. Que método preside a esta decisão? Nenhum, na maioria dos casos. É o acaso, são indicações vagas de um amigo, de um vizinho, de um conhecido, que decidem da vocação de um debutante. Raros são os casos em que as crianças são guiadas e aconselhadas na escolha de uma profissão.

Todas as crianças nascem com um lote de qualidades físicas, intellectuais e morais. Estas faculdades inatas desenvolvem-se por vezes favoravelmente pela educação; outras vezes atrofiam-se. Mas, hereditárias ou adquiridas, elas dão resultantes que é bastante fácil estabelecer no decurso da escolaridade. A experiência ensina-nos que o homem está na criança, e que é possível, partindo-se das características da criança, formar-se uma opinião do que será o homem na idade madura. Uma criança robusta tem grandes probabilidades de manter a robustez; uma criança nervosa manter-se-á nervosa; uma criança estúpida conservará a estupidez; uma criança inteligente não será um adulto inapto; uma criança miope não terá uma vista aguda; uma criança daltoniana nunca distinguirá com exactidão as cores.

O exame das aptidões da criança permite determinar qual o sentido em que a sua actividade melhor poderá orientar-se. No caso em que houver tendência para desvios, alguns conselhos oportunos podem útilmente torná-lo atento aos perigos que esse desvio possa ocasionar.

Apesar de ainda pouco vulgarizada em relação aos milhões de individuos que no mundo se dedicam ao trabalho, a orientação profissional já se adopta em alguns grandes centros industriais. Em Bordeaux e nalguns outros centros da França e da Bélgica

criaram-se institutos de orientação profissional, que já prestaram grandes serviços e evitaram muitos erros. Quando da nossa visita ao Instituto de Bordeaux, superiormente dirigido por M. Mauvezin, o primeiro divulgador da orientação profissional em França, assistimos a um inquérito feito a um rapaz de 14 anos, que queria abraçar a profissão do comércio, de contabilidade. Da rápida observação concluiu-se que o rapaz não podia consagrar-se à contabilidade comercial, por a sua fraqueza visual não lhe permitir trabalhar mais de duas horas na profissão que escolhera. Ficou estabelecido que seguisse o comércio de vendas a retalho de objectos volumosos, como por exemplo mobiliário, sendo-lhe passada uma guia do instituto, subscripta pelo professor que o observou, e que será acatada em toda a parte pela autoridade moral de que está revestido aquele organismo. Nele não influem patrões, nem operários, nem o próprio Estado. Tem uma vida independente, que o prestigia e o coloca ao abrigo de suspeições. E tão vulgarizado e acreditado já se encontra em Bordeaux o Instituto de Orientação Profissional, que muitos pais o procuram para inquirir das faculdades naturais dos filhos para a escolha de uma profissão.

A orientação profissional deve exercer-se com simplicidade — diz ainda H. Mauvezin —, sem métodos complicados, e poucos resultados trará se os métodos empregados não são suficientemente simples para serem compreendidos pelos interessados, pais e filhos, tutores e tutelados. Por mais sábios meios de investigação que se utilizem, por mais perfeitos que se imaginem, se a família não ficar convencida dos resultados finais e escolher para a criança uma profissão diferente da que lhe foi aconselhada, poder-se-á dizer que o orientador, qualquer que seja, perdeu simplesmente o seu tempo.

A orientação profissional deveria exercer-se nas escolas primárias, cujos professores, em constante contacto com os alunos, melhor podem observar as suas qualidades físicas, intellectuais e morais. Só o professor pode conhecer perfeitamente a criança. Em primeiro lugar porque os seus estudos na Escola Normal lhe ensinaram a pedagogia. Em seguida porque o laboratório vivo, que é a escola, lhe permite todas as comparações. As exigências das profissões são muito pouco comparadas com os conhecimentos das crianças. O professor conhece a criança, a sua família, o seu meio: é a ele que de futuro parece estar destinada a missão da orientação

profissional dos aprendizes. O material preciso para as exigências é facilímo de adquirir:

Um quadro optométrico dos Drs. Fromaget e Ginestous (acuidade visual);

Um quadro para pesquisa dos daltonianos, destriça das cores (método de Holmgreen);

Um relógio de algibeira para medir a acuidade auditiva;

Um volume da Rose des Métiers⁽¹⁾, com as monografias das características e aptidões exigidas para cada profissão.

Consultando as monografias das várias profissões, as crianças, auxiliadas pelos seus pais e aconselhadas pelo professor e pelo médico, encontrarão as profissões que lhes convêm. É recomendável que a escolha da profissão se faça dos 10 aos 11 anos. Desde que a escolha esteja realizada, ver-se-á a criança instruir-se numa quantidade de detalhes, que poderão ser-lhe aproveitáveis mais tarde no exercício da sua profissão. Observará desde então a vida e o mundo com olhos mais perspicazes; o seu espírito despertará sobre numerosos assuntos tendo relações directas com o ramo no qual será de futuro chamado a trabalhar. E quando a prática da profissão for abordada, tendo a criança adquirido no decurso do prévio estágio um pouco de mentalidade especial à sua nova actividade, dará sem dúvida melhores resultados. Será possível numa época próxima ver numerosas crianças de 12 ou 13 anos, entrando na escola para um novo ano de estudo e sabendo já, depois de uma escolha maduramente reflectida, a profissão que contam abraçar no dia em que saírem da escola. A escolha de um patrão é, todavia, difícil. São raras as oficinas onde as crianças fazem uma aprendizagem séria e metódica. Os pais devem rodear-se por isso de todas as cautelas, colhendo informações.

A aprendizagem sem fiscalização é muitas vezes um logro. Se a criança encontra um bom patrão, aprende a sua profissão.

⁽¹⁾ *Rose des Métiers*, edição popular, para a Orientação Profissional dos Rapazes para as profissões da madeira, do ferro, da construção, da electricidade, da imprensa, comerciais, etc., etc., por M. F. Mauvezin. Bordeaux, S. d. 8.º (236 pp.).

Mas, se encontra um mau patrão, perde o seu tempo. É uma questão de lotaria. Para muitos patrões um aprendiz é um rapaz de 13 a 14 anos, tendo duas pernas, dois braços, uma cabeça, não se preocupando de saber se essas pernas são sólidas, se esses braços e as mãos que os completam são dextros, se essa cabeça é inteligente, se os olhos vêem bem, se os ouvidos ouvem nitidamente. Pede-se um aprendiz. Nenhuma especificação acompanha esta fórmula e muitas vezes um patrão, tomando um aprendiz, apenas procura obter mão-de-obra mais barata.

Mas é longo e vasto este assunto, que só por si daria matéria mais que suficiente para uma página — falada ou escrita. Nos pontos restritos em que o focámos apenas tivemos em vista realçar as vantagens da orientação profissional, cuja vulgarização num futuro breve colocará cada indivíduo no seu lugar. Não mais haverá inadaptáveis, mas indivíduos que abraçarão as profissões que os atraíam e às quais se adaptem as suas aptidões, quer físicas, quer intellectuais, quer morais.

(1927).

JOSÉ MARIA GONÇALVES

EVARISTO JUDÍCIBUS

ANTIGO OPERÁRIO
TIPÓGRAFO



TENHO agora o prazer de dar algumas notas biográficas acerca dum colega da velha-guarda que fez, há pouco, 81 anos de idade.

Ora, como são raros os tipógrafos que, em Portugal, atingem tal idade, quando adrega que um ou outro consegue galgar a difícil ladeira, assume o caso foros de acontecimento. E desde que o homem que chega aos 81 anos se não haja preocupado, enquanto viril, exclusivamente com a sua pessoa, mas que, ao contrário, tenha forcejado por que os companheiros desfrutassem melhores condições de vida, há, então, dobrado motivo para saudar efusivamente o cidadão que soube ser solidário com os confrades, e com mais forte razão quando, por outro lado, participou de elevados empreendimentos, que se não circunscreveram à corporação em que formava, mas que abrangiam, também, sectores sociais diferentes.

É este o caso de Evaristo Judícibus, antigo operário tipógrafo, como acima digo, o qual, ao fazer, em 12 de Janeiro de 1958, os seus 80 anos, teve em volta de si, na vila do Bombarral, onde reside, não só numerosas pessoas de família, mas também a corporação dos Bombeiros Voluntários, de que é comandante desde a fundação desta, e ainda representantes de várias instituições culturais daquela vila e muitos amigos pessoais, parte deles idos expressamente de Lisboa, inclusive a minha pessoa e mais dois colegas: José Pinheiro e José Martins, este último — que é um distintis-

simo desenhador, ora aposentado da Imprensa Nacional — autor dum belo retrato a guache, do homenageado, que foi descerrado naquele momento, no salão dos Bombeiros Voluntários, onde se realizou o almoço, e apresentado pelo Pinheiro, que, apesar de ser uma figura microscópica, me deu a impressão de ter crescido ao recitar, com voz máscula, esta expressiva sextilha, de sua autoria:

*Vimos aqui festejar
Teus oitenta a caminhar,
Co' esta promessa também:
Aos noventa cá estaremos
P'ra te dizer qu'inda havemos
De brindar pelos teus cem!*

*

Recordarei que quando, há 53 anos (apenas um pouquinho mais de meio século), vindo das profundas de Viana do Castelo, terra onde fui criado, arribei a Lisboa, ao contactar, logo no dia da chegada (que era um domingo), com os elementos activos da extinta Associação dos Compositores Tipográficos, instalada ao tempo na Rua de S. Bento, um dos colegas que logo me caiu em simpatia foi Evaristo Judícibus.

Possuía aquele Sindicato homens de grande valia: escritores, jornalistas, oradores e artistas, entre os quais Joaquim dos Anjos, Teixeira Severino, Avelino de Sousa, Norberto de Araújo, Teodoro Ribeiro, Augusto César dos Santos, José Benedy, Fernandes Alves, Ricardo de Sousa, José Antunes da Conceição Agostinho, Manuel Roque da Silva, João Black, José Maria Gonçalves e outros, dos quais restam apenas dois rebeldes jarretas: o Evaristo e eu.

Não era o actual octogenário, nem jornalista, nem orador. Não obstante, se pouco escrevia e não falava às massas, pelejava, como autêntico homem de acção, em favor delas, com uma energia, uma coerência e uma valentia que se tornaram proverbiais, assim se explicando que fosse o militante mais em evidência entre os gráficos, os quais lhe admiravam o dinamismo e o espírito de sacrifício, qualidades postas à prova em várias ocasiões e especialmente

quando do «lock-out» com que as empresas jornalísticas de Lisboa responderam, em 1904, às reclamações dos tipógrafos dos jornais, isto é, um ano antes da realização do I Congresso Gráfico Nacional, no Porto e onde pessoalmente travei relações com alguns dos militantes supracitados, ao lado dos quais viria a formar dentro de pouco.

Nessa greve, de cujo comité dirigente fez parte Evaristo Judícibus, apesar de as autoridades terem ameaçado com a prisão, apresentou o nosso amigo, na assembleia efectuada para resolver sobre a marcha do movimento, uma moção no sentido de que se prosseguisse na luta, documento que a maioria rejeitou.

*

Espírito empreendedor, foi por iniciativa de Evaristo Judícibus que em 1908 surgiu, em Lisboa, lançado por operários tipógrafos, o diário sindicalista «A Greve», arrojado empreendimento, para onde me arrastou, como redactor-principal da rebelde gazeta — uma voz proletária que fez ruído no meio operário daquela época e para cuja manutenção me abstenho de descrever agora os sacrificios que o respectivo grupo editor, constituído por cinco trabalhadores, teve de levar a efeito.

Mas não foi somente nos prélios de carácter sindical que Evaristo Judícibus mostrou a sua vontade forte. Igualmente estava presente em todas as manifestações de solidariedade humana, como sucedeu, por exemplo, em Junho de 1906, em que deu todo o apoio a José Benedy — outra grande alma —, quando este, como delegado da Associação dos Compositores Tipográficos, organizou um bando precatório, então realizado em Lisboa, a favor das famílias das vítimas duma grande catástrofe ocorrida nas minas de Courrières (França).

*

Pouco antes da implantação da República — isto é, aí por 1909 —, seguiu o antigo tipógrafo de «A Vanguarda», de Magalhães Lima, para a região onde nascera. E, embora no Bombarral tivesse passado à categoria de industrial de tipografia, não mudou de convicções, com o que quero dizer que prosseguiu

lutando, esforçadamente, pela melhoria da situação económica e social dos que trabalham,

Entre vários empreendimentos a que lançou ombros, naquela vila, registam-se: a publicação de diferentes jornais, um dos quais *A Voz do Bombarral*, que dirigiu, além de outros de carácter humorístico; autor da revista teatral *A Tesoura*, com música de A. Napier, que foi representada diferentes vezes no Bombarral, com agrado, e ainda de *Entre talas*, que subiu à cena não só no Bombarral, mas também nas Caldas da Rainha e noutras terras da provincia. E, como se isto não bastasse, ainda se lhe devem as três seguintes iniciativas, que são fruto do seu dinamismo, todas elas revelando grandeza de espirito e de alma: a criação do Teatro Eduardo Brasão; a da benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários e, finalmente, a da Biblioteca Popular, anexa à mesma Associação, instituições que, se honram o seu animador, não honram menos a vila do Bombarral.

Actos tão nobilitantes são suficientemente expressivos para que consideremos Evaristo Judicibus um homem, que, ao dobrar os 81 anos, não tem de envergonhar-se do seu passado, nem do presente, pois jamais tergiversou, nem deixou de dignificar o nome com belos exemplos de amor pela cultura e de se mostrar coerente, abnegado e altruísta.

NÓTULA ANTOLÓGICA

... ..
«Apesar de ser um homem sem história, direi que quando, em 1910, a vitória da República estava ainda indecisa, contribuí, secundado pelo povo do Bombarral, para que não soçobrasse o novo regime.

Tendo vindo então a esta vila o Dr. Tiago Sales, como delegado do Directório do Partido Republicano Português, os chefes republicanos locais mandaram-no entender-se comigo, e, mercê da acção então desenvolvida, conseguiu-se evitar que o regimento de Tomar, que se propunha ganhar Lisboa e que não pudera utilizar-se da linha do Norte, fosse obrigado a deter-se no Bombarral

por um bom número de horas. Ao cabo de bastante tempo na reparação da linha do caminho de ferro de Oeste, só de madrugada aquele regimento conseguiu avançar até cerca de Torres Vedras, onde foi, porém, forçado a quedar-se, uma vez que também a linha estava ali destruída.

O jornal «A Democracia», num número publicado por ocasião do 1.º aniversário da implantação da República, em artigo assinado por José Cândido de Melo, confirmou que fora devido à acção exercida pelo povo do Bombarral que o regimento de Tomar não chegou a Lisboa no momento mais crítico para a revolução.

E assim o compreendeu também Machado Santos, que, pouco tempo depois da implantação da República, me mandou perguntar, por um chefe republicano local, se eu tinha alguma aspiração, ao que respondi que possuía uma pequena tipografia e isso me bastava».

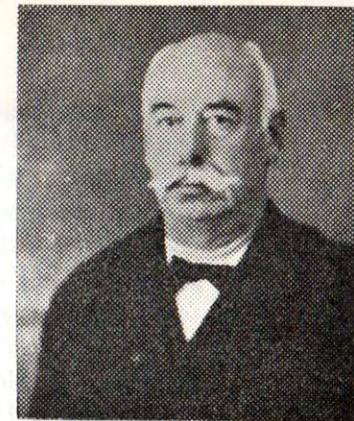
(1912).

EVARISTO JUDÍCIBUS

PORTAL BARRICADA - ARQUIVO HISTÓRICO

DR. ADOLFO LIMA

PROFESSOR, PEDAGOGO
E ESCRITOR



ENTRE os homens bons que têm dado, neste país, a sua melhor cooperação ao movimento das ideias de renovação social figura o Dr. Adolfo Lima, de seu nome completo Adolfo Godfroy de Abreu e Lima, que, descendente de uma família nobre, poderia ter usado, após o desaparecimento do seu progenitor, o título de conde, que lhe pertencia, mas que não quis adoptar, do mesmo passo que abandonou todas as honrarias e proveitos, preferindo fazer vida apagada, mas plena de trabalho fecundo.

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, onde concluiu o curso com 17 valores, fez, a seguir, concurso para delegado do Procurador Régio, tendo prestado serviço como substituto na 2.^a Vara do Tribunal do Comércio de Lisboa, onde também exerceu, de 1902 a 1910, a advocacia. Abandonou, porém, essa carreira para se dedicar à do professorado, pois capacitara-se de que estivera deslocado, até então, do ponto de vista profissional.

Foi professor: de Sociologia no Curso Livre da Arte de Representar, na Associação dos Artistas Dramáticos (1908); do ensino secundário particular em vários colégios; do Liceu Pedro Nunes, de 1911 a 1923, onde regeu, entre outras, a disciplina da Arte de Dizer, até que assumiu o cargo de director interino do estabelecimento e o de professor de Metodologia da Escola Normal Primária de Lisboa, de que pediu a exoneração em 1921, depois de nessa escola haver realizado uma obra tão notável que teve como resultado provocar a aglutinação, em volta do distinto professor, dum núcleo dos seus melhores discípulos, constituído por homens e senhoras, grupo que secundou animosamente o Mestre nas novas

cruzadas pedagógicas a que se devotou, especialmente na Escola-Oficina N.º 1, um belo tipo de escola que Adolfo Lima criou e dirigiu, com o maior carinho, durante muitos anos e que ainda hoje marca posição progressiva no país.

Mais tarde desempenhou, o ilustre pedagogo, o cargo de chefe dos Serviços Escolares da Sociedade A Voz do Operário, havendo sido tão admirável a cooperação que deu à popular instituição que ainda hoje nela se recorda com saudade a passagem do Dr. Adolfo Lima por aquele lugar. Também foi notável a assistência que prestou à extinta Universidade Popular Portuguesa e à Sociedade de Estudos Pedagógicos, de cuja direcção fez parte.

Porém, era tal a capacidade de trabalho do Dr. Adolfo Lima que ainda escreveu: *O Contrato do Trabalho; Metodologia*, 2 volumes (1921-1923); *Pedagogia Sociológica*, 2 volumes (1936); *O Ensino da História, Educação e Ensino* e muitas peças de teatro escolar, algumas das quais ele próprio ensaiou e que foram representadas por alunos da Escola-Oficina N.º 1, Escola Normal Primária e Liceu Pedro Nunes, vindo a propósito referir que se salientou também como crítico teatral distintíssimo.

E como se ainda fosse pouco, fundou e dirigiu a revista *Educação Social* e a *Enciclopédia Pedagógica Progredior*, em ambas escrevendo numerosos artigos, tendo colaborado também assiduamente na *Revista Educação Geral e Técnica*, que era o órgão da Sociedade de Estudos Pedagógicos e ainda em muitas outras revistas e jornais, entre os quais: *O Debate, O Intransigente, O Trabalho, Terra Livre, Última Hora, A Batalha, Conquista do Pão, Humanidade, Novos Horizontes, Sementeira, Lúmen, Germinal, Educação, Revista de Educação*, etc.

Traduziu: *Verdade*, de Emilio Zola; *As Leis Sociológicas*, de De Greef; *A Multidão Criminosa — Ensaio de Psicologia Colectiva*, de Scipio Sighele; *As Lições da Guerra Mundial*, de A. Hamon; *A Psicologia do Amor*, de Gaston Danville; *A História da Terra*, de L. de Launay; *O Direito Puro*, de E. Picard; *A Luta Universal*, de Dante; *A Falência*, de Burakan; *A Maternidade*, de Brioux; *A Liga da Gente Nova*, de Ibsen; *As Almas Solitárias*, de Hauptmann, tendo sido também o correspondente da revista francesa *L'Education*, de 1921 a 1927.

Todavia, não obstante a prodigiosa actividade que durante muitos anos exerceu nos domínios da Pedagogia, o Dr. Adolfo Lima dedicou aos assuntos de carácter sociológico um desvelo inultrapassável, não só debatendo ideias, mas actuando simultaneamente no sentido de que elas se concretizassem em realizações palpáveis, tendo contactado estreitamente, para o efeito, com os elementos mais avançados do operariado.

A organização sindicalista, que sempre teve no Dr. Adolfo Lima um cooperador dedicadíssimo, deveu-lhe serviços relevantes. Assim, foi um dos intelectuais que maior número de elementos de estudo proporcionou aos militantes operários para a elaboração das teses discutidas nos Congressos, tanto no tempo da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, como no da União Operária Nacional e, posteriormente, nos promovidos pela Confederação Geral do Trabalho, no último dos quais — o realizado na Covilhã — foi discutida a tese *Organização Social Sindicalista*, em que colaborou dedicadamente.

O Dr. Adolfo Lima — que morreu em 1943, com 69 anos de idade — era extremamente modesto, tanto que sentia prazer em confundir-se com os operários. Só as pessoas que o conheciam de perto sabiam que naquele homem, de aspecto tão simples, palpitava uma alma deveras varonil.

NÓTULA ANTOLOGICA

Os costumes dissolutos e a prostituição

I — A prostituição restritamente dita é um efeito e um aspecto especial, típico, e um estado agudo da prostituição geral dos costumes sociais.

II — A perversão estética, a insensibilidade moral, a exacerbação da paixão erótica dos indivíduos impedem-nos de compreender e de ter consciência do que há de repugnante em muitos dos variados costumes, aceitos e tolerados, e, até, preconizados entre esses seres humanos amorais — senão imorais — oriundos de uma civilização incompleta e paradoxalmente contraditória e incoerente.

III — A prostituição regulamentada é a prova deste paradoxo inconsciente, amoral, antiestético, insensível, que aceita e tolera, e, até, preconiza essa regulamentação do vício venéreo, considerando-a como uma necessidade social ou — por cobardia inibitória — um mal inevitável.

IV — No actual estado dos costumes, a sua proibição seria irrisória; seria mais uma mentira legal; seria *Tartufo* mascarado de *Virgindade*, porquanto a existência ou não existência da prostituição não é um caso de patologia social localizado e isolado, sem ramificações no presente, nem raízes no passado das instituições que formam a estrutura do superorganismo *Humanidade*.

V — A prostituição não está no acto fisiológico erótico por que ela é restritamente considerada e estritamente censurada, mas, sim, e muito mais, na prática de actos que rebaixam e aviltam a dignidade da pessoa humana; apodrecem o «carácter humano»; dessoram, por purulento contágio, a personalidade ética do individuo humano.

VI — Nos costumes actuais há uma prostituição geral, tão dissolvente e repugnante como a dos bordéis, que é, afinal, uma expressão mais grosseira e brutal daquela.

VII — Há, por vezes, mais prostituição em certas pessoas que são fisiologicamente virgens do que em muitas dessas desgraçadas meretrizes, que uma tara ou uma vida social atirou para um miserável ou luxuoso alcoice, e que, pela perversão do instinto sexual, as inferioriza a qualquer outra fêmea da escala animal.

VIII — Há actos considerados licitos e sancionados pelos costumes que são tanto ou mais imorais do que a própria prostituição. E assim, por exemplo, é mais profundamente imoral quem aceita, tolera, legaliza a existência da prostituição, quem se aproveita dela, do que quem se prostitui, quer por tara, quer por devassidão mesológica.

IX — A acção erosiva da prostituição é mais importante sob o aspecto da perversão estética e social, dos costumes dissolutos das sociedades humanas, do que sob o aspecto fisiológico animalesco pròpriamente dito.

X — Só um saneamento geral e um rigoroso tratamento de profilaxia colectiva de todas as instituições sociais e respectivos costumes — por meio de uma educação intensa e integralmente humana, simultaneamente fisiológica, estética, mental e social — poderão pôr cobro a esses costumes dissolutos, que, por sua vez, criam o condicionalismo capaz de gerar e manter a hodierna prostituição — hetérica ou ramêiriça, privada ou pública, ilegal ou legal — e acabar assim, «de facto», com esse cancro social.

(1916).

ADOLFO LIMA

JOÃO DE CAMPOS LIMA

ADVOGADO, JORNALISTA
E ESCRITOR



EM Março de 1956 falecia em Lisboa, com 78 anos de idade, um dos mais entusiastas paladinos das ideias de renovação social: João Evangelista de Campos Lima, formado em Direito, que, desde os tempos de estudante, pelejou com bravura contra todas as injustiças e arbitrariedades. Assim, quando estudante na Universidade de Coimbra, formou, com um reduzido grupo de colegas — todos de ideias desempoeiradas — entre as figuras mais salientes da memorável greve que os académicos efectuaram, em 1907, como protesto contra uma flagrante injustiça de que fora vítima um seu colega, greve que provocou a expulsão desse grupo, que mais tarde foi, todavia, readmitido na Universidade.

De como era considerado no meio académico de então conclui-se das linhas que a seguir reproduzimos, escritas por um jornalista que pertenceu também ao número daqueles grevistas:

.....

«O que mais se admirava em Campos Lima era a vocação de orador. Nas grandes reuniões da academia universitária, quando os debates pareciam definir-se pelo quase triunfo das ideias ou propósitos dum grupo, Campos Lima, com surpresa geral, pedia a palavra, dirigia-se calmamente para o estrado e expunha os seus

pontos de vista com lógica e argúcia na argumentação, com vigor no seu verbo, a um tempo fluente e persuasivo. O efeito era inesperado: ou a assembleia, na maioria, perfilhava as suas opiniões, ou se dissolvia, reconhecendo-se impotente para realizar os fins para que fora convocada.

Campos Lima era um idealista puro e desinteressado. Aspirava viver num mundo social bem organizado, com finalidades profundamente humanas, sem hierarquias, sem sofrimentos, sem miséria. Espírito lúcido, compreendia ser isso irrealizável. Não obstante, manteve-se arreigado ao seu ideal romântico. Daí toda uma vida de admirável modéstia e de heróica resignação, através da qual procurou vencer as dificuldades materiais com altiva dignidade e inconcussa honradez. Coração sensível, alma generosa, carácter duma lealdade modelar, Campos Lima era atraente no convívio e teve muitos amigos de alta categoria mental e social que lhe apreciavam o talento e, sobretudo, a sua impecável probidade».

... ..

Era, na verdade, duma grande probidade o nosso extinto confrade. Podendo ter desfrutado duma situação económica que o pusesse a coberto de dificuldades materiais, para o que aliás não teria necessidade de apoucar o seu passado limpo, preferiu sujeitar-se a uma vida de privações a alienar a sua independência de acção e de crítica. E nunca ocultou os seus princípios ideológicos, antes os reivindicou até ao fim de seus dias, assim como jamais se lastimou de levar uma existência difícil.

*

A corroborar que esta o era, de facto, está o seguinte episódio, em que fui interveniente:

Como, há anos, um antigo elemento da C.G.T., quando dum processo organizado contra vários componentes do M.U.D., tivesse sido incluído na querela, deu ele como testemunhas abonatórias, entre outros, a excelsa Manuela Porto, Campos Lima e a minha pessoa, pelo que fomos intimados a comparecer na Boa-Hora em determinado dia, para efeitos da chamada «instrução contraditória».

Enquanto Manuela Porto estava sendo ouvida e eu e Campos Lima aguardávamos, no corredor, que chegasse a nossa vez de sermos chamados à presença do juiz, disse-me o extinto amigo:

— Tenho pena de não poder dizer meia-dúzia de coisas quando se efectuar o julgamento.

— Homessa! — atalhei. — E quem é que te impede de dizer essa meia-dúzia de coisas?

— Então não vês a dificuldade que tenho de falar, por me faltarem os dentes?

Entretanto, o oficial-de-diligências vinha chamar um de nós, pelo que não prosseguiu a conversa.

*

De regresso a casa, fortemente impressionado por se dar o triste caso de um orador como Campos Lima estar inibido de falar, deliberei avistar-me, no dia seguinte, com um dentista que era amigo comum, o qual logo se prontificou a fazer-lhe uma boa dentadura, em condições de preço excepcionais. O mais difícil era conduzir as coisas de modo que o nosso camarada não se sentisse vexado. Telefonei-lhe nestes termos:

— Descobri, meu rapaz, maneira de fazeres o discurso no julgamento.

— Como é isso, homem?

— Muito simplesmente. Há um dentista nosso amigo que, estando empenhado em ouvir o teu discurso, se prontifica a fazer-te uma excelente dentadura em condições excepcionais. Pagar-se-á apenas dos materiais, e isso fica a meu cargo e de mais meia-dúzia de amigos. Tens que encontrar-te comigo amanhã, às 17 horas, no consultório do dentista. Ficarás com uma boca tão provocadora que a tua neta vai devorar-te com beijos...

Volvido pouco tempo, o nosso amigo voltava a exprimir-se com a fluência antiga. Não o ouvimos no julgamento, visto que o processo foi arquivado, mas tivemos o gosto de escutá-lo em várias sessões públicas, especialmente nas levadas a efeito pelo Jardim Universitário das Belas-Artes, onde teve muitas intervenções, sempre lúcidas, invariavelmente animadas de um alto espírito de proselitismo profundamente humano, vanguardista.

Campos Lima, que manteve uma editorial — «Edições Spartacus» — a qual lançou bons livros, alguns deles de sua autoria, teve, em Lisboa, uma pequena tipografia, onde eram compostas as obras que editava.

Não havendo podido manter a oficina, levou Campos Lima para sua casa algumas caixas de tipo, onde ele próprio procedia à composição tipográfica, embora morosamente, visto que não era um profissional.

Profissional gráfico, e dos mais distintos, foi seu irmão Emílio Lima, que conheci no Porto, em 1905, quando do I Congresso Gráfico Nacional, onde representou a Liga das Artes Gráficas daquela cidade, Liga de que foi um dos mais prestigiosos militantes. Tendo vindo mais tarde para Lisboa, pouco tempo aqui trabalhou como tipógrafo, pois havendo tirado o curso de contabilista, nessa nova profissão exerceu a sua actividade até à data em que faleceu.

Era o nosso amigo também um excelente poeta, tendo deixado muitos poemas, alguns deles de grande graça e ternura, como o que fecha a presente biografia, dedicado ao nosso comum camarada e amigo, Grácio Ramos, quando foi festejado o seu 75.º aniversário natalício.

NÓTULA ANTOLÓGICA

NO 75.º ANIVERSÁRIO DE UM AMIGO

*Um velho já muito velho,
Inda mais velho do que eu,
Quis festejar o ser velho
E um beberete nos deu.*

*Não deu jantar, pois p'ra velhos
Um jantar... só de dieta!
Mas comeu-se, que de bolos
Estava a mesa repleta.*

*Só nos fez uma traição
Que nos causou grande mágoa:
Deu-nos vinhos e licores
E chamou-lhes «copo de água».*

*Como era «água», bebeu-se
Um metro cúbico ou mais.
Não sei o que isto dará
E se virá nos jornais.*

*Alguns estão já alegres,
Com vontade de cantar,
Mas outros ficaram tristes,
A apetercer-lhes chorar.*

Porque isto de fazer anos
Também a nós acontece:
Os mais novos inda riem,
Aos mais velhos aborrece.

É p'ra nós bem doloroso,
Por mais que se façam festas,
O ver que a um pobre amigo
Lhe sucedeu uma destas.

Setenta e cinco! Co'a breca!
E fazer-se gala disto!...
São muitos mais que os pregos
Com que pregaram o Cristo!

Cada ano é assim como um prego
Pregado no nosso amigo
Pelo maldito do Tempo,
O seu maior inimigo.

Está já todo crivado,
Mesmo par'cendo que não,
Pois sabe inda suportar
Tão cruenta pregação.

Quem pudera aliviá-lo
Dos anos que lhe pregavam
E levá-lo p'ró bercinho
Em que em bebé o embalavam!...

E se isso mesmo acontecesse
Aos velhos que hoje aqui estão.
E, em vez de vinho nos dessem
Uma chucha ou biberão!

Vê-se que sou dos que choram,
Enquanto disso outros riem.
Mas, por terem menos anos,
Meus amigos, não se fíem.

Ao rirem, já mostram rugas,
E, por esse caminhar,
Por mais voltas que lhe dêem,
Também hão-de cá chegar.

Mas deixemos coisas tristes
E bebamos à saúde
Deste nosso anfitrião,
Por copo de meio almude.

Viva outros setenta e cinco,
P'ró século e meio alcançar,
E que nós sejamos vivos
P'ra lhos podermos contar.

Sobre a nudez da verdade
O manto da fantasia...
Como o vinho disfarçado
Em água da Companhia.

*Não penses, Grácio, que és velho.
Eu disse-o, mas a brincar...
Daqui por mais uns cem anos
Disso havemos de falar.*

*Ergo o copo e vou beber
P'ra que vivas e mais eu,
Pois nenhum de nós tem pressa
De saber como é o Céu.*

*E todos os que se rirem
Dos anos que já contamos,
Se os não querem ter, que vão,
Enquanto nós cá ficamos.*

(1951).

CAMPOS LIMA

HILÁRIO MARQUES

OPERÁRIO CALDEIREIRO



COM 71 anos de idade sucumbiu em Lisboa, em 1949, o mestre caldeireiro Hilário Marques, natural da cidade da Guarda, que veio para a capital com tenros anos e que aqui aprendeu o ofício numa pequena oficina, tendo transitado, quando adolescente, para a do Arsenal da Marinha, onde se fez um dos profissionais mais competentes.

Dentre os anarquistas que saíram da classe operária foi Hilário Marques um dos que com mais inteligência e pertinácia promoveu a divulgação dos princípios libertários em Lisboa, primeiro em publicações de carácter eventual, posteriormente por intermédio da revista *A Sementeira*, que lançou em 1908 e manteve até 1919, uma das publicações mais circunspectas, sem deixar de ser penetrante, que os anarquistas portugueses editaram e na qual colaboraram os elementos de maior valia naquele sector ideológico. Simultaneamente, exercia o cargo de correspondente da *Aurora*, do Porto, como o exerceu nos restantes hebdomadários publicados pelo mesmo grupo editor, tendo sido também colaborador assíduo de *A Obra*, de Lisboa.

A Sementeira foi, durante muito tempo, composta em minúscula tipografia própria, por um jovem colega meu, num cacifo da Rua da Barroca, por onde passei amiúde, tendo-se mantido essa revista graças à extraordinária força de vontade do seu fundador

e administrador, que era das pessoas mais metódicas com quem tenho contactado nas fileiras avançadas.

Conheci pessoalmente, Hilário, em 1908, numa reunião que eu e os restantes fundadores do *soi-disant* diário sindicalista *A Greve*, efectuámos na casa da Rua Luz Soriano onde o jornal viria a ter a sua sede, reunião que convocáramos para saber se poderíamos contar com a cooperação dos elementos da ala avançada da classe operária, isto é, dos socialistas e anarquistas, então em franca hostilidade, como também o estavam, nesses recuados tempos, os republicanos e os partidários de João Franco, os últimos dos quais pretendiam «caçar no mesmo terreno»...

Hilário Marques foi um dos militantes anarquistas que usaram da palavra na supracitada reunião, e exprimiu-se de modo a deixar a impressão de que a *A Greve* teria o apoio dos elementos avançados, visto que ali se estabelecera como que uma espécie de «frente única».

E, assim, o nosso diário aparecia no dia 18 de Março do mesmo ano, aniversário da Comuna de Paris.

Em 1919 voltámos a contactar de perto em *A Batalha*, de cuja comissão organizadora Hilário fez parte, tendo sido ele o primeiro administrador desse diário operário, secundado por Francisco Cristo, também um devotadíssimo propagandista, cujo nome recordo sempre com saudade.

*

Hilário Marques, que, às pessoas que o não conheciam de perto, dava, pelo seu feitio não-cerimoniático, a impressão de homem áspero e que, por vezes, tinha ironias contundentes para certos indivíduos que dele se abeiravam, era, no fundo, um sentimental, desses caracteres duma só face que sabem conservar as velhas amizades ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Pelo que me concerne, fiquei-lhe devendo provas de amizade bem expressivas, entre as quais estas duas: quando, em 1920, com os pulmões mordidos pelos bacilos, fui forçado a permanecer, durante seis meses, no Sanatório Sousa Martins, na Guarda, Hilário Marques não deixou de visitar-me, acompanhado de sua esposa; e, dez anos volvidos, isto é, quando da minha estada em Paris, tendo ido, com Madame, passar uns 15 dias na aldeia onde essa senhora nascera e em que residia sua

No Arsenal de Marinha foi, durante muitos anos, o chefe da oficina dos caldeiros, e como era dos profissionais mais aptos e sabedores — não sei se já repararam que, em geral, os operários que mais sobressaem no movimento das ideias são, do ponto de vista técnico, dos melhores profissionais —, por cinco vezes foi escolhido, pela direcção do Arsenal, para seguir e fiscalizar, na Inglaterra, a construção das caldeiras destinadas aos diversos navios ali mandados executar pelo Governo português, motivo por que fez longos estâgios em diferentes cidades industriais inglesas, havendo sempre sido tida na maior consideração a sua idoneidade técnica e moral pelos engenheiros navais com quem serviu e também pelas mais altas patentes da Armada, não obstante uns e outros estarem ao facto de que, no domínio das ideias, Hilário se situava em plano diametralmente oposto.

Autodidacta, falava e escrevia o espanhol, o francês e o inglês, além de manejar a língua portuguesa com clareza e, não raro, com graciosidade.

Aposentado havia 11 anos, foi solicitado, em 1945, para dirigir as oficinas de caldeiro da Sociedade Argibay de Construções Navais, Lda. A atestar a forma como se comportou ali, quer como técnico, quer como homem, quer como companheiro de trabalho, está o comovente testemunho de consideração e pesar prestado à sua memória tanto pela direcção como pelo pessoal das oficinas e dos escritórios da firma referida, por ocasião do funeral do nosso velho confrade, derradeira e eloquente homenagem, de que participaram muitos dos seus antigos camaradas de ideias.

mãe, quis que eu e a minha primeira mulher lá fôssemos gozar as férias anuais, que coincidiram com as suas. Recordo-me agora que precisamente no momento em que saía, com aquela, do hotel para ganhar a estação do caminho de ferro, era-me entregue, pelo porteiro, uma carta em que Ferreira de Castro me comunicava que acabara de chegar a Paris e queria que fosse almoçar com ele, convite a que, mau grado meu, não pude corresponder, por haver comprado os bilhetes do caminho de ferro na véspera. Impedido, assim, de almoçar com o escritor amigo, vinguei-me tomando um fartote de belas cerejas, que eu e o Hilário, encarrapitados em escadotes, arrebatámos de duas amplas cerejeiras pertencentes a uma das «fazendas» de sua sogra, a qual possuía também uma bem fornida garrafeira, em que fizemos considerável desbaste...

A propósito de programas. — Se pusermos de lado os individualistas e exceptuarmos, até certo ponto, os que têm caído no erro que Malatesta chama «harmonista», tudo deixando à inspiração do momento, à virtude improvisada das revoluções, à espontânea harmonização das massas — os anarquistas, fiéis às ideias da Internacional bakunista, sempre trabalharam, não só na criação de uma vontade revolucionária, de um desejo activo de mudança e na formação da consciência dos males a destruir e do fim a atingir, mas ainda na reunião de elementos orgânicos e de materiais de reconstrução, que não poderiam limitar-se às forças da minoria revolucionária de iniciativa e de combate.

Eis por que fomos sempre sindicalistas, mesmo antes do termo. Eis por que sempre repetimos em todos os tons que a vida social não pode sofrer interrupções e que o partido ou classe que, na devida oportunidade, não disponha já de elementos que assegurem a continuidade e a reorganização dessa vida, arrisca-se a ter de abandonar a tarefa ao inimigo ou a um compadre deste, sem tirar proveito da situação; ou ainda a deixar tudo como está, utilizando a máquina já montada e seguindo a rotina já traçada; ou, finalmente, e é a melhor das hipóteses, a ter uma crise mais demorada e dolorosa.

Certamente, as ocasiões é preciso aproveitá-las quando aparecem; as revoluções não são trabalhos de gabinete ou de laboratório, levados a cabo com todos os elementos e com todos os rigores do método; a preparação nunca é, nunca pode chegar a ser suficiente e muito menos completa, e há uma certa puerilidade ociosa na cegarrega lamentosa dos doutores, que levam o tempo a ralhar porque lhes não dão ouvidos, e a queixar-se da «falta de preparação» — coisa que existe sempre mais ou menos e que é absoluta aos olhos dos adversários e dos sem fé.

Mas em todos os tempos e sobretudo agora, quando a levada revolucionária já rompeu os diques e vem por aí abaixo, é de primeira urgência a tarefa de preparação, para bem de todos, incluindo os privilegiados a expropriar.

E o trabalho básico, essencial, primeiro, é, sem dúvida, hoje, mais do que nunca, o desenvolvimento, a multiplicação, o aperfeiçoamento dos núcleos reorganizadores da produção, dos herdeiros directos da burguesia açambarcadora, das células produtoras e administrativas da sociedade em reconstrução: os sindicatos operários, as uniões locais de sindicatos, as federações de indústria.

Tal é a tarefa orgânica primária, da qual dependerá o encurtamento e suavização da crise revolucionária, maior certeza de vitória, maior eficácia de transformação sociais, a redução da necessidade e do perigo de uma ditadura, com a sua natural tendência para se perpetuar, sob uma forma ou outra, e para se apoiar numa espécie qualquer de burocracia e de militarismo.

E o operariado, em Portugal, parece ter a compreensão ou a intuição da necessidade inadiável do momento. Lemos em «A Batalha», com imenso júbilo, que de norte a sul do país se activa febrilmente a obra de organização operária — obra grandiosa e bela a estimular, a ajudar, a coordenar por parte dos militantes sindicalistas e de todos os homens de boa vontade

*

O segundo grau de preparação consiste na habitação, tanto quanto possível, dos organismos sindicais para assumir o encargo que lhes está destinado, e na reunião e compilação dos elementos de um plano geral de reconstrução.

Por volta de 1901 procedeu-se em França, entre as organizações operárias, a um inquérito, cujos termos precisos nos não ocorrem, mas que visava precisamente a dar àquelas organizações a consciência e a preocupação do papel a desempenharem.

Seria uma coisa a fazer agora entre nós, desse o resultado que desse. «Que faria no seu ramo de actividade e dentro da sua esfera de acção esse sindicato, essa união, essa federação, durante o período de reorganização social? Que elementos de produção tem ou poderia ter prontamente ao seu dispor? Que necessidades tem de satisfazer? Que lacunas lhe é necessário preencher? etc.»

Sem esse trabalho preliminar, bem difícil é elaborar um plano de conjunto. Podem apenas architectar-se fantasias de gabinete, que as realidades do momento desfarão como fumo ou tornarão

letra morta. Uma sociedade em revolução é já de si extraordinariamente móvel e as próprias soluções achadas diante de cada necessidade prática caducam em vertiginosa mansão. Os planos gerais minuciosos, os projectos de decretos com força de lei prontos a vestir, quando muito, só terão a vantagem de oferecer às massas um programa, um alvo concreto, ou de nos revelar os intuitos dos seus autores. Mil elementos desconhecidos surgirão, de fora ou de dentro, virão mil factos novos, a cada passo mudará o aspecto das coisas, os meios de realização, o ambiente de acção.

*

Sejam quais forem os pormenores, as modalidades de aplicação prática, impostas pelas condições e necessidades de ocasião e resultantes do livre embate de opiniões e tendências, nós continuaremos defendendo sempre o nosso programa integral, antiestatal e comunista.

Nós queremos que a ideia de socialização não seja entendida no sentido de estalização ou nacionalização, ou de transformação da propriedade individual em propriedade corporativa. O solo e todos os meios de produção devem estar à disposição de todos e de cada um, e o trabalho associado não deve ser forçado, mas demonstrar a sua superioridade pelo exemplo. Liberdade para o indivíduo não só de emigrar e de mudar de associação ou trabalho, o que seria pouco, mas de trabalhar associado ou isolado.

Nós queremos que o trabalho seja o mais possível e cada vez mais integral, isto é, manual e intelectual, visto que a divisão entre os dois ramos promove uma classe burocrática e dirigente.

Queremos que a primeira entidade económica seja também a primeira unidade política ou administrativa, depois do indivíduo. Combateremos sempre todas as superfactações políticas, todos os duplicados dos organismos produtores, todas as tendências para a persistência da burocracia, ainda que seja mascarada.

Queremos que as funções administrativas sejam exercidas ao mesmo tempo que o trabalho e a produção directa ou, pelo menos, alternando-se continuamente com ela em cada indivíduo, generalizando-se e tornando-se o mais possível automáticas e por turnos. Seremos contra qualquer funcionalismo permanente, formando em

categoria, por mais que o escondam sob a asa protectora da ilusão democrática de uma renovação electiva. As iniciativas e competências têm mil maneiras de actuar numa atmosfera de liberdade e de contribuir para a obra colectiva.

Ai ficam de momento algumas linhas gerais do nosso programa. Desejamos que ninguém possa ser induzido em erro pelo facto de estarmos defendendo a revolução russa contra a reacção burguesa, como amanhã defenderemos contra essa mesma reacção as conquistas feitas entre nós pela revolução proletária.

E protestamos contra a afirmação de que a defesa do nosso programa integral, intransigente, possa prejudicar a vitória do proletariado. Cada partido acusa disso os mais avançados. Mas é um erro que os factos contemporâneos tornam patente e luminoso. São as acções e programas extremistas que fazem avançar a revolução, que a generalizam e a consolidam, que a salvam muitas vezes. É o extremismo que arranca à burguesia todas as concessões, mesmo as que estão abaixo do seu programa, mesmo quando esse extremismo é dado por vencido.

O nosso papel, a nossa acção, continua sendo entre o povo. Aqui onde estamos, aqui permaneceremos. Não somos candidatos a deputados socialistas, nem sequer a comissários do povo.

(1919).

HILÁRIO MARQUES

ALFREDO MONTEIRO

MANUFACTOR DE CALÇADO



As pessoas que em Lisboa frequentam as instituições onde as coisas do Espírito têm senhoria, deviam ter notado, muitas vezes, a chegada, às respectivas salas, de um simpático par, a fim de assistir às conferências, par que se apresentava, geralmente, de braço dado e que era constituído por uma frágil senhora de cabelo alourado, aparentando meia-idade e por um bem-parecido septuagenário, que exhibia *barbicha* grisalha, a qual caía sobre uma característica *lavallière* e que ostentava um diminuto chapéu preto, ao presente pouco usado.

O cavalheiro, que era o pai da aludida senhora, tinha tipo de artista, como tal havendo sido tomado por numerosas pessoas, enquanto outras o supunham professor.

Era aquele par certo em quase todas as conferências da extinta Universidade Popular Portuguesa, da Sociedade de Língua Portuguesa, da Caixa Económica Operária, da Associação dos Inquilinos Lisbonenses, da Sociedade A Voz do Operário, da Sociedade Nacional de Belas-Artes, do Museu João de Deus, da Sociedade de Geografia, da Casa do Alentejo, enfim, nas reuniões em que se tratava de Literatura, Ciência, Arte, etc. Porém, doravante não mais será dado o gosto de voltar a vê-lo.

É que Alfredo Monteiro — é desse antigo confrade que me vou ocupar — foi ceifado do número dos vivos a 8 de Julho de 1957, tendo assim sofrido nova brecha a já tão desfalecida tertúlia de que faço parte e de que o nosso amigo era um dos componentes mais frescos e optimistas. E se há desenlaces que surpreendam, este do velho lutador constitui um dos mais inesperados, porquanto toda a gente estava longe de supor, inclusive ele próprio, que um organismo de aspecto tão escoreito viesse a ser pulverizado, em pouco mais de um mês, por um carcinoma dos de pior raça.

*

Dos mais combativos e inteligentes militantes do antigo Sindicato dos Manufactores de Calçado, Alfredo Monteiro, nem mesmo quando, volvidos anos, se tornou uma espécie de industrial, deixou de pelejar animosamente pela melhoria da situação económica e social da classe que dignificou. E era tão pouco patrão que, na sua pequena oficina da Calçada do Sacramento, onde se reuniam pessoas que formavam na ala avançada das ideias, entre elas Manuel Ribeiro — de quem Monteiro foi amigo dilecto —, só se tratava de borzequins para levantar a jorna indispensável à manutenção dos poucos que ali exerciam a actividade profissional, porquanto os assuntos que respeitavam às lutas de carácter social é que suscitavam o entusiasmo dos que ali davam *rendez-vous*.

A certa altura, porém, teve Alfredo Monteiro que fechar a quitanda, e, já gasto para trabalhar por conta de outrem, forçado foi a arranjar nova profissão: fez-se manufactor de cintos para senhoras.

Todavia, sempre vibrante de entusiasmo e de fé numa renovação social que um dia se operará, continuava na defesa do seu credo, e, não podendo prosseguir batalhando no sindicato de que fora um dos fundadores, passou a exercer a actividade idealista noutras instituições, especialmente na Cooperativa Caixa Económica Operária e na Associação dos Inquilinos Lisbonenses, aqui, primeiro, como presidente da Direcção, a seguir, na qualidade de tesoureiro, posteriormente como vogal da Direcção, e, por fim, como componente da Comissão de Conciliação, e em todos esses cargos pôs o melhor do seu esforço, do mesmo passo que, nas

assembleias gerais da Colectividade, intervinha, frequentemente, exprimindo, com voz clara e bem timbrada, os seus pontos de vista, que impressionavam pela sinceridade com que eram expostos.

*

Falando um pouco de mim — o que serve, aliás, a suavizar o necrológio —, direi que, em fins de Agosto de 1921, seriamente avariado dos pulmões, em consequência de um trabalho exaustivo, realizado na redacção do diário *A Batalha* e também como componente da comissão executiva da greve dos profissionais da Imprensa — que se prolongou por quatro meses —, depois de haver passado umas semanas no salubre lugar das Covas de Ferro, tive de seguir para o Sanatório Sousa Martins, da Guarda, terra em que nascera Monteiro e onde então trabalhava. É que, por sua vez, fora forçado a fixar-se ali para que sua filha Georgina — a senhora que, anos volvidos, viria a ser a sua *partenaire* na romagem às conferências — recebesse tratamento idêntico ao meu, visto que os seus pulmões se achavam também perigosamente debilitados.

Como eu levasse guia para o Pavilhão n.º 3, que naquela época fechava no fim de Setembro, por não possuir aquecimento, enquanto aguardava instruções dos meus camaradas de Lisboa acerca do que devia fazer, fui incitado, por Alfredo Monteiro e também por Mário de Oliveira, a que desse imediatamente entrada no Pavilhão n.º 1 (o dos ricos), sem o que me arriscaria a esperar longo tempo por vaga. Assim fiz, resolução dentro de pouco sancionada pela comissão de Lisboa.

Sendo o único operário que, graças à admirável solidariedade dos camaradas, estava num pavilhão cuja permanência saía cara, e no qual predominavam oficiais do exército (com os quais, aliás, contactei sem qualquer atrito), não só por aquela razão, mas também porque ansiava por libertar-me dos bacilos, impus-me uma disciplina sanatorial que deu tão excelentes resultados que surpreenderam o próprio director do estabelecimento, o grande fisiólogo Doutor Lopo de Carvalho: ao cabo de dois meses e meio estava livre dos daninhos roedores!

Ora, sucedeu que, num domingo em que, depois da cura-de-reposo que se seguira ao almoço, dava o meu giro higiênico pelo

parque do Sanatório, um criado veio dizer-me que estavam junto ao portão, que ficava ao fundo, uns senhores que queriam dar-me um recado. Ao aproximar-me, que vi? O Monteiro e o Mário de Oliveira abarcados a uma melancia tão descomunal que me parecia um Mundo. Pesava 18 quilos! Quebrando a disciplina, saltei o muro e, com os amigos, regalei-me a saborear a polpa vermelha, succulenta e doce do excelente exemplar, tão imponente e deleitosa como ainda outra não engoli em vida minha.

Duma outra vez, em pleno Inverno, mas então com permissão do subdirector do Sanatório, levaram-me os meus amigos, pelo lusco-fusco, para um admirável recanto da mata da cidade, onde, à nossa aproximação, notei um aroma inusitado. Não provinha dos majestosos castanheiros que ficavam cerca, mas de rescendente carne de porco assada no espeto — um destes petiscos que, como respeitável *gourmand*, ainda hoje não recordo sem água-na-boca. Seguiu-se um magusto abundante, regado com um vinho delicioso. E, apesar dos barómetros marcarem abaixo de zero, não sentimos frio...

Numa outra ocasião em que me achava prestes a abandonar a Guarda, meteram-me os mesmos amigos num automóvel, onde também tomou lugar a simpática esposa do Mário de Oliveira, e avançámos sobre a importante freguesia de São Paio, de visita... a um padre *excomungado*, padre que era tio do Mário — o rev. João Gaspar. Tratava-se de uma figura insinuante, republicano-histórico, que não se abstinha de emitir as suas opiniões políticas com desassombro e que, por outros modos, mostrava ser homem...

Como se permitira, ao que parece, criticar qualquer deliberação arcebispal, fora *amaldiçoado*. O mais curioso é que não só as pessoas que contactavam com o aludido padre — que aliás tinha as simpatias da população inteira, e tanto assim que esta, enquanto vivo, não consentiu que fosse substituído —, mas até as filarmónicas que iam tocar nas festas que se realizavam na freguesia, ficavam *excomungadas*. Seguramente também eu entrei no número dos amaldiçoados, mas não me importaria de o ser uma segunda vez, desde que me voltasse a ser proporcionado um dia tão agradável como foi aquele, não só por o padre João nos ter oferecido um jantar succulento, mas ainda porque era uma pessoa que irradiava simpatia.

Também devem ter ficado excomungados uns senhores muito pios que, logo a seguir à morte do padre João, foram à sua residência apossar-se dum magnífico cálice de ouro que lhe fora oferecido pelo povo da freguesia...

*

Decorridos seis meses sobre a minha ida para o Sanatório, regressava a Lisboa, com 85 quilos de peso — mais 22 do que registara à entrada, apesar de não haver ingerido drogas, nem ter sido injectado.

Restabeleci-me mercê da acção dos reagentes naturais e da assistência que me deu o proletariado sindicalmente organizado. E não foram dos que menos contribuíram para tal resultado os meus confrades da Guarda, à cabeça dos quais figuravam o professor Mário de Oliveira e Alfredo Monteiro.

Este era um homem que tinha altamente afinados os sentimentos de solidariedade. O que fez por mim, quando fui forçado a seguir para a sua terra, terra em que renasci para a vida — pelo que quero tanto à Guarda como a Viana do Castelo, onde me fiz homem —, fê-lo igualmente por outros camaradas em circunstâncias idênticas, bastando recordar a assistência material e moral que promoveu em favor de Antunes Rodrigues, do saudoso companheiro Norberto Teixeira de Carvalho, do Porto, e de um outro companheiro, da mesma cidade, que se finou recentemente.

Razões são estas para que, numa época em que campeia, até nos nossos arraiais, o mais sórdido egoísmo, apontemos o exemplo da vida familiar e social de Alfredo Monteiro como o de uma pessoa de sentimentos avançados, nobilitantes, humanos.

NÓTULA ANTOLÓGICA

Beliscou-me o nosso amigo José Antunes com uma alusão velada, que ele fez, na «Voz do Operário», ao meu grande e saudoso amigo Manuel Ribeiro. Referia-se a um ataque feito pelo escritor à Instituição.

Confesso que ignorava tal ataque. Procurei nos seus livros e lá encontrei a pág. 53 de «Na Linha de Fogo» o que, para esclarecimento do caso, peço me permitais seja lido.

.....

Como os meus Amigos acabam de verificar, Manuel Ribeiro tinha razão. Estou plenamente de acordo com ele.

Com efeito, quando Manuel Ribeiro fez a sua justa crítica, a Sociedade A Voz do Operário tinha possibilidades, pelo que se lhe impunha a realização duma obra mais ampla no campo da instrução.

O exemplo de Ferrer não frutificou em Portugal. Nem sequer numa organização de trabalhadores para trabalhadores, que tinha compromissos morais para quem a mantinha, se aproveitou algo da dignificante lição do Apóstolo e Mártir que abriu novos horizontes ao ensino. E A Voz do Operário, como qualquer instituição burguesa, limitou-se a ministrar aos seus alunos a instrução que iria cimentar nos cérebros infantis os prejuízos da classe dominante.

Ao reler algumas das obras de Manuel Ribeiro para esclarecimento do caso que acabo de referir, senti-me tentado a vir dizer-lhes algo sobre o místico, o revolucionário e o homem que ele foi.

Só aqui, em família (pode dizer-se), me atreveria a falar duma personalidade de tão alto relevo intelectual, revolucionário e humano, sem receio de o amesquinhar, porque, estou certo, a mim atribuireis o pouco relevo que lhe der. Manuel Ribeiro, quanto a nós, primeiro que tudo foi um místico.

A sua formação mística tem uma explicação: passou a infância no convívio das freiras do Hospital da Misericórdia de Beja, onde o pai exercia a profissão de enfermeiro.

As Irmãs Hospitaleiras eram simples e boas e a maternidade frustrada deu-lhes ternura e carinhos de mãe, que elas dedicavam ao rapazinho que junto delas passava os dias.

Crentes sinceras, com bondade lhe foram incutindo as suas ideias religiosas e de tal sorte lhas imprimiram que jamais se viu livre das marcas.

Mesmo no período mais iconoclasta da sua vida, apesar de nada de religiosidade transparecer nas suas palavras escritas ou faladas, manteve sempre, a encimar a parede que ficava na retaguarda da sua secretária, a imagem do Cristo crucificado.

.....

Vejamos agora como do crente nos parece que deve ter nascido o revolucionário.

Fez o curso do liceu em Beja. Matriculou-se depois na Politécnica, em Lisboa, onde «chumbou» em matemática. Como o pai era pobre, não pôde mantê-lo nos estudos e ele teve de empregar-se para ganhar o pão de cada dia. Desde então tomou contacto com a vida.

Era um impressionista, um bom em toda a acepção da palavra. A sua aguda sensibilidade fazia-o sofrer com as misérias e injustiças que via à sua roda e revoltava-se.

A atmosfera revolucionária de então a todos empolgava, e ele, que era um sentimental, foi também arrastado na maré alta. Leu avidamente as obras dos grandes evangelizadores das ideias novas. São essas leituras que lançam labaredas na sua alma apaixonada e o empurram para a luta revolucionária.

Toma contacto com o movimento sindicalista e seus militantes, onde encontra Alexandre Vieira, um dos mais combativos e dos maiores crentes nas sublimes ideias de emancipação humana.

Manuel Ribeiro vê nesse jovem de então um verdadeiro prosélito, cheio de sensibilidade e fé, pronto a bater-se em todos os campos onde se defendessem os interesses dos trabalhadores.

Com os olhos postos na justiça social, Manuel Ribeiro, querendo quinhoar na organização de um mundo melhor, associa-se aos camaradas do novo ideal e então escreve no «Sindicalista», em «A Batalha», faz conferências, actua dentro das suas possibilidades, ardorosamente.

Mais tarde rebenta a revolução russa.

Capacitado de que se trata da primeira «etapa» do socialismo revolucionário, entusiasticamente adere aos seus princípios. Com alguns camaradas funda a Federação Maximalista e o jornal

«Bandeira Vermelha», órgão da mesma Federação, onde ele escreveu os artigos mais inflamados daquela época.

Infelizmente, alguns dos elementos da Federação tinham um comportamento moral que em nada se coadunava com as ideias que apregoavam. Revelavam-se os mais egoístas e brutais, chegando a insultar e até ameaçar o Manuel Ribeiro, porque o jornal, por falta de verba, não vinha para a rua.

E o intelectual foi-se ressentindo ao ponto de perguntar-me certa vez: «Camarada Monteiro: e é com esta gente que nós temos de fazer a Revolução?».

Pouco depois é preso por haver protestado contra a arbitrariedade da polícia política que lhe «empastelou» o jornal na tipografia.

Na prisão — no Limoeiro — misturaram-no com indivíduos que, dizendo-se embora idealistas, não passavam de verdadeiros criminosos de maus instintos, dos que procuram os ideais para com eles acobertarem todas as torpezas.

Depois o abandono, o desamparo a que a classe operária o votou...

O seu cepticismo acerca dos homens e dos métodos por eles seguidos atingiu naquele ambiente dissoluto o ponto de saturação. Reconheço, com muita mágoa, que o revolucionarismo de Manuel Ribeiro não estava devidamente estruturado.

O seu erro fundamental foi ter-se desiludido das ideias pelo mau uso que uns tantos homens faziam delas. Na prisão, mercê duma crítica elogiosa que Gustavo de Matos Sequeira fez, no «Século», ao livro «A Catedral», havia pouco publicado, mercê dessa crítica, dizia eu, é procurado por alguns elementos da intelectualidade portuguesa. Estes, tratando-o com a maior consideração, exortam-no a abandonar um sector político onde o seu talento e a sua arte não podiam ser devidamente compreendidos e se perderiam, cortando assim uma carreira que prometia ser brilhante.

Surgiram depois também os católicos, insistindo nos argumentos citados, acrescentando que eles também aspiravam à fraternidade humana, mas baseados no cristianismo que levaria os homens pela compreensão e o amor — pela fé diremos antes — a abdicar dos bens da terra em benefício dos deserdados, dos oprimidos, etc., bastando para tanto ir às origens da doutrina e reintegrá-la

na sua primitiva pureza. Ingenuamente acreditou Manuel Ribeiro na sinceridade destas belas e falaciosas afirmações...

Manuel Ribeiro havia lido e meditado a obra de Zola. O padre Froment, personagem central de alguns dos seus melhores livros, abandona a igreja por esta não dar solução aos angustiantes problemas sociais e entra resolutamente no caminho da revolução. Manuel Ribeiro pensa que Zola havia errado. A base do cristianismo era toda social e ainda tinha seiva para alimentar um vasto e profundo movimento de regeneração humana.

Com o mesmo proselitismo com que agitara a bandeira da revolução se lança, iludido, no campo dos pseudo-cristãos.

O arquitecto da «Catedral» — o Luciano — que podia, como todos esperavam, ser orientado para novos destinos, vai para o convento de Miraflores mergulhar a fundo em todo o misticismo estéril dos frades que haviam abdicado dos bens e galas da vida, é certo, mas que também nada faziam em prol da humanidade sofredora. A sua renúncia nem sequer poderia servir de exemplo ao homem que quer viver e persistir.

Prosegue depois no rumo iniciado em «Ressurreição», onde se esboça uma espécie de socialismo cristão, que perpassa através de grande parte das suas obras. Quer dizer: o revolucionário não matou o místico, mas a igreja também não destruiu nele o germe do socialismo.

Estava, porém, escrito que ainda no sector religioso, onde tão esperançado se acolhera, o esperavam amargas desilusões. Os homens eram mais corteses e discretos, de convívio mais agradável do que os outros, os rudes operários, mas mais enfeudados à política do que a Deus; eram também mais temíveis, porque traiçoeiramente ervavam as setas de que se serviam para abater os inimigos.

O bom, o leal Manuel Ribeiro, ao dar-se conta da desoladora realidade, arrependeu-se amargamente do passo que havia dado.

Não é esta a hora nem o lugar para se tratar do «caso» Manuel Ribeiro em toda a sua amplitude. Far-se-á, porém, logo que surja a oportunidade.

Em conclusão: Manuel Ribeiro errou, ele próprio o reconheceu, mas fê-lo de boa fé e não com intuítos reservados. Foi sempre, até ao fim da vida, um amigo e um paladino dos humildes.

Em 1920, se não estamos em erro, por solidariedade com os camaradas na greve da C. P. e para levantar o moral da classe, sem olhar a que tem mulher e filhos — um rapaz e duas filhas, uma das quais tuberculosa —, que se mantém do seu ganho, escreve na «Bandeira Vermelha» um artigo violento, que lhe vale a demissão do emprego e, como consequência, a miséria para ele e para os seus.

Pouco depois, o director do «Diário de Notícias» convida-o a colaborar no jornal com artigos sobre problemas sociais. Já desempregado, vivendo exclusivamente da pena — e todos sabem o que isso significa sob o ponto de vista económico —, ele rejeitou o tentador convite, porque a doutrina desses artigos ficava subordinada à orientação do jornal e não à veracidade dos factos.

Mais tarde, quando Canha ia responder por um delito social, pediu a Manuel Ribeiro — nessa data afastado do meio proletário — para ser sua testemunha de defesa.

Manuel Ribeiro não só acede ao pedido, mas também escreve um artigo justificando o acto praticado pelo antigo camarada.

Nas suas evoluções espirituais nunca o moveram mesquinhos interesses. Viveu sempre pobre e pobre morreu.

A sua viúva é mantida pelos dois filhos do casal, que agenciam o pão de cada dia, mercê do seu honesto trabalho.

E contudo o escritor tinha talento e teve oportunidades de se instalar bem na vida e deixar a família ao abrigo de contingências, se ele quisesse vender a alma ao diabo.

Ao terminar este humilde trabalho quero, perante vós, caros contertulianos, prestar a minha modesta, mas sincera homenagem ao devotado e saudoso Amigo, ao Idealista que, não obstante os seus erros e hesitações, sempre pretendeu pugnar por uma humanidade melhor e mais feliz e ao homem que na sua vida de homem soube dar-nos um grande exemplo de bondade, extrema tolerância e elevação moral.

(1956).

ALFREDO MONTEIRO



CÉSAR NOGUEIRA

PUBLICISTA

SE há homens de quem é difficilimo publicar a biografia, um deles é César Nogueira (César Xavier Nogueira, nascido em Lisboa, em 25 de Fevereiro de 1879), nanja por falta de subsídios para a redigir, mas exactamente porque superabundam.

Bastaria que nos limitássemos a citar os jornais em que o velho publicista tem colaborado para que enchessemos algumas páginas deste volume, pois há mais de 62 anos que César Nogueira começou a escrever, e, com os seus 80, prossegue incessantemente na faina jornalística, sempre com a mesma probidade e devoção pelas ideias sociológicas que abraçou em tenra idade, depois de haver lido um volume, de tendência anarquista, publicado no ano de 1897 por uma editorial de Barcelona.

E o mais curioso é que César Nogueira não proveio de meios proletários, pois o pai (Emílio Henrique Xavier Nogueira) foi general, tendo ocupado, antes de atingir tão elevado posto, o lugar de director do antigo Real Colégio Militar e bem assim o de comandante da Escola Prática de Infantaria, de Mafra, e, embora educado num meio liberal, a verdade é que, do ponto de vista económico, a sua situação era diametralmente oposta àquela em que vivem os homens a cujo serviço pôs a sua pena.

O primeiro jornal português em que escreveu foi o semanário libertário *A Liberdade* (1897), após o que passou a fazê-lo em gazetas de tendência socialista. Como, porém, não é nem nunca foi criatura dogmática, todas as publicações que põem as suas colunas ao serviço das ideias de renovação social e lhe pedem a

cooperação, têm em César Nogueira um colaborador dedicado, assim se explicando que escreva, presentemente, dum modo assíduo, no diário *República*, na revista *Seara Nova* e na *Voz do Operário*, na qual há mais de 50 anos mantém colaboração permanente, a maior parte dela subordinada ao título *A Carteira da Voz do Operário*, independentemente do que publica noutros jornais e revistas.

Entre os quotidianos em que tem escrito, além do supramencionado, figuram: *A Greve* (1908) e *A Batalha* (1920), nos quais o tivemos a nosso lado; *O Socialista* e *O Setubalense*, no tempo em que este último foi dirigido pelo grande jornalista operário Manuel Luís de Figueiredo, que César Nogueira considera seu mestre.

Dirigiu *A República Social* (2.^a série, 1911), o semanário *O Combate* (1914), *A Batalha Socialista* (1914) e o *Pensamento*, e, além de haver escrito em mais algumas dezenas de jornais, há colaboração sua nas revistas *Leituras Populares Socialistas*, na *Gazeta Literária* (órgão da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto), na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, etc.

Entre os jornais estrangeiros em que tem colaborado, contam-se: *La Solidariedad* (Vigo), *La Semaine Politique* e *Bulletin Periodique du Bureau Socialiste Internationale* (Bruxelas), *La International* e *El Socialista* (Madrid), *Worwaite* e *Die New Zeit* (Berlim) e *Leibeiter Zeitung* (Viena de Áustria).

São de sua autoria as seguintes obras: *Educação e Instrução* (1909); *A primeira Internacional* (1918); *O Primeiro de Maio* (1929); *Esboço biográfico de Azedo Gnecco* (1934); *Antero de Quental* (esboço para a sua biografia político-social — 1949, com um prefácio do Dr. Câmara Reys); *José Fontana* (Sua vida e sua obra — 1953, também com prefácio do Dr. Câmara Reys); *Resumo Histórico dos Congressos e Conferências do Partido Socialista Português* (1877 - 1933, publicado em 1933). Tem preparados para publicar: *Factos e documentos* (1895 - 1952); *Notas para a História do P.S.P.*; *Notas para a História do Socialismo em Portugal* (1871 - 1910); *Programa agrário* (aprovado no Congresso Socialista do Porto, realizado em 1910); vários relatórios para o P.S.P., entre eles: *L'attitude des travailleurs organisés et des socialistes au Portugal vis-à-vis de la guerre et des armements* (por incumbência da «Dotation Carnegie pour la Paix Internatio-

nale», Washington, 1913), que não foi publicado por ter eclodido a guerra de 1914, mas que saiu em *O Protesto*, de Lisboa, de 1924 - 1925.

*

César Nogueira, que durante alguns anos foi factor na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e depois teve um pequeno emprego no tribunal da Boa-Hora, ingressou, por último, no quadro do funcionalismo da Câmara Municipal de Lisboa, por proposta de Sebastião Eugénio, quando este foi vereador do município, estando, há 13 anos, na situação de aposentado.

Filiado no Partido Socialista, em 1908, quando da tentativa de unificação das várias tendências que existiam no seu seio, tomou parte nos Congressos nacionais e regionais promovidos pelo mesmo Partido, tendo sido membro do Conselho Central, de 1910 a 1923, como secretário externo, e nessa qualidade promoveu a filiação daquele, em 1914, no Bureau Internacional Socialista, conseguindo, por outro lado, que a Social-Democracia alemã contribuisse, em 1914, com um subsídio destinado a auxiliar as despesas com a propaganda eleitoral para deputados socialistas. Representou o Partido, em 1912, com Alfredo Canelas e seu irmão Mário Nogueira, no IX Congresso do Partido Operário Espanhol (Madrid) e, com o falecido Dr. Costa Júnior, na Conferência dos Partidos Trabalhistas Aliados, efectuada em Londres no ano de 1917.

Como publicista, César Nogueira é dos homens da vanguarda que maior divulgação têm feito, em Portugal, dos princípios socialistas, caracterizando-se sobretudo o seu labor por uma sistematizada exposição dos principais acontecimentos ocorridos não só nos meios operários nacionais, mas também nos de âmbito internacionalista, sendo rara a data de vincado significado social que o operoso historiador não anote, o que faz num estilo correntio, sóbrio, sem deixar de ser pertinente, do mesmo modo que sabe dar saliência às figuras centrais e secundárias do mundo das ideias e da acção.

Possui, enfim, César Nogueira não apenas uma excelente memória, mas igualmente um ficheiro bem suculento, o que, aliado a uma modéstia inultrapassável e a um desinteresse monetário proverbial, torna o fecundo publicista uma das mais prestimosas figuras das fileiras avançadas.

Os Congressos Operários de 1910. — Desde o desmembramento da Associação Fraternidade Operária, em meados de 1873, até à proclamação da República, realizaram-se em Lisboa e no Porto diversos Congressos Operários, uns com carácter nacional, outros com feição de duas secções, uma no Sul e outra no Norte, e ainda outros com aspecto regional ⁽¹⁾.

Sumariamente, pois que não nos é possível desenvolver este ponto dos Congressos Operários, o que aliás seria historicamente interessante, cingimo-nos a relatar as datas em que se efectuaram, os temas que versaram e, na medida do possível, as resoluções que tomaram, e que, no tempo em que se celebraram, tinham toda a importância e oportunidade.

O primeiro Congresso propriamente operário que se realizou em Portugal foi da iniciativa da Associação dos Torneiros e Artes Correlativas de Lisboa, no qual participaram 17 associações, representadas por 28 delegados, tendo-se efectuado em 23 de Maio de 1885, na capital.

A sua ordem de trabalhos, conforme o documento assinado por José Pedro Nunes de Oliveira, Francisco António da Assunção, João do Carmo, António Baptista e Joaquim Gualdino Pinto, constava das seguintes teses, sujeitas a estas «Bases»:

- 1.^a Protecção da indústria pelo Estado, sob o ponto de vista do desenvolvimento das artes nacionais;
- 2.^a Criação de «Conselhos de Peritos» nos actuais centros manufactureiros e em todos os lugares que no futuro os reclamarem;
- 3.^a Regulamento de aprendizagem;
- 4.^a Diminuição das horas de permanência nas oficinas do Estado e do Município, a 9 horas, sendo uma para descanso.

Outros Congressos se seguiram a este, inspirados pelas resoluções dos Congressos Socialistas reunidos em Paris, em 1889, um dos quais obedeceria à orientação possibilista, o outro à marxista, tendo sido por resolução do primeiro que foi estabelecida a data do 1.^o de Maio para a manifestação internacional dos trabalhadores, tendo estado a Associa-

(1) Por iniciativa do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, celebrou-se em 9 de Outubro de 1856 um Congresso Social, no qual estiveram representadas 71 associações, sendo 53 de Lisboa e arredores e 18 da província. É a título meramente histórico que citamos a reunião do Congresso Social, pois que não tinha carácter retintamente operário. (Ver livro *Associação*, por Costa Goodolfim, 1876, Lisboa).

ção dos Trabalhadores na Região Portuguesa representada nele por Manuel Luís de Figueiredo, pelo Sul, e Viterbo de Campos, pelo Norte.

No intuito de apreciar as deliberações dos Congressos de Paris, a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa convocou um Congresso das Associações Operárias ⁽¹⁾, o qual se inaugurou no Porto, em 18 de Janeiro de 1890. Neste Congresso tomaram parte quinze associações operárias e o forte organismo, que era então a Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, com as suas secções do Sul e do Norte ⁽²⁾.

A ordem de trabalhos do Congresso constava de cinco partes:

- 1.^a Unificação do movimento operário;
- 2.^a A intervenção operária na luta política;
- 3.^a Elaboração das bases da Federação das associações operárias e meios de constituir Bolsas de Trabalho em Lisboa e Porto;
- 4.^a Imprensa operária;
- 5.^a Apreciação das resoluções dos Congressos de Paris e a manifestação do 1.^o de Maio.

O Congresso foi de parecer, entre outras deliberações:

- Que se intervisse na política;
- Que o dia normal de trabalho fosse de 8 horas;
- Que se criassem em Lisboa e Porto Bolsas de Trabalho;
- Que se intensificasse a propaganda da Imprensa operária;
- Que se efectuasse a manifestação do 1.^o de Maio em 1890.

A propósito do «ultimatum», que a Inglaterra dirigiu ao Governo português em 11 de Janeiro de 1890, votou contra «o procedimento do Governo inglês» e fez votos pela união de todos os povos ⁽³⁾.

Foi em virtude da votação deste Congresso sobre a manifestação do 1.^o de Maio, que se realizou em Portugal, em 1890, pela primeira vez, esse acto, o qual pelos anos fora prosseguiu com mais ou menos regularidade.

Em 4 de Janeiro de 1891, na sala da Câmara Municipal de Lisboa, reuniu o Congresso das Associações de Classe, estando presentes 50 associações, representadas por 90 delegados.

(1) Primitivamente este Congresso tinha sido convocado para 31 de Outubro de 1889. Foi o primeiro Congresso que se efectuou no país com carácter exclusivamente operário. (Ver o *Protesto Operário*, n.º 400, Lisboa, 1889).

(2) Idem n.º 403 (1890) e *O Trabalhador*, Janeiro de 1890, Porto.

(3) Ver o *Protesto Operário*, n.º 403, Lisboa, 1890 e *O Trabalhador*, Janeiro de 1890, Porto.

A sua ordem de trabalhos tinha quatro questões:

A 1.^a referente às horas de trabalho e à manifestação do 1.^o de Maio em 1891; a 2.^a sobre a atitude das associações em face da situação do país; a 3.^a sobre os meios a empregar para o estabelecimento das Bolsas de Trabalho no país; a 4.^a relativa ao movimento associativo, no sentido de alcançar melhoramento na situação dos trabalhadores (1).

O Congresso estipulou, depois de regular a manifestação da data do 1.^o de Maio (2):

Que as associações operárias devem procurar «alcançar para os trabalhadores a maior soma de vantagens e de benefícios»;

Que «não recusem o seu concurso a qualquer cometimento ou reformas de que possa resultar para os trabalhadores a obtenção de uma maior parcela de liberdade e de interesses»;

Que se «revogue a actual legislação sobre a Imprensa e direito de reunião e de associação, no sentido de dar ampla liberdade ao exercício destes direitos»;

Que se «reclame do governo a legislação das associações de classe» e a abolição de diversas disposições legais.

Este Congresso, onde estavam presentes representantes de diferentes ideologias sociais, assumiu um aspecto de elevada feição doutrinal. Foi então que o delegado Domingos da Costa Leite proferiu um notável discurso, o qual serviu de base à orientação do mesmo Congresso (3).

Em 1892, a 24 de Março, abre no Porto, o Congresso Nacional das Associações de Classe, assistindo 59 delegados, representando 34 associações.

A ordem dos seus trabalhos comportava seis temas:

1.^o O dia normal de trabalho e a manifestação do 1.^o de Maio em 1892;

2.^o Legislação protectora do trabalho;

3.^o Organização operária;

4.^o As greves;

5.^o Estudo sobre a crise que o país atravessa;

6.^o Relatórios e propostas (4).

(1) Ver o *Protesto Operário*, n.º 448, Lisboa, 1891.

(2) *Idem*.

(3) Domingos da Costa Leite era operário correeiro. Foi membro da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa e director da revista *A Correaria Nacional* (1893). Falava com facilidade quatro idiomas. Era um espírito muito culto. Faleceu em 9 de Outubro de 1914.

(4) Ver *O Protesto Operário*, n.ºs 506 e 507, Lisboa, 1892.

Este Congresso não produziu bom resultado. As divergências de opinião, que eram já latentes entre possibilistas (M. Luís de Figueiredo) e marxistas (Azedo Gnecco), manifestaram-se exuberantemente. Os delegados do Sul, na sua maioria componentes da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa, retiraram-se do Congresso e publicaram um enérgico documento, justificando a sua atitude (1).

Em consequência deste fracasso, a Comissão executiva do Congresso de 1891, de tendência possibilista, resolveu convocar um outro das associações do Sul, o qual se deveria realizar antes do 1.^o de Maio de 1892, com uma ordem de trabalhos idêntica à do Congresso do Porto, mas, por motivos imprevisíveis, só se reuniu em 17 de Julho, nele tomando parte 96 delegados, representando 32 associações (2).

O Congresso resolveu (3):

Que se regularizasse, por meio duma lei, o trabalho dos menores e das mulheres, e que se insistisse com o Parlamento para aprovar as propostas relativas às Bolsas de Trabalho, Tribunais de Arbitros Avindores, etc.;

Que a organização operária tivesse por base a associação de classe, sem distinções de sexo;

Que se criassem cofres de resistência;

Que se reclamassem medidas sobre o trabalho nas prisões e se criassem penitenciárias agrícolas;

Que a intervenção dos operários em todas as manifestações da vida nacional deve ser sempre independente.

Em 1 de Maio de 1894, a facção marxista, dirigida por Azedo Gnecco, organizou o Congresso Nacional das Associações de Classe, com uma secção em Lisboa e outra no Porto, e tendo uma ordem de trabalhos abrangendo oito proposições (4):

1.^o Estabelecimento legal do dia normal de 8 horas;

2.^o Organização da classe trabalhadora;

3.^o Bolsas de Trabalho;

4.^o Tribunais de Arbitros Avindores;

5.^o Protecção às mulheres e aos menores;

6.^o Regime de trabalho no Estado;

7.^o Modificação no decreto de 9 de Maio de 1891, que regia as Associações de Classe.

(1) Ver *O Protesto Operário*, n.º 507, Lisboa, 1892.

(2) Ver *O Protesto Operário*, n.ºs 507 e 515, Lisboa, 1892 e a revista *A Questão Social*, n.º 2, Lisboa, 1892.

(3) Ver revista *A Questão Social*, n.º 2, Lisboa, 1892.

(4) Ver *A Voz do Operário*, n.º 755 e seguintes, Lisboa, 1892.

Na secção do Sul estavam representadas 26 associações por 39 delegados, e na do Norte 12 associações (1).

Em extensos e documentados pareceres, as duas secções do Congresso chegaram, com poucas variantes, a acordo nas suas conclusões, mantendo a resolução do Congresso do Porto (1890) sobre a manifestação do 1.º de Maio; apoiar a reclamação do dia normal de 8 horas de trabalho; conquistar os municípios, para efeitos de defesa dos operários; constituir a Confederação Nacional das Associações de Classe; reclamar do Governo modificações na legislação sobre as Bolsas de Trabalho; representar ao Parlamento para que proceda à revisão da lei de 9 de Maio de 1891, estabelecendo a legalidade das federações e o parecer sobre a legislação de protecção às mulheres e aos menores (2).

Em 1895, quando do centenário de Gualdim Pais, em Tomar, celebrou-se, nesta cidade, uma Conferência socialista e um Congresso Operário nos dias 15 e 16 de Outubro, promovidos pelos organismos affectos a Azedo Gnecco. A ordem de trabalhos do Congresso Operário, em que tomaram parte 24 delegados (3), era dividida em duas partes:

A primeira referente às comemorações históricas do centenário; a segunda a questões operárias, as quais consistiam em dois temas: — «A situação da burguesia e das demais classes preponderantes; o que cumpre ao operário fazer na situação em que ele e as demais classes se encontram» (4).

As considerações e conclusões formuladas pelo Congresso sobre a primeira parte compunham-se de sete pontos, aconselhando «que sejam bem recebidos nos grêmios das classes trabalhadoras» todos os indivíduos e «que devem merecer franco aplauso do povo todos os membros das classes preponderantes, que realmente venham colaborar com ele na solução do problema da miséria». Quanto à segunda parte, composta de cinco pontos, terminava por concretizar: «que se promova o movimento integral de todas as forças operárias e se estenda a todas as classes e a todas as associações o movimento de concentração dos proletários seus aderentes» (5).

(1) Não conseguimos apurar o número de delegados da secção do Norte.

(2) Com efeito, em 9 de Março de 1893, sendo Ministro das Obras Públicas o Dr. Bernardino Machado, que depois foi Presidente da República, o Governo nomeou uma comissão para organizar os regulamentos para o regime, polícia e serviços das Bolsas de Trabalho em Lisboa e Porto, composta por Ernesto Madeira Pinto, António Eduardo Vilaça, Carlos Adolfo Marques Leitão, Francisco Teixeira Bastos, Joaquim Pimenta Telo, José de Madureira Beça, Joaquim Simões Ferreira, José Fernandes Alves, José Augusto Guedes Quinhones, Manuel Luís de Figueiredo, António Francisco Guerreiro e Domingos da Costa Leite (os cinco últimos nomes eram componentes da Associação dos Trabalhadores), dando assim satisfação às reclamações dos Congressos Operários de 1890 a 1892.

(3) Não apurámos o número das associações representadas.

(4) Ver *A Obra*, n.ºs 33, 40 e 41, Lisboa, 1895.

(5) Todos os discursos oficiais e a documentação do Congresso foram de autoria de Azedo Gnecco.

Dois anos depois, em 1897, a 22 de Maio, reuniu um Congresso de carácter local — o Congresso das Associações Federadas de Lisboa —, no qual tomaram parte 37 associações e dois jornais (1), representados por 119 delegados. A ordem de trabalhos deste Congresso era muito extensa. Abrangia 23 quesitos sobre diversos problemas do trabalho e da legislação económico-social. As suas sessões celebravam-se às segundas-feiras, mas os respectivos trabalhos não correram normalmente, porque, no seu decorrer, originaram-se novas divergências, estabelecidas entre Azedo Gnecco e Ernesto da Silva, este secundado por Teodoro Ribeiro, divergências que mais tarde se agravaram com a evolução da propaganda republicana (2).

Neste mesmo ano, a 26 de Junho, por iniciativa da Confederação das Associações de Classe Metalúrgicas de Lisboa, de orientação possibilista, inspirada por M. Luís de Figueiredo, foi convocado o «Congresso Operário da região do Sul e da Imprensa Operária independente da mesma região», ao qual concorreram 36 associações e três jornais (3), representados por 114 delegados (4).

Este Congresso tinha sete problemas a discutir, a saber: (5)

- 1.º Organização operária;
- 2.º Legislação do trabalho;
- 3.º Monopólios industriais;
- 4.º Cooperativas;
- 5.º Os operários do Estado;
- 6.º Reformas económicas;
- 7.º Propostas diversas.

Como se depreende da actuação destes Congressos operários (possibilistas e marxistas) por motivo das suas divergências doutrinárias e até individuais, andavam à compita na realização de Congressos, o que nada de utilidade produzia para a estabilidade do movimento associativo.

Só após cinco anos, isto é, aos 12 de Janeiro de 1902, a Federação das Associações de Classe do Porto, da feição de Azedo Gnecco, tomou

(1) *A Federação e A Obra*, de Lisboa.

(2) Ver *A Federação*, n.ºs 166, e 167, Lisboa, 1897, e folheto «Congresso d'Associações de Classe (ordem de trabalhos e regulamento geral)», Lisboa, 1897. Foi redactor deste notável documento Azedo Gnecco. — Ver documentação deste Congresso, muito extensa, em *A Voz do Operário*, Maio, 1897. — O Congresso era só composto por delegados das associações federadas.

(3) *O Eco Metalúrgico*, *O Chapeleiro* e *A Liberdade*, este de tendência acrata.

(4) Ver *O Eco Metalúrgico*, n.ºs 73 e 80, Lisboa, 1897.

(5) As resoluções deste Congresso foram publicadas, em forma de folheto, em *O Eco Metalúrgico*. Na Biblioteca Pública não existe, porém, tal publicação, não sabemos se por falta do semanário ou se por sua suspensão, facto que é para lamentar, pois era documentação de grande valor doutrinário.

a iniciativa de convocar «um Congresso das Associações de Classe Operárias existentes no distrito administrativo do Porto e em Vila Nova de Gaia», tendo por base o seguinte programa de trabalhos, composto por oito quesitos: ⁽¹⁾

- 1.º A indústria nacional;
- 2.º O operariado nacional;
- 3.º A agricultura nacional;
- 4.º O operariado agrícola;
- 5.º A legislação operária;
- 6.º As associações de classe;
- 7.º Propostas;
- 8.º Assuntos diversos.

A Federação das Associações de Classe do Porto, considerando, porém, «que os assuntos a tratar nesse Congresso eram de interesse para todas as organizações operárias do país», transformou-o em Congresso Nacional, o qual se realizou em Aveiro, de 6 a 9 de Dezembro de 1902, com a assistência de 41 delegados, em representação de 57 associações de diversos locais do país.

A ordem de trabalhos deste Congresso foi modificada, passando a ter os seguintes novos objectivos ⁽²⁾:

1.º Se deve ou não haver necessidade de manter as disposições tomadas no Congresso Nacional Operário, em Tomar, em 1895, em referência à Confederação Nacional das Associações de Classe e sobre a legislação concernente às Federações locais;

2.º Estudar a forma como as Associações e as Federações locais devem proceder em relação à duplicidade de movimentos operários ao mesmo tempo;

3.º Resolver sobre a conveniência de organizar em Associações os operários agrícolas;

4.º Apreciar as causas geradoras da emigração das povoações rurais;

5.º Deliberar sobre a maneira de conseguir a protecção do Estado para os trabalhadores terrestres, fluviais ou marítimos.

O Congresso aprovou a «necessidade de se continuar a manter as disposições do Congresso de Tomar de 1895, em relação à Confederação

(1) Ver folheto *Apontamentos para a elaboração do programa para um Congresso de Associações de Classe*, Porto, 1902.

(2) Ver documentação no folheto *Relatório do Congresso Nacional das Associações Operárias*, realizado na cidade de Aveiro de 6 a 9 de Dezembro de 1902, Porto, 1904, e *O Revolucionário*, n.º 9, Lisboa, 1902.

Nacional»; a conveniência de pedir ao Governo a legislação sobre as Federações locais; que nenhum movimento deve ser declarado sem que previamente seja ouvida sobre tal empreendimento a respectiva associação de classe; que, atendendo às dificuldades monetárias e à ignorância das populações rurais, é difícil organizar estas, mas que se deve empreender a propaganda nesse sentido por meio das associações locais; que as causas da emigração são as más condições económicas dos povos rurais; que sejam reclamadas ao Estado as medidas de protecção aos operários, votadas pelo Congresso e que fiquem sujeitos a elas tanto o patronato nacional como o estrangeiro; que a Confederação se chame «Confederação Nacional das Associações de Classe», fixando a sua sede no Porto; que a manifestação do 1.º de Maio, até ao novo Congresso, continue a ser organizada pelas Federações locais ⁽¹⁾.

Decorridos sete anos ⁽²⁾, por iniciativa do secretariado da Federação Operária de Lisboa ⁽³⁾ celebrou-se um Congresso Nacional Operário, o qual funcionou em duas secções: uma em Lisboa e outra no Porto, com o seguinte programa ⁽⁴⁾:

1.º **Proposta inicial** — Representação ao Governo para que este mande proceder urgentemente à consulta de todas as associações de classe, nos termos do decreto de 9 de Maio de 1891, sobre a situação da classe trabalhadora e de todos os ramos de trabalho nacional.

2.º **Os projectos de lei submetidos pelo Governo ao parlamento e que mais directamente digam respeito à classe trabalhadora**, a saber: — Casas económicas — Inquérito económico geral — Instituto Nacional de Trabalho.

3.º **Revisão de toda a legislação chamada operária, já existente**, a saber: — Associações de classe — Sociedades cooperativas — Acidentes de trabalho — Descanso semanal — Educação primária e profissional — Reforma na velhice e na invalidez — Bolsas de trabalho — Tribunais de Árbitros Avindores — Missões de estudo — Prémios e concursos.

4.º **Complemento da legislação chamada operária e sua extensão e aplicação ao operariado agrícola e marítimo.**

5.º **Questões diversas**, tais como: — A Federação de Vigo — Os mineiros do Rio Tinto — Os serviçais africanos — A emigração dos trabalhadores — Contribuições directas e indirectas.

(1) Ver documentação no folheto *Relatório do Congresso Nacional das Associações Operárias*, realizado na cidade de Aveiro de 6 a 9 de Dezembro de 1902, Porto, 1904, e *O Revolucionário*, n.º 9, Lisboa, 1902.

(2) Nesta data já as duas correntes (a possibilista e a marxista e ainda outras), se tinham unificado, em obediência ao resolvido nas conferências socialistas, realizadas em Lisboa (1907) e Porto (1908).

(3) Ver *A República Social*, n.º 28, Lisboa, 1909.

(4) *Idem*, n.º 37.

A secção do Sul (Lisboa) iniciou os seus trabalhos em 4 de Julho de 1909, na sala Algarve, da Sociedade de Geografia, com a presença de 44 associações e três jornais ⁽¹⁾, representados por 110 delegados; a secção do Norte (Porto) inaugurou as suas sessões em 25 de Julho, no salão da antiga Casa do Povo Portuense ⁽²⁾, com a assistência de 130 delegados, em representação de 51 associações ⁽³⁾.

Neste Congresso, na secção de Lisboa, abriu-se uma agitada discussão e divergência por motivos políticos e ideológicos, organizando os dissidentes o Congresso da Organização Sindical Operária e continuando os organizadores do Congresso Nacional Operário, de feição reformista, reunidos, reconstituído então aquele com 44 associações e três jornais ⁽⁴⁾, representados por 112 delegados. As sessões prolongaram-se pelo ano fora, estando publicadas em folhetos as importantes teses que discutiu e aprovou, as quais igualmente foram sancionadas pela secção do Norte, onde os trabalhos decorreram normalmente.

*

Mas antes de concluirmos esta resumida resenha sobre Congressos Operários, queremos citar um facto que se verificou já na vigência da República e que em parte se prende com o movimento operário dentro do regime monárquico, pois que foi o organismo associativo existente nesse período que preparou a nova organização sindical.

Quando se celebrou, no Porto, o VI Congresso Nacional Socialista, em 1913, realizou-se, por iniciativa da Federação Operária de Lisboa, uma Conferência Nacional Operária no dia 23 de Junho desse ano, com a presença dos delegados da Federação Operária de Lisboa, Porto, Guimarães, Braga, Coimbra e Tomar, e de outros centros federais, num total de 18 delegados, que, depois de outras resoluções, aprovou, por unanimidade, o seguinte documento ⁽⁵⁾:

A Confederação Nacional Operária, apreciando a consulta do secretariado acerca dum Congresso Nacional Operário, resolve:

Que para esse Congresso sejam convidadas todas as associações de classe, sem qualquer distinção de escola;

Que a data desse Congresso seja marcada pelo secretariado, visto ele depender de trabalhos de organização demorados, cujo tempo se não pode prever de momento;

(1) *A República Social* (Lisboa), *O Trabalho* (Setúbal) e *O Avante* (Barreiro). *A República Social*, n.º 37, Lisboa, 1909.

(2) Actualmente Cooperativa do Povo Portuense, por imperativos legais.

(3) Ver *O Primeiro de Janeiro* de 26 de Julho de 1909, Porto.

(4) Os já citados jornais.

(5) Ver *A Voz do Povo*, Junho de 1913, Porto.

Que a localidade escolhida para a realização desse Congresso seja a cidade de Tomar, visto esta localidade poder ser considerada a mais central para as agrupações do país.

Porto, 23 de Junho de 1913.

(aa) Raimundo Ribeiro, Manuel de Oliveira Pinho, César Nogueira, Francisco da Rocha.

Foi esta resolução posta em prática pela Confederação Nacional das Associações de Classe, da qual era secretário-geral Mário Nogueira, que deu aso à reunião do Congresso Nacional Operário, realizado em Tomar, em 1914, o qual foi o ponto de partida para a unificação do movimento associativo no país.

Mas isto é outra página da história do movimento operário português, que está para se escrever, assim como a anterior a 1910.

(1951)

CÉSAR NOGUEIRA

JOSÉ ANTÓNIO PADESCA

OPERÁRIO SERRALHEIRO



NESTA minha ingrata tarefa de registar as baixas que, sucessivamente, sofrem as já reduzidas hostes dos elementos da classe operária que noutros tempos deram o seu esforço ao movimento sindicalista português, aparece agora o nome de um antigo confrade, homem tão modesto que era quase desconhecido dos próprios companheiros de trabalho, embora o não fosse de muitas senhoras. Adiante explicarei porquê.

Chamava-se ele José António Padesca, e, na qualidade de operário serralheiro, exerceu a sua actividade profissional nas oficinas da C. P. até 1914, tendo passado, pouco depois, a trabalhar no Arsenal da Marinha — de cujo sindicato foi tesoureiro —, vindo a reformar-se, por sofrer de bronquite asmática e do coração, em 1934. Uma vez aposentado, como era dotado de espírito associativo, entretinha seus ócios na Sociedade 21 de Março, a Alfama, de que era o sócio n.º 1.

Fui velar o seu cadáver na noite de 17 de Setembro de 1958 e recordar, junto do ataúde, ao lado da digna viúva e de sua filha, actos de abnegação, que o finado levou a efeito, secundado por mais alguns companheiros que com ele trabalharam na C. P. Faleceu com 73 anos.

*

Um pouco de história.

Em 1913, sendo eu o redactor-principal do semanário *O Sindicalista* — jornal que se publicou durante 15 anos e que teve larga expansão —, fui encerrado, com uns vinte camaradas, na cadeia

do Limoeiro, pelo delito de, como modesto publicista, me ocupar de ideias de renovação social (embora assumisse, como hoje sucede, a responsabilidade inteira de quanto escrevo), e os meus confrades por propagarem, uns verbalmente, outros também por escrito, ideias semelhantes.

Ao cabo de três meses, como estivesse para ser realizado um Congresso Internacional na Sociedade de Geografia, e a polícia se achasse persuadida de que os congressistas estrangeiros visitariam, como era então habitual, os presos políticos na referida cadeia, transferiram-nos, por uma noite caliginosa, e de surpresa, para o Forte da Graça, em Elvas, misturando na mesma leva algumas dezenas de presos monárquicos, para dar a impressão de que nos entendíamos...

Sucedeu isto na madrugada dum domingo, podendo avaliar-se a aflição das famílias dos desterrados quando, como era costume, se dirigiram ao Limoeiro, para visitarem os seus parentes.

Foi então que José António Padesca, sem alardes, dentro da sua modéstia, dirigiu apelo a dois companheiros da C. P., para que todos os sábados, depois de largarem o trabalho, o acompanhassem, no comboio da noite, à longínqua cidade de Elvas, a fim de fazerem chegar à mão, não só dos camaradas, mas também dos presos monárquicos, roupa interior, agasalhos e até comida, em volumes que as famílias iam levar-lhes à estação do Rossio, para aquele efeito.

*

Perdida a noite no comboio, não findava, contudo, a rude tarefa na estação do caminho de ferro de Elvas: ajouçados os valentes pelo peso da carga, constituída pelas encomendas das cem famílias, faziam a pé, nos primeiros tempos — mais tarde foram forçados a alugar uma carripiana para o efeito —, a dura ascensão do monte que conduz ao forte da Graça, a cerca de 1,100 km. ao Norte da cidade, o ponto mais alto daqueles sítios.

O leitor calcula o alvoroço, a emoção com que os desterrados recebiam, nas lóbregas casamatas do forte, as coisas que os entes queridos lhes mandavam.

Cumprida a nobre incumbência, pouco tempo restava à generosa equipa para retomar o comboio que a teria de reconduzir a Lisboa, então a contas com os fardos constituídos pela roupa que os presos haviam mudado e outras coisas.

Duas noites sucessivas, portanto, gastavam aqueles três homens, com a agravante de chegarem a Lisboa em tal estado de fadiga que, por vezes, forçados eram a perder o dia de segunda-feira — que ninguém lhes pagava.

*

Dois dos amigos em referência não puderam aguentar tal esforço, pelo que outros confrades ocuparam os seus lugares; mas o animador da bela cruzada — a despeito de ser de aparência débil —, manteve-se firme durante os seis longos meses que durou a clausura dos desterrados, e sempre gentil para com as pessoas que aos sábados faziam bicha na estação do Rossio, especialmente senhoras, algumas das quais, como sucedia com minha mulher, até flores enviavam aos entes queridos! Mais: disse-me a viúva de Padesca, que não raro sucedia que, senhoras que não podiam comparecer na estação do Rossio, iam a sua casa deixar encomendas, que ela, tão grande de alma como o marido, a este levava, à hora da partida do comboio!

E, todavia, o operário que capitaneava a generosa equipa era um inconformista, um sindicalista, mas animado de sentimentos tão humanos que, com a mesma devoção com que atendia as famílias dos camaradas, se punha incondicionalmente, para aquele efeito, ao serviço dos adversários políticos, razão por que algumas das esposas destes, já depois de restituídos os seus parentes à liberdade, quando o encontravam na rua, mandavam seus filhos beijá-lo fraternalmente.

Era desta têmpera o homem probo cujo corpo há meses baixou à terra e para a memória do qual, com a minha saudade, vai, seguramente, a de muitas senhoras que não esqueceram a sua filantrópica atitude.

NÓTULA ANTOLÓGICA

«A circunstância de eu e de minha Mulher termos vindo servir de padrinhos no casamento de um camarada a quem muito estimamos, não significa apenas que rejubile com o acto a que estamos assistindo.

Significa também uma prova de reconhecimento da minha parte para com o camarada que, ao saber que eu tinha sido demitido da C. P. por haver cumprido um dever — o de solidarizar-me com os meus companheiros na greve votada pelo pessoal daquela empresa —, contribuiu dedicadamente para que fosse admitido nas oficinas do Arsenal da Marinha, onde ele trabalhou até há pouco, isto é, até à sua aposentação.

«Quero com isto dizer que tendo em muito apreço as manifestações de solidariedade entre todos os que trabalham e lutam pelo advento duma sociedade melhor, sensibilizam-me enormemente, como é perfeitamente compreensível, as que atingem a minha pessoa, como sucede no caso presente».

(1937).

J. A. PADESCA

ANTÓNIO ALVES PEREIRA

LITÓGRAFO-ESTAMPADOR



EM Novembro de 1954 falecia em Espinho, onde exercia a profissão de litógrafo-estampador, António Alves Pereira, um dos mais cultos militantes sindicalistas que actuaram no Porto, donde era natural, e que não só se salientou como profissional da melhor estirpe (tinha o curso da Escola Industrial do Infante D. Henrique e fora aluno premiado), mas também como jornalista e poeta. E, todavia, era homem duma modéstia inultrapassável.

Quem tratasse pela primeira vez com Alves Pereira — que perdeu em altura o que ganhou em largura, pois era dotado de estatura mediana, mas de grosso e forte tronco —, ficava convencido de que tinha na sua frente uma pessoa desabrida, materialista, porquanto raro abandonava o seu sorriso brejeirote e, nos momentos de boa disposição, jogava sua piada apimentada.

Foi essa a impressão com que fiquei da primeira vez que contactámos na redacção de *A Comuna*, onde era o trabalhador número um, visto que não se limitava a ser o redactor-principal desse semanário, mas um autêntico faz-tudo.

Com o convívio, porém, modificou-se totalmente aquela primeira impressão, vindo rapidamente a inteirar-me de que o impetuoso conversador nem sempre se ria e fazia rir estrepitosamente, porquanto, em regra, encarava os assuntos a sério, com profun-

didade, do mesmo passo que me apercebi de que era dotado de sentimentos a que a ternura não andava alheia, como se verificando os seus versos, entre os quais há muitos de um mimo e de uma suavidade flagrantes.

Alves Pereira não dirigiu somente *A Comuna*, mas também *A Aurora*, que sucedeu àquele hebdomadário, a qual, por sua vez, sucedera a *A Vida*, como esta fora a sucedânea de *O Despertar*, jornais anarquistas dos melhores que têm sido dados à estampa em Portugal, e nos quais não se fazia somente a propaganda das ideias acratas, porquanto havia nesses hebdomadários secções de interesse artístico e crítico, pois Alves Pereira — que não raro usava o pseudónimo de *Alfredo Guerra* — traduzia e publicava artigos e contos de carácter artístico e social, seleccionados de entre os dos melhores escritores espanhóis e franceses, atendendo a que dominava as duas línguas. E a sua acção era secundada por alguns dos mais dedicados colaboradores dos aludidos jornais, à frente dos quais há que salientar Neno Vasco, um dos maiores escritores da vanguarda.

Foi Alves Pereira o organizador do almanaque *A Aurora*, com excelente e variada colaboração, assim como traduziu e anotou vários opúsculos, entre os quais *O Estado e o seu papel histórico* e *O Proletariado Histórico*, de Kropotkine. Poeta de fina sensibilidade, como acima digo, publicou boa quantidade dos seus versos não apenas nos jornais que dirigiu, mas também em muitos outros, sem excluir alguns dos editados pelos organismos sindicais, entre eles *O Gráfico*.

Elemento activo da antiga Associação dos Litógrafos do Porto, representou este Sindicato em vários Congressos e Conferências corporativas, numa das quais, a que se realizou em Novembro de 1924, na sede da Cooperativa do Povo Portuense, apresentou, em seu nome e no de António Teixeira de Araújo,

delegado da Liga das Artes Gráficas da mesma cidade, uma tese intitulada: «Os Conselhos Técnicos e os Conselhos de Fábrica», trabalho que mereceu o maior apreço.

Independentemente das reuniões magnas dos Sindicatos da indústria a que pertencia, representou o seu agrupamento profissional em vários Congressos da Confederação Geral do Trabalho, e tendo recebido, em 1915, a incumbência de participar, como delegado da organização anarquista do Norte de Portugal, no «Congresso Internacional Pró-Paz», que deveria efectuar-se no Ferrol, foi detido, com os restantes delegados portugueses, ao entrar em Espanha e posto na fronteira portuguesa, sob prisão.

Tendo-se fixado posteriormente em Espinho, onde viveu umas dezenas de anos, na impossibilidade de continuar, por razões óbvias, a fazer a propaganda dos princípios que sempre o haviam norteado, mantinha, semanalmente, no hebdomadário que se publicava na vila onde residia, uma secção subordinada ao título: *Folhinha de...*, que se ocupava, em regra, de assuntos de carácter social. Independentemente dessa colaboração, sempre que se lhe oferecia ensejo, enviava escritos seus para alguns outros jornais, especialmente versos.

Desfeito o seu lar, pois a morte arrebatara-lhe a esposa e a filha — o que representou um golpe cruciante para o coração afectivo do velho lutador —, ao succumbir, por sua vez, roubaram, da casa onde vivera, muitas poesias inéditas e também quase todos os livros da excelente biblioteca que possuía.

Puderam o seu dilecto amigo António Teixeira de Araújo e outros, salvar da insólita devastação uma dezena de exemplares da «Agenda Lusa», em cujas páginas o extinto, sob o pseudónimo de *Um coleccionista*, e subordinados ao título *Bugigangas*, reproduzira, diáriamente, num cursivo de sua mão que atestava alto requinte de artista, artigos sobre Ciências, Letras, Medicina, Geografia, História, Artes, e também pensamentos, versos, anedotas, etc., *bugigangas* que constituiriam grosso e interessantíssimo volume, se algum dia fosse publicado.

Porém, nas derradeiras páginas dessa Agenda, preenchidas 14 dias antes de morrer, já o cursivo era incerto, claudicante.

É que, após duro sofrimento, se aproximava o termo duma existência que fora rica em vivacidade, existência em que ocupou largo lugar não só a preocupação, mas sobretudo o esforço perseverante por uma vida menos dura para os que trabalham.

NÓTULA ANTOLÓGICA

SEM-FIM

*Contempla a vida: vê a romaria
Que em turba-multa vai passando além,
Contempla o rico que passando vem
Naquela rua sem melancolia!...*

*Contempla o pobre que inda há pouco ria
E que nest'hora chora o que não tem...
Que será pois, oh! minha santa mãe?...
— Ai filho... é o vil metal... Que porcaria!!!*

*É o vil metal que faz tanta desgraça,
É o vil metal que tanta dor produz,
É o vil metal que tira ao pobre a graça,*

*É o vil metal que rouba a tudo a luz,
É o vil metal que tanta gente abraça,
É o vil metal que pôs ao pobre a... Cruz.*

(1920).

A. G. (ALFREDO GUERRA)

BALANÇO

*É duro o sofrimento! A dor é infinita!
Por toda a parte existe um grande mal-estar.
O mundo é um vulcão. O grito da desdita
É tão aterrador como a fúria do mar.*

*Dos lábios sobressai uma frase bendita,
Colérica, vibrante, heróica, a rutilar.
Quem é que a pronuncia? Essa massa contrita
Que se ergue num rugido, olhando o seu penar.*

*Porquê tão forte gesto? A senda da revolta,
Donde surgiu feroz?... Palavra e pedra solta,
Têm um alvo a atingir, na sua intimidade...*

*O luxo não tem leis; a miséria é demais.
A luta p'lo dinheiro, é luta de chacais,
Que só terá seu fim no reino da Igualdade...*

(1923).

A. ALVES PEREIRA

AUGUSTO CARLOS RODRIGUES

GUARDA-LIVROS



HAVERÁ, possivelmente, quem estranhe que eu inclua Augusto Carlos Rodrigues — que, com os seus 75 anos de idade, foi a enterrar no princípio do fatídico mês de Abril de 1956 — entre os homens que considero como figuras genuínas do Movimento Operário Português, sobretudo por ele não haver desempenhado actividade manual, pois tinha a profissão de guarda-livros. Efectivamente não era um trabalhador do músculo, mas isso não obstava a que fosse um salariado como eu e, além de salariado — e esta particularidade tem importância decisiva — um homem que contribuíra esforçadamente, em vários sectores sindicalistas, para a criação e aperfeiçoamento dos organismos de resistência do operariado. E, como ele, alguns admiráveis colegas seus, que recordo com funda saudade, contando-se entre estes: José Carlos de Sousa, António Altavila, Ferreira Cabecinha e Gil Gonçalves — da melhor gente com quem tenho contactado nas lides sindicais.

Para mim é tão camarada o colega que trabalha a meu lado, na oficina, como o empregado que exerce a sua actividade no escritório, o jornalista que escreve o que lhe sugere o chefe de redacção, ou o professor de ensino primário ou secundário que valoriza cérebros. Para tanto basta que reünam estas três condições essenciais: que trabalhem por conta de outrem, que per-

tenham ao número dos inconformistas e... que não tenham teias-de-aranha na cabeça.

Ora, Augusto Carlos Rodrigues — que eu vi, pela primeira vez, há uns bons 47 anos, numa conferência que César Porto realizou numa colectividade do Bairro da Graça —, foi um homem que, do ponto de vista sindical, actuou na antiga Associação dos Empregados de Escritório, no Conselho Jurídico da C.G.T. e na administração d'A *Batalha*, de cuja comissão iniciadora fez parte.

Mas, pessoa a quem as coisas do espírito apaixonavam de verdade, deu também muito do seu esforço a instituições de carácter cultural, primeiro no Ateneu Popular, depois na Sociedade A Voz do Operário, como membro da sua Comissão de Educação, Instrução e Arte e, por fim, na Universidade Popular Portuguesa, que o empolgou.

*

O Prof. Dr. Ferreira de Macedo, que fundara a benemérita instituição e que à sua frente estava, convidara Augusto Carlos Rodrigues, José Carlos de Sousa e a minha pessoa para o secundarmos no Conselho Administrativo. Aquiescemos e lá nos mantivemos os três durante um bom número de anos, trabalhando lado a lado com o admirável fundador e outros elementos de valia, como o inesquecível Dr. Bento Caraça, Dr. Sá e Oliveira, Dr. Adelinho Cunhal, Prof. Canhão Júnior, Dr. Ferreira de Mira, Prof. Emílio Costa, Dr. Adolfo Lima, o operário carpinteiro José de Freitas, D. Ema da Câmara Reis e o seu marido (Dr. Câmara Reis), Luís de Freitas Branco, o Mestre pintor Conceição e Silva, o Prof. Dr. Adrião Castanheira, o funcionário público Francisco Bernardo, Dr. João Couto, D. Francine Benoit, etc.

Solicitado pela Associação dos Inquilinos, passei a dar menor assistência à Universidade. Mas Augusto Rodrigues e José Carlos mantiveram-se, e enquanto o último não foi subjugado pela doença que o levaria ao cemitério, todas as tardes, findas as suas ocupações profissionais, os dois amigos, por igual enamorados da U.P.P., se encontravam no desaparecido «Café Chic» e aí redigiam e apreciavam trabalhos que depois apresentavam ao Conselho Administrativo da U. P. P.

Morto José Carlos, numa altura em que dos antigos elementos uma parte deles se havia afastado, por se encontrar fatigada e a outra parte fora forçada a passar a dar toda a capacidade de atenção aos afazeres profissionais, quase ficou apenas à frente da instituição Augusto Carlos Rodrigues, o qual se viu obrigado a acumular com o antigo cargo de tesoureiro os outros lugares do Conselho Administrativo, pelo que só ao domingo não ia de longada à Rua Luís Derouet, sede da Universidade.

Sobreveio, porém, um acontecimento que representou crucial golpe para o nosso amigo, duma sensibilidade requintada: a Universidade fora estrangida a votar a sua dissolução! A atenuar um pouco essa dura prova registou-se a circunstância de a importantíssima biblioteca da instituição ter transitado para a Sociedade A Voz do Operário, o que não obstou a que Augusto Rodrigues houvesse sofrido a maior dor de toda a sua vida. Não mais foi o mesmo homem, tal o amor que tinha à instituição a que dera uma dedicação incomparável.

*

Augusto Carlos Rodrigues era pessoa assaz culta. Escrevia melhor do que eu, para o que aliás não é mister ter muito fósforo, mas pecava por ser menos atiradiço. Assim, apesar de redigir bem, com elegância, quando escrevia qualquer coisa, sobretudo nos tempos da Universidade (depois do desaparecimento de José Carlos, é claro), não dactilografava os seus escritos sem previamente me pedir... que os *retocasse*. Insurgia-me contra isso, dizendo-lhe que me fazia lembrar alguns colegas meus, que, ao comporem os originais de pessoas que redigem incorrectamente, ajeitam-lhes a prosa, mas sempre que têm de escrever uma singela carta, pedem-me para fazê-la, disfarçando sua mândria sob a alegação de que estou... mais habituado. E o caso é que sou um dos paroquianos que mais cartas escreve (para os outros, porque, pessoalmente, ando sempre com a correspondência atrasada), só não sendo solicitado para redigir missivas de amor talvez por considerarem que, apesar de eu ser um respeitável *jarrão*, poderia a coisa ter seus riscos...

Tímido como aquele amigo era, possuía ele, todavia, sob outros aspectos, grande coragem moral. Assim, anarquista da velha guarda, jamais ocultou as suas ideias filosóficas, até mesmo nos tempos em que se tornava perigoso defendê-las, e não era apenas junto dos confrades que as reivindicava, mas também em face dos patrões, ante os quais nunca titubeou a esse respeito, talvez uma das razões por que o respeitavam.

Amigo do seu amigo, daqueles que melhor o sabem ser, basta recordar a dedicação que votou ao grande pedagogo e homem de bem que foi o Dr. Adolfo Lima, a cujas publicações deu sempre uma colaboração apaixonada, podendo afirmar-se que a excelente revista *Educação Social* teve em Augusto Carlos Rodrigues não só o corrector de provas competentíssimo e desinteressado, mas também o mais infatigável propugnador, do mesmo modo que sucedeu em relação à *Enciclopédia Pedagógica Progrebior*, que se lhe seguiu.

Quanto às suas qualidades de coração, a dar um eloquente exemplo de como elas eram está o que fez relativamente a oito jovens que foram criados sob o seu tecto acolhedor, e que nem parentes eram. Sem filhos, principiou por adoptar uma menina, órfã de 7 meses, que de sua casa saiu já casada, tendo dado idêntica assistência a dois rapazes e a mais cinco meninas, a quem, com sua esposa, que pouco lhe sobreviveu, proporcionou não só o pão do corpo, mas igualmente o do espírito, quase todos hoje com seus cursos comerciais e, os mais velhos, empregados, a todos havendo dado aquele casal benemérito autêntico carinho de pais amantíssimos.

*

Fazendo parte comigo e com outros velhos confrades, duma *tertúlia* que há longos anos mantemos, era Rodrigues o mais assíduo dos componentes — o primeiro a chegar, uma vez findas as suas ocupações profissionais, e o último a retirar-se. Quando, alguns meses depois de ter sido aposentado da empresa comercial em que trabalhava, caiu doente, era com dificuldade que se arrastava ao local em que reúne a *tertúlia*, onde não queria deixar de comparecer, por se lhe afigurar que o contacto com os amigos lhe atenuava os crescentes sofrimentos físicos.

Chegou, porém, o aziago dia em que os seus debilitados órgãos locomotores não lhe permitiam descer ao Chiado, aonde uma das suas queridas pupilas teve, da última vez, de trazê-lo de táxi, pois não se conformava em ser forçado a privar-se do convívio com os camaradas. Chorou então como uma criança.

Mas, volvidas poucas semanas, à semelhança do que sucedera apenas um mês antes com Campos Lima — também velho companheiro da mesma *tertúlia* — ia eu acompanhar ao Alto de S. João um dos confrades mais inteligentes e mais firmes e também dos mais nobres corações que têm passado pelas fileiras, já tão confinadas — ai de nós! —, dum núcleo de lutadores de há mais de 50 anos.

NÓTULA ANTOLÓGICA

«A Maria Rafaela iniciou hoje uma vida cheia de beleza, e que satisfaz a sua legítima ambição. Essa vida é perene de responsabilidades, porque, para a Maria Rafaela, ensinar terá de ser, também, educar.

O seu porte irrepreensível, a correcção das suas atitudes e das suas palavras, a sobriedade da sua apresentação sem artifícios — a sua inteligência e boa vontade — dão a todos nós a certeza de que saberá cumprir, exemplarmente, a nobre missão que tão nova lhe foi confiada.

Que a boa sorte a acompanhe sempre, como merecel!»

(1946).

AUGUSTO CARLOS RODRIGUES

BERNARDO DE SÁ

CONDUTOR DE OBRAS
PÚBLICAS



Ao publicar a biografia de Severino de Carvalho, e aludindo à primeira plêiade de intelectuais que em Portugal fez a difusão dos princípios sindicalistas, dizia que entre os seus componentes um havia (António Bernardo de Sá) que considerava personalidade inconfundível.

Efectivamente, Bernardo de Sá, falecido em 1943, com 72 anos — tão pequeno de corpo como é o remexido Pinto Quartim, de quem era amigo, e que, quando passeava na companhia do então escoreito Mário Costa, com o qual andava muito, lhe dava pela cintura —, se fisicamente era minúsculo, possuía uma ampla alma e, no que respeitava a faculdades intelectuais e morais, eram elas de tal natureza que o impunham não só à consideração dos confrades, mas também ao respeito dos adversários, o que não é trivial.

Filho adoptivo de Camelo Lampreia, diplomata monárquico, que faleceu no Brasil — e cuja esposa queria extremosamente ao nosso amigo —, depois de concluídos os estudos secundários, tirou o curso de condutor de obras públicas (que correspondia ao de agente-técnico de hoje), e, na qualidade de funcionário do Estado, se não contava, por virtude das suas ideias filosóficas, com as simpatias dos superiores hierárquicos (isto tanto no tempo da Monarquia como no da República), a verdade é que todos faziam justiça à idoneidade profissional e moral de Bernardo de Sá.

Ao intensificar-se em França, aí por 1908, a acção sindicalista, acompanhou o movimento dos trabalhadores franceses com vivo interesse, e, dotado dum autêntico espírito de organizador, foi dos primeiros homens que em Portugal mais divulgaram os novos métodos da acção operária, o que fez, quer escrevendo nos jornais e revistas da vanguarda, quer realizando palestras nos sindicatos, quer cooperando esforçadamente na reorganização destes. Consequentemente, ao surgir, em 1910, o semanário *O Sindicalista*, que teve larga expansão, tornou-se um dos seus mais assíduos colaboradores, só findando essa colaboração com o desaparecimento do jornal, em 1916, sem que, entretanto, houvesse deixado de dar regular cooperação ao Grupo de Estudos Sociais Germinal, inclusive na manutenção, por parte deste, dos cursos sobre Sociologia e Ciências Naturais, cursos destinados aos trabalhadores.

Em 1913, como eu tivesse sido compelido a fazer, com bom número de confrades, um estágio de seis meses numa esquisita estância que domina a cidade de Elvas — o forte da Graça, depois de haver passado um trimestre no Limoeiro —, recebia, numa áspera manhã de Inverno, a visita do nosso amigo na lúgubre casamata onde havíamos sido alojados, casamata sem luz, sem água e sem o mínimo de higiene, como o atestavam as marcas que os percevejos, em suas digressões daninhas, deixavam nas paredes e bem assim o miserável caneco de madeira, postado ao fundo da prisão, onde éramos forçados a fazer as dejeções, caneco que os soldados detidos no forte — homens como nós outros! — tinham de despejar diariamente.

Foi com manifesta indignação que o nosso amigo se inteirou de que não pecavam por exageradas as informações que haviam chegado a Lisboa, relativamente ao modo como estávamos instalados, tendo sido com o propósito de averiguar o que havia de verdade que empreendera uma viagem em que, ao tempo, se gastavam duas noites: uma para a ida, a outra para o regresso. E tamanha foi a cólera de Bernardo de Sá que, pouco depois, ao tentar-se levar a efeito, em Lisboa, uma romagem partidaresca a casa do ministro que arbitrariamente nos mandara para a cadeia — romagem que deveria partir, à noite, do Largo de S. Domingos —, capitaneava, com a intrepidez de que era capaz, uma contramanifestação, que anulou inteiramente aquela, para o que aliás pouco

mais foi preciso do que a distribuição dumas dúzias de apitos de barro por amigos nossos e umas cacheiradas dadas a tempo nos primeiros balões que saíam do centro político então ali instalado. Voltas que as coisas dão! Decorridos alguns anos, o político em referência, uma vez caído em desgraça, era aferrolhado, por seu turno, no mesmo forte, nanja, é claro, em qualquer das casamatas, mas numa das residências dos oficiais...

*

Com forte poder de persuasão, Bernardo de Sá não aconselhava, porém, aos outros o que não fosse capaz de fazer, assim como não era homem que, quando estivesse em desacordo, se abstivesse de expor com desassombro os seus pontos de vista, quer perante os elementos operários, quer em face dos seus mais íntimos amigos, o que fazia num timbre de voz metálico, incisivo, espaçando bem as palavras. E, todavia, nas horas de boa disposição — atracado ao seu charuto, que, nos tempos heróicos, custava dez réis, pelo que, entre os amigos, era designado pelo «Sá Charuto» —, que graça tinha com as suas facécias, contadas com uma naturalidade inimitável! E que episódios que com ele ocorreram!

É óbvio que tenho de contar alguns.

Numa ocasião em que dirigia umas obras no templo de São Vicente-de-Fora apareceu ali, inesperadamente, o então cardeal-patriarca, D. António Mendes Belo, acompanhado de seus fâmulos. À medida que avançava para o local onde se encontrava o nosso amigo, com quem queria trocar impressões acerca dos trabalhos em trânsito, ia o cardeal estendendo a mão direita às pessoas que encontrava no percurso, as quais, ajoelhando, lhe beijavam o anel episcopal. Chegado junto de Bernardo de Sá, talvez pela força do hábito, estendeu-lhe também a mão. Com estupefacção dos fâmulos, o nosso amigo tomou, com delicadeza, a destra do cardeal e cofiando-lhe demoradamente o imponente anel, disse-lhe, sem enleio:

—Agradeço a vossa eminência a atenção que teve em mostrar-me esta bela jóia. Deve ter custado uma fortuna, senhor cardeal!...

Este, surpreendido, mas sem se desconcertar, fez-lhe quaisquer sugestões acerca dos trabalhos, após o que se retirou, seguido da

comitiva, tendo-o Bernardo de Sá, que não era pessoa grosseira, acompanhado até à porta, onde se despediu, com respeitosa vénia, do alto visitante.

*

Uma outra vez, achando-se em Queluz, a dirigir umas obras de reparação de várias dependências do Palácio Real, que ao tempo se encontrava deveras danificado, foi Bernardo de Sá procurado, no seu gabinete, por um oficial-às-ordens do infante D. Afonso (irmão do rei D. Carlos), oficial que lhe anunciou que, dentro de poucos instantes, «sua alteza» iria ter com ele para conversarem acerca dos trabalhos que estava dirigindo. Efectivamente, logo a seguir surgia D. Afonso — que era figura popularíssima e pouco atreita a preocupações protocolares —, o qual, dirigindo-se ao nosso amigo, se exprimiu, pouco mais ou menos, nos seguintes termos:

— Olha lá, ó Sá: não achas que, uma vez que se está a proceder à reparação duma parte das dependências do palácio, se poderia aproveitar a ocasião para arranjar também as restantes?

— Eu te digo, Afonso — respondeu o interpelado: — a ideia é boa, mas o pior é que para isso seria necessário fazer um novo orçamento, o que aumentaria consideravelmente as despesas previstas.

A conversa foi interrompida por um pajem, que apresentou qualquer escrito ao Infante, interrupção que o oficial-às-ordens aproveitou para dizer, em voz baixa, ao nosso amigo:

— Devo lembrar ao senhor engenheiro que está faltando ao protocolo.

A isto objectou, sem detença, Bernardo de Sá:

— Quem estabeleceu aqui o protocolo foi o Infante. E eu não quero deixar de secundá-lo...

Após este curto diálogo, prosseguiu a conversa entre D. Afonso e o nosso amigo, continuando os dois a tutear-se reciprocamente, com manifesto aprazimento do Infante, que ficou encantado com o desembaraço do seu interlocutor.

Disse-me Mário Costa que, meses volvidos, num domingo em que passeava com Bernardo de Sá na Avenida da Liberdade, surgiu, entre as numerosas carruagens que naquela época faziam o *corso*, D. Afonso, no seu *break*. O Infante, que na ocasião «não

cortava o ar», tendo lobrigado Bernardo de Sá na parte lateral da grande artéria, parou o carro e, dirigindo-se, lá do alto, em voz sonora, ao nosso amigo, perguntou-lhe, entre a surpresa de toda a gente e a perplexidade do Mário, que, apesar de ser antimilitarista, não pôde deixar de perfilar-se:

— Que tal vai essa bizzarria, Sá?

— Eu estou óptimo, Afonso, e tu também continuas com bom parecer.

Dando uma forte gargalhada, prosseguiu D. Afonso no seu passeio, enquanto as pessoas que tinham assistido à cena ficaram simplesmente banzadas.

*

Mais tarde, encontrando-se o nosso amigo em Évora, para onde fora transferido, por haver tomado parte, em Coimbra, numa manifestação de carácter liberal ali efectuada, como se achasse dirigindo, com aprazimento do arcebispo ⁽¹⁾, umas obras que se estavam realizando na Sé-Catedral, sucedeu que o prelado — que fora posto ao facto do motivo da transferência, que o mesmo é dizer que conhecia as ideias de Bernardo de Sá —, encarregou um cónego de convidá-lo, em seu nome, a ir tomar chá com ele no palácio episcopal. Ficou o nosso amigo intrigado com tão estranha atenção, mas, como era pessoa correcta, não se negou a comparecer, antes ficou ardendo em curiosidade, por não atinar com a razão do convite.

Uma vez no palácio, não foi pequena a sua surpresa por o chá ter sido servido na sala da biblioteca, repleta dos melhores

(1) Informou-me o meu amigo Rui Forsado que o arcebispo em referência se chamava D. Augusto Eduardo Nunes, ajuntando que era homem culto e perfeitamente apto, mercê do estudo, a discutir assuntos fora do âmbito religioso, o que fazia delicadamente, sem facciosismo, mas não perdendo de vista o seu principal objectivo político: a propaganda do vaticanismo.

Acrescenta o meu aludido amigo que se atribui a esse arcebispo a paternidade do protesto colectivo há um bom número de anos feito, pelo episcopado, contra a lei de separação do Estado das igrejas, o que lhe valeu, e aos restantes signatários do protesto, o desterro, por certo período de tempo, desterro determinado pelo governo de então.

livros que havia sobre literatura, ciências, artes, filosofia, etc., tendo o prelado recebido com a mais requintada amabilidade o nosso amigo. Foi um belo serão, não pròpriamente por o serviço ter sido magnífico, mas sobretudo pela conversação que o arcebispo — que era pessoa erudita — manteve com Bernardo de Sá.

Falou-se de literatura, de arte, de socialismo, de anarquismo e de sindicalismo, sem deixarem de vir à baila os nomes de Marx, Kropotkine e Sorel, tendo-se feito ampla digressão sobre os domínios da filosofia. E o mais curioso é que, em relação à Igreja, sòmente girou a discussão em volta das encíclicas de Leão XIII, especialmente da *Rerum Novarum*, vindo a propósito dizer que Bernardo de Sá não deixou de reconhecer a agudeza de espírito com que aquele pontífice discreteou acerca dos problemas de carácter social, tendo-se confessado mesmo de acordo com o pensamento expresso na citada encíclica, na parte em que nota «os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos abertos às artes, a mudança de relações entre patrões e operários, a afluência da riqueza nas mãos de poucos, ao lado da indigência da multidão, a confiança maior dos operários em si mesmo e a sua solidariedade mais estreita», assim como não contestou a justeza com que Leão XIII afirma que nas oficinas não há apenas máquinas, mas homens; que a «riqueza procede do esforço dos trabalhadores»; que «a monopolização das empresas se tornou apanágio dum pequeno número de ricos e opulentos, que impõem um jugo quase servil à infinita multidão de proletários»; que uma vez que «as riquezas do Estado provêm do esforço dos trabalhadores, é de justiça que revertam, em parte, em favor deles»; que «o Estado deve regular a questão dos salários, de modo que estes sejam suficientes para a honesta manutenção dos trabalhadores», etc. Onde houve discrepância foi na parte em que Leão XIII condena o socialismo, «considerando-o falso remédio para curar o mal», opinião que é perfeitamente compreensível, atenta a posição filsofica em que se encontrava relativamente ao seu interlocutor.

Um pormenor curioso. Dias depois, uma senhora que se encontrava em precárias circunstâncias, procurou Bernardo de Sá, na pensão onde este estava hospedado, tendo solicitado o seu patrocínio para um pedido de auxílio que fizera ao arcebispo. Como o nosso amigo lhe observasse que não tinha influência junto do

prelado, a senhora informou-o de que fora um cônego muito chegado ao paço episcopal que lhe garantira que não podia encontrar quem melhores condições reunisse para o efeito...

Não sabemos se Bernardo de Sá efectivamente patrocinou o pedido da senhora em referência. Acreditamos, porém, que sim, visto que, se possuía uma boa cabeça, não lhe ficava aquém o coração, e a prová-lo está o facto de — quando a primeira esposa do nosso velho camarada João Pedro dos Santos foi acometida da terrível doença que, após longo sofrimento, a levou à sepultura —, Bernardo de Sá, num gesto espontâneo, ter pedido à sua velha e dedicada criada que fosse governar a casa daquele nosso outro amigo, tendo ele passado a comer numa pensão.

NÓTULA ANTOLÓGICA

Os meios de acção directa. — *As mutações sociais não se fazem com a rapidez com que se efectuam as mutações duma mágica. Estas transformações são sempre produto de largas evoluções e para elas concorrem factores de ordem diversa, entre os quais há um, a que hoje se vai concedendo grande importância, um que não digo preponderante, decisivo, mas que não é para esquecer, nem desdenhar, como têm feito alguns sociólogos. Quero-me referir à vontade humana.*

Todos nós sabemos que na verdade uma simples descoberta pode modificar, até por completo, o aspecto das sociedades. A invenção da máquina de vapor veio criar a grande indústria e com ela o proletariado e o moderno problema social.

Mas o saber, a experiência adquirida, o conhecimento do passado, se não nos dão as leis inflexíveis pelas quais podemos guiar as nossas acções, com a certeza indubitável de que trilhamos o verdadeiro caminho que nos há-de conduzir aos fins que temos em vista, fornecem-nos pelo menos as regras que nos podem servir para evitar os escolhos que por ignorância os nossos antepassados não puderam nem souberam ladear.

O nosso esforço pessoal, a nossa vontade, portanto, auxiliada e guiada pela experiência, pelo saber, é um dos meios que temos ao nosso alcance para triunfarmos na luta pela vida.

Se isto é verdade em relação aos indivíduos, também o é em relação às colectividades, aos grupos humanos.

Para a classe operária, para as novas fórmulas sociais em que ela encarna as suas aspirações, o triunfo está em grande parte dependente da sua própria vontade, do seu esforço próprio. Sucedeu assim com a burguesia, assim sucederá com o proletariado.

Uma dada classe, para vencer, para se libertar do jugo das classes que a dominam, necessita não só impor-lhe a sua vontade, mas também estar apta a substituir as instituições antigas por outras novas correspondentes a novas concepções e necessidades; a animar com uma nova vida, com uma nova fé, com ideias novas o grupo social a que pertence. Foi assim que triunfou a burguesia sobre o feudalismo.

A classe burguesa criou, durante séculos de luta, toda uma série de instituições próprias, e pouco a pouco nelas apoiando-se, se habilitou para um dia exercer a hegemonia social, para se assenhorear do poder, para passar de classe dominada a classe dominante.

Com a grande revolução francesa, ela generalizou as instituições que tinha criado, e, como diz Lagardelle, impôs e veio dar o tom à nova sociedade. Também o triunfo para a classe operária dependerá, única e simplesmente, do seu esforço próprio, das suas lutas, da sua preparação moral, intelectual e material.

E no dia em que esta preparação for completa, ela poderá então substituir as concepções, os ideais e as instituições burguesas pelas suas concepções, pelos seus ideais, pelas suas instituições, que para vencerem e para se radicarem têm de harmonizar-se, ser como que a expressão das necessidades, das aspirações de justiça e de solidariedade, que pouco a pouco vão empolgando todos os homens.

*

É o sindicalismo com a sua feição moderna que procura os meios de acção, que mais rapidamente e melhor devem preparar a classe trabalhadora para o papel histórico que ela um dia há-de ser chamada a desempenhar.

Tem dois fins o sindicalismo: um é a defesa dos interesses imediatos da classe; o outro é a preparação orgânica sobre novas

bases, do consumo e da produção, de forma a garantir a todos os seres humanos a satisfação integral de todas as suas necessidades, quer físicas, quer morais, quer intelectuais.

As suas aspirações são, como se vê, socialistas ou comunistas, mas a realização destas aspirações consideram-na os sindicalistas intimamente dependente da capacidade própria da classe operária.

Dois têm sido os métodos preconizados para a realização destes fins: o método indirecto da acção reformista e o método revolucionário da acção directa.

O primeiro adopta a acção política, isto é, a acção intermediária, a acção exercida não pelos próprios operários, mas pelos seus representantes. Os que seguem esta escola põem todas as suas esperanças de reforma social, na acção, segundo eles transformadora, da lei; servem-se, portanto, do parlamento como do meio mais profícuo para alcançarem os seus fins.

Os partidários do segundo método, não desprezando de forma alguma as reformas de ordem social, procuram obtê-las sem intermediários, directamente pela luta dos próprios interessados, porque consideram esta luta como um meio mais poderoso de educação, e porque estão convencidos de que qualquer reforma só se obtém quando a opinião pública é bastante forte para a exigir, ou impor, e as leis só são aplicadas quando os próprios interessados as podem e sabem fazer respeitar. E como não ignoram que qualquer garantia ou liberdade codificada só se pode exercer dentro dos limites que lhe traçam os legisladores, e como não ignoram também que estes limites constituem entraves a futuros desenvolvimentos, por isso preferem a liberdade sem leis, à liberdade codificada, legalizada e canalizada pelos legisladores burgueses.

(1913).

BERNARDO DE SÁ

JOÃO PEDRO DOS SANTOS

OPERÁRIO CORREIRO



CREIO não me enganar ao afirmar que o mais velho militante sindicalista português, ainda vivo, é João Pedro dos Santos, que foi, seguramente, o elemento mais activo da extinta Associação dos Fabricantes de Armas e Ofícios Acessórios, com o qual mantenho laços da melhor camaradagem há mais de 50 anos, o que, se quer dizer que o meu confrade é durázio, significa também que sou, por minha vez, um respeitável jarrão...

Completará João Pedro dos Santos, dentro de poucos meses, 85 anos, o que será um acontecimento, tanto mais que, não só eu, mas muitos amigos comuns, supusemos, no ano pretérito, que ele não resistiria aos males que lhe sobrevieram após uma delicada intervenção cirúrgica a que se sujeitou, tão combalido o víramos.

Acrescentarei que tendo eu então partido para terras nortenhãs, em férias, ao comprar, diàriamente, lá fora, os quotidianos de Lisboa, a primeira secção que buscava era a da necrologia, convencido de que, mais dia, menos dia, se me deparava a notícia do passamento do prezado confrade, o que sendo, aliás, tudo quanto há de mais natural, representaria, para mim, motivo de imensa tristeza. Não foi, pois, sem pasmo que um amigo comum e dedicado me enviou a excelente nova de que João Pedro não só se restabelecera, mas até, pouco depois de abandonar o leito, em que

eu o vira tão mirradinho, se apressara a dar uma saltadela a uma praia circunvizinha, onde, velho partidário do método terapêutico de Kneipp, não quis deixar de banhar os pés na água salgada...

*

Aprendiz de funileiro numa latoaria da Calçada de Santo André, em Lisboa, como, em vez de lhe ensinarem o ofício, fosse maltratado pelos oficiais, entrava, aos 12 anos, para a oficina de correiros da Fábrica de Armas do Arsenal do Exército, onde aprendeu a profissão de modo tão proveitoso que, dentro de pouco tempo, vinha a ser distinguido com o «Prémio D. Maria», então concedido aos operários que mais competência revelavam. Anos volvidos passaria a ser contramestre de correiros no citado estabelecimento fabril.

Mas não era simplesmente bom profissional, porquanto tendo ingressado num meio onde havia operários inteligentes e estudiosos, alguns dos quais, como Domingos Leite ⁽¹⁾ e António Maria dos Santos, faziam boa figura nos arraiais socialistas, João Pedro, de bem novo, começou a interessar-se pelas ideias de renovação social, e não só passou a actuar no seio do seu organismo de resistência, mas também noutros agrupamentos de carácter avançado, sobretudo a partir da realização do 1.º Congresso Sindicalista, que acompanhou com o mais decidido interesse.

Curiosa esta faceta de João Pedro dos Santos: Não tendo propensão para falar às massas, nem para escrever — embora haja levado boa parte da existência a ler e a argumentar com companheiros de trabalho e também com muitos superiores hierárquicos, nomeadamente oficiais do exército de alta patente, não raro vendo triunfar os seus pontos de vista, produto de raciocínios claros —, o nosso amigo, compreendendo quanto a propaganda pelo livro e pelo jornal contribuía para a divulgação das ideias

⁽¹⁾ Domingos da Costa Leite foi um dos mais cultos militantes do Partido Socialista Português, nos tempos da «Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa». Dirigiu a revista *Correaria Nacional*, e falava várias línguas.

progressivas, tem dado a sua ajuda não apenas a editoriais de carácter avançado, mas também a muitas publicações operárias, podendo nós citar: os diários sindicalistas *A Greve* e *A Batalha*, assim como *Terra Livre*, *O Sindicalista* (de cuja administração fez parte), *A Obra*, *O Arsenalista* e *A Internacional*, tendo figurado como redactor-principal nestes dois últimos.

Membro activo, como já dissemos, da Associação dos Arsenalistas do Exército, foi o militante que mais vezes fez parte das comissões representativas do pessoal, tendo sido também dos que mais forcejaram por que os arsenalistas, que, quando desorganizados, trabalhavam 14 horas, passassem a ter o horário de 9 e, por fim, o de 8 horas, havendo igualmente dado larga actividade à Cooperativa de Crédito e Consumo do Pessoal dos Estabelecimentos Fabris do Ministério do Exército, a cujos corpos gerentes pertenceu até há pouco.

*

Razões foram estas para que, ao completar João Pedro dos Santos 80 anos, num jantar de confraternização promovido por uma comissão de que fiz parte, nalgumas palavras que então pronunciei, salientasse que, se era motivo de grande satisfação o simples facto do nosso amigo haver atingido aquela idade, não menos digna de apreço era a circunstância de boa parte da sua vida ser marcada por uma inultrapassável dedicação pelas ideias de renovação social que o hão apaixonado e, conseqüentemente, por haver exercido uma acção persistente, infatigável, no sentido de dar a sua achega para a edificação de instituições atinentes a marcarmos o começo duma vida social melhor.

«Há meio século — disse — que acompanho este camarada na actividade que tem dado ao Movimento Operário e, durante tão longo período, não o vi duvidar um só momento da esperança de que hão-de vir melhores dias para as falanges trabalhadoras, embora por vezes ele tenha sofrido, por amor às ideias, bocados bem amargos, não apenas mercê da perseguição dos que se encontram do outro-lado-da-barricada — o que seria compreensível —, mas também provocados por alguns dos que formam no nosso sector social, e este último aspecto é que deve ser considerado uma aberração.

Não obstante, João Pedro não se tem deixado acabrunhar. Pelo contrário, parece que à medida que vai sofrendo novas contrariedades e desilusões, mais se reveste de paciência, sendo até essa uma das características que o tornam inconfundível.

Naquela mesma ocasião, como componente da Comissão Administrativa da Cooperativa dos Estabelecimentos Fabris do Ministério da Guerra, instituição à qual, apesar dos seus oitenta anos, dava, diàriamente, a permanência dumas cinco horas — e graciosamente, amigos! —, era ele, de todos os membros daquela comissão (que por igual não são remunerados), o que com maior serenidade e paciência suportava sérios solavancos morais e materiais, a que dão lugar vários associados menos conscientes.

E, todavia, se João Pedro se houvesse recolhido à vida privada, ninguém, legitimamente, teria o direito de censurar esse operário probo, que há tantíssimos anos vem pelejando, animosamente, pela melhoria das condições sociais não só do pessoal fabril do Ministério de Guerra — entre o qual não era dos que desfrutava pior situação económica, porque desempenhava o lugar de mestre —, mas também do operariado em geral.

Falando um pouco de mim — acrescentei — direi que se hoje tenho o gosto de encontrar-me entre vós devo-o, em boa parte, ao esforço que o amigo João Pedro dos Santos, secundado por outros camaradas, fez, há trinta e três anos, em meu favor e também no de Alfredo Marques, quando ambos fomos mordidos pelos daninhos bacilos, tendo sido mercê da solidariedade que então recebemos da classe operária que os dois pudemos ir tonificar os avariados pulmões para uma salubre terra saloia — as Covas de Ferro —, donde eu partia, mais tarde, com destino ao Sanatório da Guarda. E ainda lhe devo um outro grande serviço, de que talvez não se haja apercebido: o de haver-me aconselhado, quando, com outros amigos, me acompanhou às Covas de Ferro, a que fizesse, diàriamente, ginástica respiratória, conselho que retive, o que possivelmente concorreu para que os bacilos se fossem, e haverá também contribuído para que eu ainda não esteja... marreco.

Como não era meu propósito alongar-me em divagações sobre o que João Pedro dos Santos tem feito pelo Movimento Operário, limitar-me-ia a recordar, para fecho, que quando, em 1908, com quatro colegas (dos quais só resto eu e E. Judicibus) nos lan-

çámos no arrojado empreendimento de publicar o diário operário *A Greve*, entre os militantes que mais decidido apoio nos deram encontrava-se João Pedro. Ele era, naqueles tempos, um guapo moço, corado como é hoje, só com a diferença de que o bigode, em vez de ser de prata, era de ouro, que é o mesmo que dizer loiro, com as extremidades bem retorcidas, e ostentava o nosso amigo farta cabeleira ondeada, sobre a qual assentava (conforme então era moda entre a nossa gente) um jeitoso chapéu-de-coco.

Como os vendedores de jornais, peitados pelas empresas jornalísticas, não pegassem no diário operário, íamos nós, os do grupo editor, vendê-lo diàriamente, pelas ruas da cidade, secundados por estudantes dos dois sexos.

Aos domingos era certo o nosso João Pedro, todo escorreito no seu fato domingueiro, e o caso é que, talvez por imprimir um tique pessoal ao seu coco, tinha enorme partido entre o errôneamente chamado «sexo frágil», que lhe esgotava a mercadoria... Chegava mesmo a bater a minha pessoa, que, nas imediações das fábricas de Xabregas, possuía forte clientela entre as camaradas tabaqueiras...

Segundo me asseguram confrades nossos, e eu acredito, ao caro João Pedro — a quem muitas senhoras e até amigos velhos dão, ternamente, o qualificativo de «Tio João» —, tem-lhe chegado o tempo (não obstante haver levado a vida absorvido pelo Movimento Operário) para render suas homenagens ao belo sexo, o que, além do mais, denota bom gosto...»

NÓTULA ANTOLÓGICA

Caminhando. — *As desigualdades sociais despertaram para a luta as classes trabalhadoras, e os que anseiam por uma racional justiça na maneira de ser das sociedades, assim impulsionadas, trilham as primeiras «etapes» a caminho da sua emancipação. A nossa classe foi das que souberam lutar para ascender a uma situação que pudesse demarcar nos seus componentes a consciência colectiva que, impulsionada pelas mesmas ideias de emancipação, criaram já o esteio suficiente para essa nova fase — mas*

com os mesmos objectivos — *redobrando os seus esforços no sentido de poder acompanhar a família trabalhadora no caminho trilhado para uma nova civilização.*

Grandes foram as dificuldades ao dirigir os primeiros ataques à classe usurpadora do trabalho alheio.

Quantas lutas! Quantos trabalhos perdidos! Quantos esforços incompreendidos e, ainda, quantas ingratidões!

Mas, apesar de tudo, conseguimos organizar as forças trabalhadoras de maneira a merecerem as atenções de todo o mundo capitalista.

A fase que se avizinha, na luta social, deve preocupar a classe de que fazemos parte.

A consciência colectiva que o batalhar destes 28 anos decorridos tem feito adquirir, devemos esforçar-nos por que seja posta ao serviço de mais rasgadas reivindicações, a fim de que a classe trabalhadora se liberte da opressão do salariado.

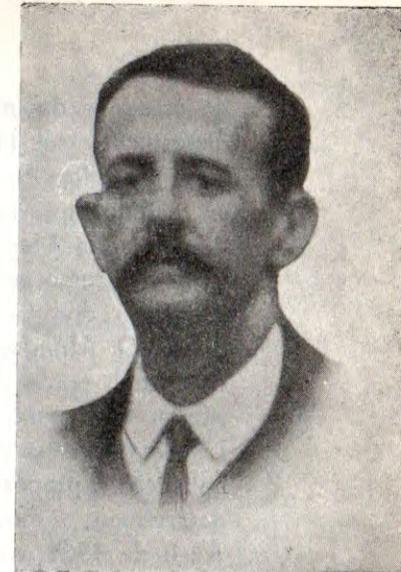
Os que há 28 anos labutaram no seio da classe de que fazemos parte, para que ela se organizasse, legaram-nos um elemento de força organizada que nos permitiu não só termos podido atingir a meta a que chegámos, como também treinarmo-nos para a colaboração no bom êxito das lutas emancipadoras que se avizinham.

(1929).

JOÃO PEDRO DOS SANTOS

TEIXEIRA SEVERINO

TIPÓGRAFO
E REVISOR-TIPOGRÁFICO



CONTANDO 79 anos de idade faleceu em Lisboa, no ano de 1944, João Celestino Teixeira Severino, um dos homens que mais dignificaram a corporação dos tipógrafos, mercê das suas aptidões de compositor e de revisor-tipográfico, da aturada e criteriosa acção que desenvolveu na organização sindical dos gráficos e ainda dos seus inconfundíveis méritos de publicista — o mais brilhante dos nossos contemporâneos.

Com espírito de continuidade e uma elegância que não excluía firmeza de convicções, e usando, invariavelmente, duma argumentação que se caracterizava pela elevação dos conceitos, Teixeira Severino foi, dentre os antigos militantes dos tipógrafos, dos que mais esforçadamente lutaram, ideologicamente, pela ascensão dos organismos sindicais dos trabalhadores do livro e do jornal ao lugar que lhes compete, não havendo jamais perdido ensejo de mostrar quanto vale a Associação.

Por incumbência do antigo Sindicato dos Compositores Tipográficos de Lisboa, de que foi um dos fundadores, escreveu centenas de manifestos, numerosos artigos para jornais, opúsculos, conferências e teses destinadas a vários congressos, ainda hoje sendo recordado o belo trabalho que, sob o título *Higiene*, o vimos apresentar no I Congresso Gráfico Nacional, realizado no Porto em 1905, trabalho que produziu funda impressão pelos elementos

de estudo e de informação que trouxe a público. Não só nessa dissertação, mas também noutras que se lhe seguiram discreateava com mais idoneidade do que alguns médicos que fazem boa figura em estudos que apresentam, pois forrageava com segurança nos domínios da Medicina, não obstante ser um operário tipógrafo.

Foi também Severino que, por incumbência que recebera do Sindicato dos Compositores, sustentou, nas colunas do antigo diário *O Mundo*, viva polémica com França Borges, director do jornal, tendo então defendido, com uma nobreza que impressionou fortemente o antagonista, os tipógrafos dos periódicos de Lisboa das acusações contra eles produzidas pelas empresas jornalísticas a propósito do *lock-out* que estas levaram a efeito e que determinou o movimento grevista a que foram compelidos, em Abril de 1904, os aludidos tipógrafos.

Além de haver feito parte de várias Direcções do Sindicato a que pertencia e bem assim de numerosas comissões, desempenhou os primeiros lugares na antiga organização federal, tendo dirigido, na sua qualidade de secretário-geral da Federação Tipográfica Portuguesa, a revista *A Tipografia*, que arquiva alguns dos seus melhores escritos, e bem assim *A Imprensa*, órgão do Sindicato do Pessoal da Imprensa Nacional, independentemente da assídua colaboração que deu, com frequência, a outras revistas e jornais.

Pode afirmar-se que o egrégio militante, que tinha tanto de modesto como de culto, foi dos mais fecundos e eruditos publicistas saídos da classe tipográfica.

*

Em 1915, um elevado número de tipógrafos da Imprensa Nacional de Lisboa representava ao então administrador desse estabelecimento do Estado, Luís Derouet, manifestando-lhe o desejo de que Teixeira Severino — ao tempo tipógrafo do jornal *O Dia*, dirigido pelo grande jornalista Moreira de Almeida (cujos gatafunhos, autênticos hieróglifos, Teixeira Severino era um dos raros tipógrafos que decifrava com pasmosa facilidade) —, ingressasse na Imprensa, representação que Derouet tomou no mais alto apreço, pelo que promoveu a admissão extraordinária do ilustre profissional, não só por se tratar de um tipógrafo que havia dado o melhor

do seu esforço e da sua inteligência à corporação a que pertencia, mas também porque era a primeira vez, em manifestação assim inusitada, que um tão elevado número de artistas da Imprensa se interessava, em semelhantes termos, por um confrade.

E deste modo passou o extinto colega a exercer a sua actividade na Imprensa Nacional, primeiro como compositor e, volvido algum tempo, como revisor-tipográfico, lugar que desempenhou até 1934, ano em que foi aposentado ⁽¹⁾.

(1) Tendo trabalhado com Severino, durante muitos anos, nas agrupações gráficas, sobretudo na Federação Tipográfica (ele como secretário-geral, eu como tesoureiro), ofereceu-se-me ensejo de aprender algo do pouco que sei com o erudito colega, que foi dos companheiros a quem mais prezei. Sem embargo, como as suas ideias eram de tendência socialista-reformista e as minhas mais avançadas, estivemos por vezes em posições opostas no próprio conselho federal.

Recordo, por exemplo, que encontrando-nos ambos de acordo, em 1913, em que a Federação Tipográfica, que então chegou a ter apenas um sindicato aderente (o dos Compositores) não deveria subsistir em tais condições, e havendo eu proposto que fosse transformada num organismo que tivesse no seu seio, não apenas sindicatos tipográficos, mas também das outras profissões gráficas, Severino, achando que bastaria introduzir leves modificações nos objectivos da Federação, manifestou o seu desacordo, motivo por que se manteve o *gâchis* por algum tempo ainda. Com o reingresso, porém, do Sindicato dos Impressores Tipográficos de Lisboa, modificou-se a situação, porque tendo o delegado desse Sindicato (Homero Ramalhal) votado no sentido que eu defendia, foi convocada uma conferência tipográfica, a qual ainda ampliou a minha proposta, com o objectivo de ser facultada a admissão dos trabalhadores dos jornais.

E, numa atitude de alta elevação moral, o colega discordante de modo algum se sentiu diminuído, visto que não deixou de dar a sua cooperação ao novo organismo federal. Seria isso possível hoje?

Organização de classe. — Por muito que se tenha dito, nunca será demais repeti-lo: as classes operárias não podem viver sem organização.

É esta a verdade, numa das suas mais simples, singelas e rudes expressões e a da mais formidável eloquência da lógica dos seus conceitos!

Tudo o que existe é obra de uma organização. Sociedades, instituições, regimes políticos, sociais, económicos, todos os diferentes mecanismos de uma sociedade têm que reger-se sob uma organização para a integridade da sua existência. Quanto mais perfeito o mecanismo, melhor a função; quanto mais bem organizado, mais longa, perdurável e próspera existência e desenvolvimento.

E seja qual for a forma social sob que no futuro os povos se encontrem, por mais complexa ou simples, por mais comum com a Natureza, ela será sempre uma organização. O que é a Natureza, senão uma organização?

A sua obra, a Criação, a Existência, é, em toda a sua gloriosa beleza, o exemplo, a prova absoluta, concludente e positiva, de que sem organização, os mundos não poderiam existir.

Coisa alguma, ou alguém, se pode eximir a esta lei da existência. É fatal! Só se exime quem morre! As classes que não queiram organizar-se, ou perturbem e impeçam a sua organização, quebrando assim a solidariedade a um acto consciente, estiolam-se, definham-se e falecem criminosas!

Tal-qual como um corpo enfermo de doença mortal ou que se não combate. A enfermidade, destruindo um ou mais órgãos essenciais à vida, ou quebrando a solidariedade com os outros, produz a morte, visto que desorganizou.

Infelizmente, porém, que a rudeza clara desta verdade, tão cruamente demonstrada, difficilmente tem logrado agitar ou sacudir os espiritos de muitos dos interessados da classe tipográfica aos que, talvez, a acção enervante do nosso clima, a tendência da própria raça, os efeitos do atavismo religioso e do analphabetismo

e a inaptidão para a luta, seja por influência destes factores, ou por ignorância ou descostume do que sejam as lutas operárias, enfim, várias causas nascidas do meio ambiente, rotineiro e deletério, às quais se conjunta a influência depressiva das provações e privações de que é repleta a vida miserável do operário, tiveram mais poder, actuaram mais enèrgicamente, impedindo o desenvolvimento das aptidões inteligentes, reduzindo-lhes o critério, ou abatendo-lhes o ânimo até essa apatia e indiferença aterradora, que é o desespero dos que, refractários ou de mais resistente espirito às influências mórbidas, gastam a sua energia e a sua vida a insuflá-las aos desalentados ou indiferentes!

A tentar destruir estas causas de inorganização, no intuito de consolidar a vida próspera do seu sindicato e o prestígio da classe, têm vindo, infelizmente, os tipógrafos que adentro dele trabalham, consumindo o melhor do seu tempo e o seu esforço em desproveito de uma sólida organização. Nestes sindicatos, que com tanto sacrificio se mantêm, nem sempre as lutas que neles se ferem, têm sido exclusivamente travadas contra o inimigo comum: o patronato. A necessidade e o dever dão-nos transes bem cruéis. Mas se somos, por vezes, distraídos, não cessamos de ter sempre os olhos fitos nesse adversário secular e único, fortificando-nos contra a sua impudente e lastimável inorganização, com a nossa ainda incipiente, mas já bem advertida organização. Por agora, o que urge é prepararmo-nos para futuras lutas ou surpresas, que hão-de dar-se e travar-se forçosamente; é mister haver o cuidado de firmar o que havemos conquistado e adquirido.

A celebração do II Congresso, onde foi votada a Federação Tipográfica Portuguesa, indica bem o propósito dos tipógrafos conscientes e activos: amplificar a sua acção, partindo do principio para o fim, em marcha progressiva para a conquista de direitos muito nossos.

E nenhum desses direitos, qualquer das nossas regalias que são posse exclusiva da classe privilegiada, nossa dominadora, se poderão obter, mesmo pelas reclamações insistentes, enquanto a força numérica dos tipógrafos estiver dispersa e, portanto, as suas energias desagregadas. Dispersão de pessoas, dispersão e multiplicidade de ideias e opiniões divergentes e estapafúrdias sobre o mesmo ponto, ou sobre o mesmo assunto. As ideias, as vontades,

as aptidões, as energias dos individuos entregues a si próprios, ao acaso de si mesmo, não se dirigem para um fim único, não têm aplicação para um resultado. Cada qual pensa a seu modo (os que pensam), segundo o seu temperamento ou a sua educação, ou os seus conhecimentos e quase sempre em opposição às decisões que os tipógrafos associados acataram no seu Sindicato, que perturbam, anulam, desobedecendo-lhes por sua conta e risco.

Ora sem unidade não há afinidade; sem orientação, sem disciplina, não há luta sem derrota, nem combatentes que triunfem. Está claro!

Não julgue, também (e há quem julgue!) o tipógrafo associado, que pelo facto da sua filiação e o pagamento regular ou não das suas quotas tem já garantido o direito de gozar da felicidade terrestre.

Não. A felicidade do operário, nesta terra, como em todas, não se compra por 40 réis cada semana. Custa mais alguma coisa. A Associação tem mais deveres a exigir-lhe, assim como ele tem o direito de esperar muito da sua Associação.

Deveres e direitos são recíprocos.

É o que vai ver-se e provar-se com a constituição da Federação Tipográfica, facto cuja grandeza ainda não foi totalmente compreendida.

A parte consciente da classe está já comprovando — pela cooperação inteligente nesta resolução do Congresso, acolhendo favoravelmente o aumento da quota sindical — a razão das nossas palavras.

Felizmente! Os factos, em breve as confirmarão, na sua lógica positiva.

E mercê disso, dentro em pouco, os Conselhos federais poderão entrar na fase mais activa e prática dos trabalhos preparatórios de organização tipográfica: isto é, operar a concentração de forças, que se obtém, não só federando-se os sindicatos tipográficos já constituídos, mas também, agremiando-se os tipógrafos dissociados, formando-se sindicatos, ou núcleos e grupos operários, nas zonas Norte e Sul do país.

Só por esta forma de acção se conseguirá que as energias individuais dispersas (tipógrafos sem associação), e as forças colectivas isoladas (associações, grupos e núcleos), se unam, se liguem

e se congreguem no mesmo pacto, na mesma aspiração e para o mesmo fim estreitamente vinculados, passando a constituir para a luta e ataque ao inimigo-comum, um corpo único, homogéneo, disciplinado e consciente.

Só assim os tipógrafos poderão impor os seus direitos e não implorá-los como se pedissem uma esmola.

Mas para se conseguir só a concentração dos tipógrafos, que de trabalho não está cometido aos conselhos federais! A mais enérgica e cerrada propaganda da ideia federativa, conjunta a acção prática nas localidades, onde não haja educação associativa e a ignorância seja mais intensa, e a situação mais lastimável.

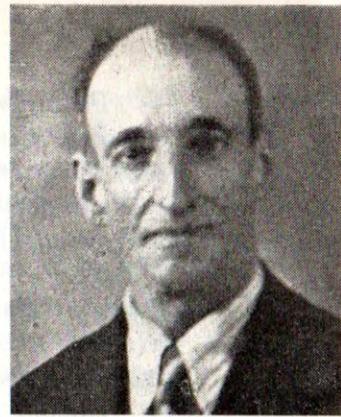
Mas que os tipógrafos nos compreendam e a nossa missão tornar-se-á fácil. A sua consciência, dedicação e confiança na obra daqueles que elegeram — não a confiança cega, origem de muitos desastres e quiçá de muitas delinquências, mas a confiança atenta, inteligente e zelosa, providente e providente, que tanto eleva, como protege e defende as colectividades e os homens de si próprios e dos outros — são os factores mais importantes a vencer quaisquer obstáculos ou entraves que nos possam opor e que nos não permitissem apresentar em 1910 ao III Congresso, uma organização já firmada, e as decisões do anterior inteiramente cumpridas.

(1909).

TEIXEIRA SEVERINO

JOSÉ RODRIGUES REBOREDO

OPERÁRIO CONFEITEIRO



NASCEU José Rodrigues Reboredo perto de Barcelos, em 1891, e faleceu no Porto em Junho de 1952.

Tendo frequentado os primeiros anos do Liceu, forçado foi a renunciar ao estudo regular, por virtude da morte de seu pai, e como já então tivesse algumas noções da profissão de confeitiro, ingressou numa casa da especialidade em Viana do Castelo, vindo a casar-se com a sobrinha dum dos patrões, com a qual seguiu para o Porto, volvidos alguns anos.

Muito estudioso e com vincado amor à profissão, em que veio a ser Mestre — e Mestre não só em Portugal, mas também nas terras estrangeiras que percorreu, pois que em todas elas trabalhou —, adquiriu amplos conhecimentos das línguas espanhola, francesa, inglesa, italiana e alemã, na ânsia de compulsar os livros que se ocupavam da arte de confeitaria.

Porém, não se interessou exclusivamente pelos problemas de ordem técnica, mas também pelos de carácter geral, especialmente os que diziam respeito à sociologia, vindo a tornar-se um dos mais firmes e esclarecidos prosélitos da doutrina anarquista, que propagou, com clareza e elevação, oralmente e por escrito, pois colaborou em diversos jornais e revistas portuguesas e espanholas, assim como exerceu o cargo de administrador do semanário *A Vanguarda Operária*, que se publicou no Porto, tendo sido ainda componente do grupo editor de *A Comuna* e de *A Aurora*, jornais a que prestou altos serviços.

Foi também militante sindicalista. E, nesta qualidade, sobressaiu como elemento activo da Associação dos Operários Confeiteiros, sindicato em que desempenhou, por vezes, as funções de secretário-geral, tendo sido igualmente membro da comissão administrativa da União dos Sindicatos Operários do Porto e da Câmara Sindical do Trabalho, que substituiu aquele organismo, e ainda ocupou o lugar de delegado da Confederação Geral do Trabalho na mesma cidade, além de haver tomado parte em conferências e congressos sindicalistas.

Dotado de grande força de vontade, apesar de nunca ter deixado de cumprir regularmente a sua função de hábil profissional de confeitaria, dava assídua actividade aos múltiplos trabalhos da organização sindical, por vezes com sacrifício da saúde e dos seus legítimos interesses.

Homem estruturalmente bom, pode afirmar-se que raros o terão igualado na prática dos mais belos exemplos de solidariedade humana, pois não só despendia boa parte do seu salário com companheiros que careciam de auxílio imediato, como igualmente chegou, por vezes, a ceder o seu leito a pessoas que necessitavam de agasalho e de repouso, privando-se ele e a família desse elementar conforto, o que aliás não fez apenas em Portugal, mas também lá fora, especialmente em Espanha, conforme mo afirmaram vários indivíduos.

*

Apesar, porém, de Reboredo ser o exemplo vivo da bondade, teve vida acidentadíssima, pelo que, além do mais, a sua saúde ficou arruinada prematuramente.

Assim, por lhe terem assacado responsabilidades que não lhe cabiam, forçado foi a exilar-se, em 1937, para a Galiza, onde, mercê do seu valor como técnico de confeitaria, se salientou rapidamente entre os profissionais mais distintos. Transferiu-se, mais tarde, para Madrid e, daqui, para Barcelona, cidade em que suportou os horrores da guerra civil.

Conseguiu, enfim, ganhar a França, para onde a família o acompanhou, numa peregrinação dolorosa, através dos Pirenéus. Nessa crucial viagem perderam os foragidos os poucos agasalhos

e roupas que levavam, e a breve trecho eram forçados a marchar separados, em consequência da desordem com que fora feita a deslocação, tendo-se visto sua esposa e a única filha — já então casada e mãe de uma menina — seriamente ameaçadas pela intempérie e também pela escassez de alimentos.

Uma vez em França, foram internados num campo de refugiados, conseguindo, após alguns meses, ser restituídos à liberdade, pelo que procuraram e obtiveram colocação.

Havendo a França, pouco depois, sido invadida pelas tropas alemãs, e como a situação se tornasse insustentável, Reboredo e a família, confiados na promessa de uma amnistia política, regressaram a Portugal, onde aquele tinha colocação assegurada. Sucedeu, todavia, que, ao reentrarem, não só Reboredo foi preso, mas também seu genro, e, dentro de pouco, eram, os dois, deportados para o Tarrafal.

Entretanto, a família, então acrescida de mais uma criança, lutava com sérias dificuldades, como se compreende, pelo que a filha do nosso camarada foi forçada a ganhar a jorna em vários trabalhos, inclusive os de confeitaria, de que o pai lhe havia dado algumas úteis noções. Mas, volvido algum tempo, em consequência do esforço feito e de uma deficiente alimentação, era vitimada pela tuberculose, o que representou um duro golpe para o coração afectivo dos pobres pais.

Finda a guerra mundial, como Reboredo fosse mandado regressar à metrópole, com outros companheiros de deportação, retomou, pouco depois, a sua actividade profissional, fixando-se no Porto, onde dirigiu, durante alguns anos, uma das mais importantes pastelarias daquela cidade (1).

As febres, que o haviam atacado em África, não o pouparam, pelo que sucumbia, aos 61 anos, um homem que se manteve sempre

(1) Sempre que eu passava pelo Porto, não deixava de ir ver Reboredo, por quem nutria a maior simpatia. Algumas vezes o visitei no estabelecimento em que dirigia a secção de pastelaria, a cabeça coberta com seu barrete branco e invariavelmente sorridente e acolhedor. Havendo levado uma vez minha mulher, depois de nos explicar, nas várias secções do estabelecimento, como funcionavam os numerosos

fiel aos princípios morais e filosóficos que o tinham norteado toda a vida, a despeito da adversidade cruel que o perseguira.

O seu funeral foi uma eloquente manifestação de respeito por quem tivera tanto de inteligência e probidade como de modesto.

NÓTULA ANTOLÓGICA

Não sofre a menor contestação que o Operariado representa hoje a maior e mais importante força social. Não só sob o ponto de vista económico — dada a sua posição de elemento produtor —, mas também sob o ponto de vista político — pelo seu número, sua organização e ideologia —, motivos estes que concorrem para que dia a dia se faça, cada vez mais, respeitar.

... ..

Como melhor afirmação do que acima dizemos, especialmente sob o segundo aspecto, está toda a obra realizada de há 50 anos a esta data, em quase todos os países, obra essa que poderemos verificar sob três importantes aspectos: acção, doutrina e organização.

Referindo-nos particularmente a Portugal, verificámos que o movimento operário começou verdadeiramente a ter uma directriz própria, e a tomar maior incremento quando, a partir de 1909, alguns camaradas de tendência libertária resolveram «emancipá-lo» da tutela socialista.

Este acontecimento foi caracterizado por várias fases, das quais as mais importantes são talvez as seguintes:

a) Congresso Operário, realizado no Porto e em Lisboa, em 1909, a convite da Federação Operária de Lisboa;

maquinismos para o descasque e trituração das frutas e bem assim para o fabrico de doces, e sem deixar de nos mostrar também os aparatosos bolos-de-noiva, que ele trabalhava e ornamentava artisticamente, convidava-nos a saborear requintadas guloseimas, acompanhadas de bebidas finas, que o próprio gerente — que tinha no maior apreço o chefe da pastelaria — mandava servir-nos gentilmente.

b) 1.º Congresso Sindical e Cooperativista, realizado no mesmo ano;

c) 2.º Congresso Sindicalista, realizado em 1911;

d) 1.º Congresso Operário Nacional, realizado em Tomar, no ano de 1914, e do qual saiu a União Operária Nacional,

E como fecho deste ciclo:

e) 2.º Congresso Operário Nacional, realizado em 1919, em Coimbra, no qual foi criada a Confederação Geral do Trabalho.

Parece-nos desnecessário, para justificar a doutrina deste pequeno artigo, enumerar os vários Congressos — quer corporativos, quer da organização geral — que depois se realizaram, bem como os valiosos trabalhos aprovados nos mesmos e o labor despendido pela C. G. T., Federações, Uniões e Sindicatos, por meio da imprensa, em jornais, folhetos e manifestos, e ainda pela palavra.

É vasta e profunda essa obra de propaganda e de acção, a qual, se tivesse sido devidamente assimilada pelas massas trabalhadoras, teria contribuído para que se constituísse uma poderosa organização, símbolo eloquente do trabalho realizado.

... ..

E se todo esse labor desenvolvido representa muita dedicação e sacrifício, muita abnegação e solidariedade, moral e material, é preciso todavia dizer-se que, muito e muito mais se tem ainda de trabalhar para que o operariado possa fazer-se respeitar e desempenhar cabalmente a alta missão que lhe cabe no presente e no futuro.

... ..

Atente-se bem, como nos queremos reportar, na forma como tem sido efectuada a propaganda sindical, fazendo salientar o valor do sindicato sem pôr bem em evidência o valor da ideologia, da moral e da educação social, de que deve estar revestido cada um dos seus componentes, como razão de ser da vitalidade de cada organismo e, portanto, da Organização. E, sobretudo, a falta de propaganda no sentido de convencer os trabalhadores de que são eles que directamente têm de actuar, não devendo, por conseguinte, esperar que os militantes façam aquilo que aos trabalhadores em geral compete fazer, mas vendo no sindicato, simplesmente, o organismo de coordenação de trabalhos a pôr em prática.

.....

Portanto, se desejamos libertar-nos da escravidão que nos oprime é preciso convencer-mo-nos de que só pelo nosso esforço directo, contínuo, persistente, é que poderemos conseguir o nosso «Bem-estar» e a satisfação de todas as nossas aspirações.

E esse trabalho reside não só no concurso efectivo prestado por todos os operários, de qualquer classe, ao respectivo sindicato e aos organismos centrais, como ainda pelo alargamento da organização até aos próprios lugares de trabalho, construindo, nos mesmos, células, secções, conselhos-de-fábrica e oficina, para que desta forma a organização possa corresponder inteiramente à sua missão.

Não devemos fiar-nos em quaisquer Messias, venham eles donde quer que seja, oferecendo todas as felicidades no Céu e na Terra, «bastando para isso que deleguemos em si».

Isso constitui uma burla, uma torpe mentira!

O nosso «Bem-estar» e a nossa emancipação dependem de nós próprios.

Para a sua conquista, devemos instruir-nos e educar-nos, libertando-nos desse modo de todos os preconceitos, abandonando a taberna e demais meios corruptos desta sociedade, impondo-nos, assim, por uma moral a mais pura e elevada possível, perante o Patronato, os nossos companheiros e a nossa família.

E, a par desta atitude, dedicar toda a nossa atenção aos múltiplos problemas sociais, especialmente no sentido de dignificar e aperfeiçoar a nossa individualidade como base da dignificação, vitalidade e robustecimento da Organização Sindical.

Procedendo assim, trabalharemos não só pelo nosso futuro e o dos nossos, mas também pela Humanidade, e prestaremos assim a nossa mais sincera e respeitosa homenagem à memória daqueles que, há 42 anos, sacrificaram a sua vida em holocausto, às reivindicações da classe operária, motivo por que ela hoje comemora a data do 1.º de Maio de 1886, dia de luto e de protesto, mas também dia anunciador da Nova Aurora Social.

(1929).

J. R. REBOREDO

LIBÂNIO DA SILVA

MESTRE DE TIPÓGRAFOS



É verosímil que alguns camaradas meus estranhem que neste livro, que é constituído por biografias de elementos que deram a sua actividade à organização sindicalista — pelo que lhe pus o título *Figuras Gradadas do Movimento Social Português* — apareça o nome de um industrial.

Será legítima tal estranheza por parte de leitores alheios à corporação gráfica, mas já o mesmo não sucede pelo que concerne a alguns profissionais da tipografia, sobretudo aos da «velha-guarda», que sabem tão bem como eu que Mestre Libânio da Silva foi não só um artista de escol — e a atestá-lo está o seu *Manual do Tipógrafo* —, mas também um homem digno, de ideias desempoeiradas, um publicista de estilo escorreito e um industrial que, ao mudar de posição social, não anulou o seu passado de operário consciente, pois jamais ocultou a sua origem proletária, nem obliterou os sentimentos de solidariedade humana que, quando assalariado, perfilhou.

Quanto a esta nossa última afirmação, é ela assaz documentada pelo facto de haver sido o animador da publicação, em 1899, dum belo número-único do jornal *Pró-Justiça*, em honra de Emilio Zola, no qual era enaltecida a corajosa e dignificante atitude que o grande romancista francês assumiu em plena «Questão Dreyfus», número em que, além dos primeiros escritores portugueses de então (entre eles João Chagas, Gomes Leal, Magalhães

Lima, Heliodoro Salgado, Mayer Garção, Xavier de Carvalho, Afonso Gaio e Angelina Vidal), colaboraram 16 publicistas tipógrafos, no número dos quais figurava Libânio da Silva, com uma vibrante poesia, sendo o seu nome e os dos restantes tipógrafos seguidos da rubrica: «gráfico». Foi a paternidade de tal homenagem atribuída, por Libânio, aos operários do Livro, isto é, às Ligas das Artes Gráficas que então existiam em Portugal (de Lisboa, Porto e Braga), mas a iniciativa e a sua realização partiram do industrial Libânio da Silva, em cujas oficinas foi composto e impresso o belo número-único.

Acrescentaremos — e estou apto a fazê-lo por ser do tempo em que os organismos sindicais dos tipógrafos não hesitavam em defender vivamente os direitos dos seus filiados — que jamais os operários tiveram motivo para se defrontar acrimoniosamente com o industrial Libânio da Silva, antes, por vezes, cooperaram com ele, no propósito de serem acautelados interesses concernentes à indústria.

Ora esta particularidade, se é de apreciar sempre, muitíssimo mais o é na época que decorre, em que, com frequência, presenciamos da parte de indivíduos que se afirmavam partidários de credos que públicamente enalteciam, a solerte passagem a sectores opostos, achando agora magnífico o que ontem reputavam detestável, nuns casos movidos por interesses de ordem material, noutros por comodidade e ainda noutros por medo, mas de qualquer dos modos insinceramente, o que revela falta de carácter, que é das coisas mais abjectas que emporcalham a espécie humana.

*

Tendo passado, no dia 29 do mês de Outubro de 1954, o 1.º centenário do nascimento de Libânio da Silva, depois de haver publicado, a propósito, um artigo na *Grande Enciclopédia Portuguesa - Brasileira*, lancei em *O Gráfico*, órgão da Federação Nacional dos Sindicatos dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos, o alvitre de que fosse prestada à memória do egrégio tipógrafo uma homenagem nacional, em que, além de outras manifestações, se promovessem, nas sedes dos Sindicatos gráficos de

Lisboa, Porto e Coimbra, conferências sobre a acção desenvolvida pelo autor do *Manual do Tipógrafo*; se publicasse um número especial d'*O Gráfico* e se levasse ainda a efeito uma exposição de trabalhos que houvessem sido executados sob a direcção do Mestre.

Foi esse alvitre aprovado pela supramencionada Federação, que o ampliou com uma Exposição de trabalhos gráficos executados expressamente (os quais estiveram patentes na sede do Sindicato de Lisboa) e ainda com a distribuição de três prémios aos autores dos modelos melhor classificados.

Não me acho arrependido de haver lançado o alvitre, assim como não estou repeso de incluir o nome de Libânio da Silva neste volume, visto entender que um homem que se fez à custa do próprio esforço ⁽¹⁾ e que nos seus tempos de operário forcejou por que os tipógrafos fossem considerados gente, merece ser apresentado como exemplo, tanto mais que, depois de haver ascendido à categoria de industrial, actuou de modo a não negar o seu passado ⁽²⁾.

(1) Embora autodidacta, dominava perfeitamente as línguas francesa, espanhola e italiana, tendo colaborado assiduamente no *Bulletin Officiel de l'Union Syndicale des Maîtres Imprimeurs de France* e traduziu várias obras em prosa e em verso, entre elas a peça *Le Passant*, os poemetos de François Coppe *Le coup de tampon*, *La veillée* e *Le Trésor*, a ele se devendo também algumas excelentes poesias, pois trabalhava tão bem o verso como a prosa.

(2) Em Maio de 1905, numa festa que a Associação dos Impresores Tipográficos realizou em favor do seu cofre de inabilidade foram lidos, por Pedro Muralha, ao tempo impressor, uns belos versos em que o industrial Libânio da Silva fazia a apologia da Solidariedade e da Associação.

A EMÍLIO ZOLA

*Herói entre os heróis, em luta peito a peito
A calúnia arrostaste, abrindo a ardente liça
Que os humanos unia num brado de justiça
Para calcar a força aos golpes do direito!*

*Inda que bem humilde, acolhe este meu peito.
— Para te aureolar, é fraca luz mortiça
A chama da minha alma, onde a gratidão viça
E que a teus pés se curva humilde, com respeito.*

*Por ti e p'lo dever que te impuseste ousado;
— Se o mundo fez justiça ao justo condenado,
Já d'um mais são porvir se avistam arrebóis...*

*Se o erro te apupou, ou a turba ignorante,
Vês agora aplaudir-te a humanidade ovante,
Que em grito te abençoa — Herói entre os heróis.*

(1899).

LIBÂNIO DA SILVA
GRÁFICO

AUGUSTO CÉSAR DE SOUSA

OPERÁRIO TIPÓGRAFO



TENHO conhecido, na minha profissão-madre: a de tipógrafo — pois a que ao presente exerço: a de revisor-tipográfico, é acessória —, artistas de garra, como Joaquim Marques, que foi meu Mestre nas oficinas do Anuário Comercial, com o qual aprendi sobretudo a observar a facilidade com que dominava todas e quaisquer dificuldades na esquivia Arte tipográfica, assim como contactei com o grande Manuel Roque da Silva e outros Mestres.

Porém, Augusto César de Sousa (correntiamente conhecido por «Augusto de Sousa»), foi, por sua vez, um artista com A maiúsculo, havendo desaparecido com ele um operário de *élite*, um esteta, na precisa acepção do termo, pois foi dos tipógrafos que mais alto elevaram a profissão, não só mercê da execução perfeitíssima que imprimia aos trabalhos que saíam das suas mãos de eleito, mas também porque possuía uma outra faculdade que torna inconfundíveis os autênticos artistas: a de conceber, a de criar.

Assim, até nos trabalhos mais simples punha, invariavelmente, uma nota de bom gosto, de finura, e a afirmá-lo estavam os próprios cartões-de-visita que usava e os que oferecia aos amigos mais íntimos, os programas das festas da Sociedade A Voz do Operário — cuja tipografia dirigiu durante 13 anos, com comprovada competência — e a própria colecção do jornal da mesma Sociedade, para não falar de obras de maior vulto, que por aí

correm, onde, na harmoniosa combinação de filetes, vinhetas, tipos e gravuras, na requintada disposição dos títulos e na elegância da paginação se notava sempre a expressão de um alto sentido de beleza.

O pior é que uma enfermidade muito atreita à profissão — o saturnismo, a doença dos tipógrafos — contribuiu para eliminar do número dos vivos, em Abril de 1944, um homem que, se bem que sofresse, havia tempo, de mais duas enfermidades, se esperava fosse além dos 62 anos, que era os que contava.

*

Com a morte de Augusto de Sousa desapareceu não só um profissional de escol, mas também um dos poetas mais populares, de tendência socialista, que deixou versos que o povo entende e assimila sem esforço, pois eram correntios, sem arrebiques, a maior parte deles cantados pelo também já falecido João Maria dos Anjos (a quem Sousa os cedia de preferência), alguns dos quais, com várias outras produções da sua lavra, constituem o interessante volume que em 1924 um grupo de amigos do autor publicou, sob o título *Folhas Perdidas*. Também colaborou nalguns jornais, especialmente na «Carteira da Voz do Operário».

Foi aquele volume prefaciado pelo escritor Matos Sequeira, que explica que tendo ouvido, um dia, numa das hortas dos arredores de Lisboa, cantados por João Maria dos Anjos, os versos de Augusto de Sousa, conservou de memória, com a toada do fado, alguns desses versos, que recordou ao escrever o prefácio, considerando-os espontâneos e com um colorido especial, que só o saberão ver e sentir os que aprenderam a amar, estando o prefaciador crente de que o próprio autor seria um óptimo advogado do seu livro, pela soma de sinceridade, de despreensão e de carácter que lhe soube imprimir.

AOS TRABALHADORES

Uni-vos, trabalhadores,
contra os falsos preconceitos,
não mais servos nem senhores!
não mais dever's sem direitos!

*O vosso labor fecundo
dá-nos pão, galalho e luz,
e não tendes mais que a cruz
dum mal-estar bem profundo.
Ao contrário, pelo mundo
há milhões de exploradores,
parasitas, detentores
de todas as regalias;
contra tais anomalias
Uni-vos, trabalhadores!*

*Despedaçai as algemas
que vos tolhem, que vos prendem,
do vosso esforço dependem
as regalias supremas.
Dos torturantes problemas
de fomes, misérias, dores,
heis-de ver brotar as flores
da concordância precisa,
quando alçardes a divisa:
não mais servos nem senhores!*

*Ditai vós a vossa lei
contra tais prerrogativas,
não mais classes inactivas
em prejuízo da grei.
Das ferramentas fazei
os braços dos vossos feitos;
proclamai os são preceitos
da razão e da ciência;
educai a consciência
contra os falsos preconceitos.*

*Não vos deixeis enganar
por tendências de ocasião,
porque da vossa união
depende o vosso bem 'star.
Então podeis desfrutar
dos produtos mais perfeitos;
e não mais sereis sujeitos
a fazer guerra na guerra,
porque é lei de toda a terra:
Não mais dever's sem direitos!*

(1930).

AUGUSTO DE SOUSA

AVELINO DE SOUSA

TIPÓGRAFO E BIBLIOTECÁRIO



SE Avelino de Sousa não se tornou pròpriamente notado como tipógrafo ⁽¹⁾ — profissão em que entrou já adolescente —, a verdade é que o facto de ter convivido, numa livraria de S. Roque, com escritores como D. João da Câmara, Marcelino Mesquita, Silva Pinto, etc., aliado à circunstância de haver ingressado num ofício que, em muitos casos, contribui para ginasticar o cérebro, foram factores que tornaram possível que um rapaz desprotegido da sorte, como ele o foi no início da sua vida, viesse a tornar-se um dos mais conhecidos poetas e publicistas saídos da classe operária.

E havendo-se dado a coincidência de, na nova profissão, ter contactado com colegas em que predominava um grupo muito devotado à sua Associação de Classe, o convívio com esses homens, por um lado, e, por outro, a ânsia de defender as aspirações que animavam os propagandistas das ideias avançadas, a que aderira, levaram-no, em 1911, à Direcção da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa, em nome da qual então redigiu um subversivo manifesto a propósito das comemorações a Luís de

⁽¹⁾ Numa nota constante do seu livro *Bairro Alto*, é o próprio Avelino que informa ter sido aprendiz de estofador e de impressor, marçano de loja de móveis e caixeiro numa livraria de S. Roque.

Camões, no qual o Sindicato recusava a cooperação que lhe era solicitada, «porque os Tipógrafos, tendo um grande, um incomensurável respeito pelo nome do épico, imortal cantor das pretéritas glórias portuguesas, não podiam associar a ideia de tal consagração à venda de manjericos na Praça da Figueira, a cortejos cívicos com senhores de casaca e ainda a bailaricos, que constituíam o programa das Festas da Cidade...».

Compreendendo também que um dos melhores veículos de propaganda das ideias de renovação social consistia em propagá-las por meio da canção, e como tivesse voz agradável, começou a escrever e a cantar versos com aquele carácter, acompanhado à viola e à guitarra por dois colegas. Não cantava, porém, apenas produção sua, mas também a de outros poetas, sobretudo de Joaquim dos Anjos.

Passou, simultaneamente, a escrever verso e prosa para vários jornais e revistas, especialmente para a *Voz do Operário*, *O Gráfico* (1.ª série), *Revista das Artes Gráficas* (em que desempenhou o lugar de redactor-principal) e *Ferros Curtos* (de que foi igualmente tipógrafo). Nesta última publicação, consagrada a coisas de teatro e também a assuntos tauromáquicos, inseriu uma série de sonetos jocosos, que retratavam figuras salientes das Artes e das Letras, mas sobretudo do Palco.

Como polemista também Avelino de Sousa escrevia com vigor, sem cair no reles. Assim, sustentou rija polémica com o distinto médico e categorizado publicista Dr. Samuel Maia, autor do livro *Higiene Prática*, a propósito do Fado, de que era apaixonado cultor, ao contrário do que sucedia com o aludido médico, polémica que deu origem à brochura *O Fado e os seus censores*, com uma carta-prefácio de Júlio Dantas, onde havia este conceito: «Uma canção não faz degenerados; os degenerados é que podem ter predilecção por determinada forma de Arte. É a velha história da dipsomania: não se é degenerado porque se bebe; bebe-se porque se é degenerado».

*

Avelino de Sousa, que foi um boémio, deixou de o ser em 1908, como se vê pelo programa duma homenagem que lhe foi prestada nesse ano, o que o não impediu de continuar tomando

parte em festas associativas, sobretudo nas promovidas pela Associação dos Compositores, se bem que a partir de então se dedicasse em especial a escrever versos, que eram cantados por outros. Uma segunda homenagem lhe foi prestada em 1912, esta na Associação dos Impressores Tipográficos de Lisboa, para a qual escreveram poesias: D. Angelina Vidal, Alfredo Neves Dias, Ricardo de Sousa e outros.

Como Júlio Dantas tivesse grande estima por Avelino de Sousa, proporcionou-lhe ensejo de ingressar, em 1915, na Torre do Tombo, como bibliotecário, cargo em que o antigo operário tipógrafo fez tão boa figura como nos lugares que ocupara anteriormente.

Data sobretudo dessa época a sua actuação como autor dramático, iniciada com várias peças num acto, após o que apresentou ao público o seu primeiro trabalho já de mais fôlego: a revista, em 2 actos e 6 quadros, com o título *Perdeu a Fala*, representada no Teatro Moderno. A esta seguiram-se mais duas: *Braga por um canudo*, (de colaboração com o actor Carlos Leal), e *Guerra aos Homens*, musicada por Hugo Vidal. Veio depois a opereta *Bairro Alto*, representada no Teatro S. Luís pela Companhia de Armando de Vasconcelos e musicada pelos maestros Venceslau Pinto, Alves Coelho e Raul Portela, peça de que publicou, em 1944, uma adaptação romanceada. Escreveu ainda as operetas: *História do Fado* (de colaboração com Álvaro Santos), *Gomes Freire-Avenida*, *Cacho Doirado* (de colaboração com Venceslau de Oliveira) e a fantasia *País do Sol* (de colaboração com Carlos Leal).

Muito apaixonado pelo estudo, além da obra teatral e das suas produções poéticas, escreveu e publicou vários volumes, entre eles: *A Guerra e a Paz*, *Canções do Fado*, *O Fado das Mulheres*, *A Canção Nacional* (com prefácio de D. Angelina Vidal), *A Minha Guitarra*, *Cinquenta Sonetos*, *Cantem todos*, *Album Teatral*, *Máscaras de Teatro*, etc.

Avelino de Sousa, que faleceu em Junho de 1946, com 66 anos de idade, foi dos poetas que saíram dentre os tipógrafos (que é dos agrupamentos operários que maior número deles tem dado) que mais e melhor cultivou as Musas. Acrescentarei que só com as poesias que dele possui o colega e amigo que me ajudou

na revisão das provas do presente livro se constituiria amplo e excelente volume.

Mas não só como poeta foi operoso, porquanto o foi também como autor dramático, formando com Ernesto da Silva — outro tipógrafo que sobressaiu, por sua vez, como forte dramaturgo — um par de autodidactas que não só dignificaram a profissão de que saíram, mas que por igual elevaram toda a classe operária portuguesa, ao serviço da qual puseram, além do mais, a sua actividade intelectual.

NÓTULA ANTOLÓGICA

GUTENBERG

À ASSOCIAÇÃO DOS IMPRESSORES TIPOGRAFICOS

*Paladinos da Arte — Eu venho, reverente,
Saudar vosso grémio, a vossa Associação
Que, em cada um de vós, possui um combatente
Audaz e destemido, enérgico e prudente,
Empunhando o estandarte da Emancipação!*

*Peregrinos do Bem; das convulsões da Vida,
No aceso fragor das lutas que consomem,
Há séculos brotou a Ciência enobrecida
Da Arte mais sublime! Aura liberticida,
Que teve por autor, Gutenberg — o deus-homem!*

*Sem ele, a Humanidade, imersa em funda treva
Jamais podia ter a Instrução por normal!
P'ra ele, amigos meus, a minh'alma se eleva...
— Pai espiritual que a todos sobreleva
Porque inventou a Imprensa e deu ao Livro, forma!*

*Da Treva para a Luz! Soberba trajectória,
Que ao nobre caminheiro o nome altivo ergue
Num voo d'água enorme, a irradiar Vitória,
De par em par abrindo as portas da História,
Aonde lemos hoje: — «Glória a Gutenberg!»*

*Foi ele o nosso Pai! E nós, os seus herdeiros,
Devemos continuar-lhe a Obra que merece
Todo o nosso carinho e amor de bons obreiros!...
Eis por que a vossa Festa, ó nobres companheiros,
É Festa triunfal que educa e que enobrece!*

.....

*Paladinos da Arte — Eu venho, reverente,
Saudar vosso grémio, a vossa Associação
Que, em cada um de vós, possui um combatente
Audaz e destemido, enérgico e prudente,
Empunhando o estandarte da Emancipação!*

(1910).

AVELINO DE SOUSA



JOSÉ RICARDO DE SOUSA

TIPOGRAFO E REVISOR-TIPOGRÁFICO

CONHECIA José Ricardo de Sousa de o ter visto na sede da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa, quando esta esteve instalada na Rua de S. Bento, a pintar o pano-de-boca para o teatrinho que a mesma Associação levantara ao fundo da sala de sessões e onde, nas noites de festa, quando se não representava qualquer peçazinha de tendência socialista, usavam da palavra os oradores.

Com vincada propensão para a pintura, não se limitara a decorar o pano-de-boca, porquanto mostrara o seu gosto artístico em vários cenários, e inclusive nalguns retratos a óleo, pois a Arte, em todas as suas modalidades, tinha nele um sequaz atento.

Posteriormente conhecemo-nos mais de perto nas grandes oficinas do Anuário Comercial, primeiro na secção dirigida por Mestre Joaquim Marques, onde Ricardo de Sousa era um dos fantasistas de melhor têmpera, depois na secção de revisão da mesma empresa, onde ambos trabalhámos, durante alguns anos, como mata-gralhas duma Enciclopédia que ali se fez para o Brasil, obra que foi dirigida pelo escritor António Sérgio.

Graças a tal convívio, se já sabia o que Ricardo de Sousa valia como tipógrafo e pintor, fiquei inteirado do seu merecimento como poeta e contista e ainda como cavaqueador, que o era simplesmente admirável.

*

Tendo ele ido, com alguns amigos, à Exposição Universal de 1899 — de que me fez descrição entusiástica —, trouxe de Paris uma bagagem de anedotas que, com a sua cara glabra,

cabeleira negra, gravata branca e mordiscando a boquilha do cigarro, contava com graça inexcedível, dispondo agradavelmente os ouvintes.

Mas não era apenas como cavaqueador que tinha chiste, porquanto também nos seus contos — a maioria deles publicados na *Voz do Operário*, de que foi colaborador assíduo, em *O Gráfico* (1.^a edição) e em vários jornais humorísticos —, mostrou os seus dotes de publicista espirituoso, não raro usando, nesses escritos, do pseudónimo *Ariel*.

Como poeta também fez boa figura numa época em que na classe tipográfica havia autênticos valores no domínio das Musas, correndo impressas numerosas poesias suas, a maior parte delas recitadas nas festas da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa e noutras colectividades operárias, e o mesmo se pode dizer em relação à sua qualidade de tradutor, em que tinha a vantagem de conhecer a língua francesa, de que gostava deveras.

José Ricardo de Sousa — que durante uns anos foi industrial de tipografia, grémio em que não triunfou, certamente por não se integrar nos cânones patronais, pelo que voltou ao regime do salariato — faleceu em 1930, com 73 anos de idade.

NÓTULA ANTOLOGICA

O «Estruca». — Era este o nome dum rapaz aprendiz de tipógrafo, que trabalhou comigo, até que a morte o roubou ao carinho de todos que conviveram com ele.

Veio-lhe a alcunha da adulteração do nome de um freguês, nome estrangeiro, que nem pelo diabo fomos capazes de lhe fazer pronunciar correctamente.

O «Estruca» era um rapaz franzino, cara de arcanjo, simples e muito submisso.

E era por tudo isto, pela sua ingenuidade e pela sua submissão com todos nós, que lhe perdoávamos algumas partidas que nos fazia lá de tempos a tempos.

Uma ocasião mandei-o levar provas à Rua do Ouro, com a recomendação de esperar por elas, pois tinha de meter a folha na máquina naquele dia.

Eram talvez onze horas.

O «Estruca» foi.

Deu meio-dia, uma hora, duas, três, quatro e cinco, e o «Estruca» não aparecia!

— Teria acontecido alguma coisa ao rapaz?! — perguntávamos uns aos outros.

E dispunha-me a mandar outro aprendiz à cata dele, quando, finalmente, aparece o meu amigo, entre portas da oficina, trazendo duas enguias penduradas na mão.

— Então, por que foi esta demora? — interroguei eu, encolerizado.

— Mandaram-me esperar; mas depois aquele senhor disse-me que o melhor era vir para a oficina, porque tinha lá visitas e demorava muito.

— Olha lá!... E foi em casa desse senhor que pescaste as enguias?

O «Estruca» embatucou, pois não se lembrava que as trazia penduradas na mão, e começou a enrolá-las para as meter na algibeira...

— Isto?!... isto?! comprei a um rapaz meu conhecido.

— Bom, bom! Vai lá fazer o que estavas fazendo, antes que apanhes o teu sopapo!...

Mais tarde soube então, pelos outros rapazes, que ele, como as provas demoravam, fora para o Terreiro do Paço à pesca das enguias, e não se lembrara mais da oficina.

Apesar, porém, destas garotices, o «Estruca» era, como já disse, um bom coração, e tive a prova disso numa vez em que também o mandei, com umas provas, a um outro individuo.

Quando voltou, o «Estruca» deu-me a notícia de que tinha morrido a mãe do dito freguês, que era o Dr. F. T., muito nosso amigo e que nos tratava a todos com uma afabilidade extraordinária. A notícia que o «Estruca» nos deu, surpreendeu-nos bastante.

— E tu, deste-lhe os sentimentos? — perguntei eu ao rapaz.

— Não, senhor; fiz mais do que isso — voltou-me ele, de olhos marejados e um tanto comovido.

— Então, que foi?

— Enquanto o senhor doutor foi ler as provas para o gabinete, fiquei na sala sozinho. Então, ajoelhei em cima do tapete, e rezei um Padre-Nosso por alma da mãe do senhor doutor.

Olhei o rapaz e pareceu-me ver ante mim uma daquelas pinturas de Rafael, em que um rapazito cheio de unção e fé, olhar levantado e de mãos postas, pede a Deus pela mãe que o mesmo Deus lhe roubou...

— Fizeste bem, rapaz. Isso decerto não lhe serviu de nada a ela, mas serviu para ti... Tens um excelente coração!

— Então o que havia eu de fazer?... O senhor doutor no outro dia deu-me um copo de vinho do Porto... e vai eu quis-lhe pagar assim; sem ele saber...

Deu-me vontade de rir este pagamento de gratidão, e não pude deixar de lhe dizer:

— Pois olha: se o vinho do Porto se pagasse com Padre-Nossos, podes ter a certeza de que se bebia muito mais do que se bebel...

(1907).

RICARDO DE SOUSA

DR. NAZIANZENO DE VASCONCELOS

CORRESPONDENTE DE LÍNGUAS
ESTRANGEIRAS E ESCRITOR



GREGÓRIO Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos — quase exclusivamente conhecido pelo pseudónimo de *Neno Vasco* —, nasceu em 1878, na cidade de Penafiel.

Foi Neno Vasco uma das figuras mais talentosas e também das mais despretensiosas que têm difundido as ideias libertárias em Portugal e no Brasil, país onde permaneceu quando criança, pois fora levado por seu pai para S. Paulo, havendo regressado alguns anos depois a Portugal e fixando-se em Amarante, terra de seus avós, donde seguiu para a Universidade de Coimbra, na qual tirou o curso de bacharel em Direito.

Pensara primeiro matricular-se em Medicina, mas, apaixonado pela literatura, resolveu, quando no Liceu, por incitamento do seu colega e amigo Teixeira de Pascoais — que viria a ser poeta de renome —, cursar Direito, cujo estudo (achavam eles) se tornaria mais adequado às aspirações que ambos tinham: serem escritores.

Em Coimbra teve também Neno Vasco por colegas e amigos: Faria de Vasconcelos, que mais tarde foi um grande pedagogo, e o conhecido democrata António Resende, do Porto, terra onde, nas férias, viria a contactar com um grupo de elementos avançados,

em que pontificava o distinto caricaturista Cristiano de Carvalho, orador fluente, óptimo conversador e espírito irreverente.

Terminada a sua licenciatura, em 1901, foi Neno Vasco quem escreveu a letra da balada de despedida do curso, e ainda chegou a começar um romance, mas renunciou para sempre à literatura, porque nova e definitiva paixão surgira no seu espírito: a da propaganda do ideal anarquista, que, na sua opinião, a primeira teria de prejudicar.

*

Passados alguns anos, Teixeira de Pascoais, referindo-se a essa camaradagem do tempo de estudantes, escreveria:

«Frequentava eu o Liceu amarantino, quando me apaixonei pela poesia... Era meu condiscípulo um rapaz da minha idade, uns 15 ou 16 anos, vítima da mesma doença transcendente. Eu rabiscava os meus primeiros versos em papel vermelho; e ele em papel de carta de namoro. O meu ídolo era Guerra Junqueiro, e o ídolo do meu condiscípulo era o João de Deus. Nas nossas íntimas palestras, em que a vaidade das crianças e dos tolos, a si mesma se exalta e lisonjeia, eu afirmava, encantado: «Serei um outro Guerra Junqueiro!» E o meu confrade respondia-me: «E eu serei um João de Deus!» Eu concordava, é claro, para ele concordar comigo. Concordávamos um com o outro muito sinceramente. Alimentávamos, mutuamente, o nosso amor próprio. Eu, sem ele, não era Guerra Junqueiro; e ele, sem mim, não era um João de Deus. Chamava-se Nazianzeno, e tinha um olho castanho e outro azul».

A Gregório Nazianzeno de Vasconcelos e a seu tio Jacinto P. Teixeira de Vasconcelos e ainda a José Pereira da Silva dedicou o poeta a segunda parte de *Embriões*, a primeira obra que escrevera e que foi editada no Porto, em 1895.

*

Com o diploma de bacharel, voltou Neno Vasco para S. Paulo, onde seu pai, já senhor de boa fortuna, lhe preparava brilhante futuro. Tudo, porém, recusou, havendo tomado a deci-

são de passar a trabalhar na qualidade de assalariado, pelo que se empregou num escritório comercial, como correspondente de línguas estrangeiras. Relacionou-se ali com vários elementos anarquistas, entre eles Manuel Moscoso, espanhol, com cuja irmã (Mercedes) casou em 1905, senhora que foi uma companheira compreensiva e dedicadíssima.

De colaboração com aqueles confrades, publicou os jornais *Amigo do Povo*, *Terra Livre* e a revista de crítica social *Aurora*, tendo a editorial desta revista lançado obras de Reclus, Merlino, etc., ao passo que Neno Vasco escrevia, por sua vez, para serem representados por grupos dramáticos da organização operária, os dramas *Greve de Inquilinos* e o *Pecado de Simonia*, que mais tarde foram publicados, em Lisboa, pela Editorial do diário *A Batalha*.

*

Depois da implantação da República em Portugal, como a organização operária houvesse tomado grande incremento, veio Neno Vasco fixar-se, com a família, em Lisboa, assumindo o cargo de correspondente dum jornal anticlerical de S. Paulo, ao mesmo tempo que colaborava activamente em *A Aurora*, do Porto, e na *Sementeira*, de Lisboa, sem deixar de escrever também em jornais brasileiros, com cujas crónicas lançou, em 1913, o livro *Da Porta da Europa*. Pouco depois empregava-se num escritório do Poço do Bispo, onde desempenhou funções idênticas às que preencheria no estabelecimento comercial de S. Paulo.

Como em 1919 começasse a publicação, em Lisboa, do diário sindicalista *A Batalha*, foi Neno Vasco um dos seus mais ilustres colaboradores, tendo então escrito o seu livro *A Concepção Anarquista do Sindicalismo*, que não pôde concluir por motivo do falecimento da extremosa companheira, que a tuberculose dizimou ao cabo de três anos de doloroso sofrimento. O golpe feriu-o tão profundamente que quase ia enlouquecendo, e tendo sido auscultado pelo médico que tratara aquela senhora, foi com surpresa que o facultativo verificou que não só estava contagiado, mas irremediavelmente perdido. Contudo, animou-o; e ele, com os filhos por educar, procurou reagir, tendo partido, na Primavera seguinte, a instâncias dos confrades mais íntimos e subsidiado pelo

operariado organizado, para S. Romão do Coronado, perto do Porto, onde, porém, sucumbia em Setembro de 1920.

A perda de Neno Vasco — doutrinário que não chegou a tentar ser o lírico a que aspirava na adolescência, mas que, do ponto de vista educativo, lançou jorros de luz em muitos cérebros — foi não só irreparável para a família, mas também para o movimento socialista. Esse homem, que, além de escritor primoroso, era um filólogo distinto, nunca se apresentou como conferencista, nem tomou parte em qualquer congresso, comício ou sessão, porque não tinha temperamento para defrontar o público, não obstante haver defendido com veemência a organização sindicalista e de ter mostrado que possuía vontade forte, como acima exemplificámos.

Segundo a expressão de Perfeito de Carvalho, parecia uma pessoa que andava como que envergonhada do seu valor. Era tão simples na apresentação e no trato que só por ocasião da sua morte os patrões e o pessoal do estabelecimento do Poço do Bispo, onde trabalhara durante anos, vieram a saber que haviam contactado com um universitário e escritor de mérito!

NÓTULA ANTOLÓGICA

O Proprietário e os Camponeses — *Numa ilha fértil, solitária, no meio dum grande mar, vivia uma família ociosa, bem nutrida e agasalhada, que se dizia dona e senhora de toda a ilha, proprietária das terras, casas, choupanas, arados, gados, tudo.*

Para manter esta família na mandrúce e na fartura, esfalçavam-se, desde manhã até à noite, meia dúzia de trabalhadores ossudos, sujos, tostados do sol, mal alimentados e mal abrigados, eles, suas mulheres e seus filhos. Só eles conheciam o seu trabalho, sabiam as épocas das sementeiras, os modos de cultivar as terras, o manejo do arado e de todos os instrumentos de trabalho, e eram eles que entre si combinavam e distribuíam as tarefas, ajuntando-se nas mais rudes, dividindo-se nas mais leves.

Quanto aos filhos do patrão, em vez de ajudar, como faziam os filhos e mulheres dos trabalhadores, vinham estorvar e inquietar as pessoas e estragar as sementeiras. E o proprietário então? Esse

não fazia mais do que vigiar os serviços, de mãos atrás das costas, dizendo, de vez em quando, todo ancho e satisfeito:

— Ah! Se não fosse eu, como haviam vocês de viver?

E os pobres homens, muito humildes, respondiam, descobrindo-se:

— É verdade, é verdade: se não fosse o patrão, que nos dá trabalho e nos sustenta, que havia ser de nós?

Ora um belo dia — belo no começo, feio depois —, o proprietário foi com a família toda dar um grande passeio pelo mar, na sua linda e veloz chalupa. E tendo-se afastado muito da costa, sobreveio um grande temporal, que afundou a embarcação e afogou todos os que nela iam.

Dias depois, os trabalhadores, horrorizados, encontraram na praia os cadáveres dos patrões, vomitados pelos vagalhões furiosos.

A princípio, ficaram cheios de aflição e parecia-lhes que estavam ao desamparo. Mas os trabalhos não pararam. Acostumados a combinar e a distribuir entre si as tarefas, ajuntando-se nas mais rudes e dividindo-se nas mais breves e fáceis, os trabalhadores da ilha continuaram a lavourar, a semear e a colher, a fiar e a tecer o linho e a lã, a criar o gado, a manejar o arado, a foice e o tear — e a terra continuou a produzir, os rebanhos a crescer e a multiplicar-se, o Sol a brilhar sobre as searas...

Os trabalhadores não tardaram a reparar que tudo se fazia melhor do que antes, que já não tinham quem os estorvasse e vigiasse, que comiam melhor, andavam mais agasalhados e tinham melhor habitação, e que podiam produzir mais e melhor. E por isso, no dia em que fez um ano que a tempestade os livrara dos patrões, quando palestravam sobre o caso e suas consequências, o mais velho disse tudo em poucas palavras:

— Que grandes cavalgadas que nós éramos!...

*

Bruxaria. — *Naquela pequena aldeia remota, despenhada no cavado de um vale, apertada entre serranias altas, onde todos pacificamente nasciam, viviam pacificamente — trabalhavam, casavam, procriavam —, e pacificamente morriam, na tranquilidade*

profunda e sugestiva dos campos, manchados pelas nódoas fulvas de grandes bois mansos, ninguém vira jamais um «pássaro» assim, de bico recurvado, olhinho redondo, penas berrantes e multicores. Por isso, o assunto das palestras, ao serão, era ainda o papagaio do brasileiro.

O João, filho do Penedas, namorado da Aninhas, com quem ia casar lá para as vindimas, contou em casa dela uma história que muito fez rir. Batera à porta do brasileiro e logo da janela tinham perguntado:

— Quem é?

Dissera o nome, sem ver quem lhe falava, e a mesma voz tinha interrogado:

— Olá! Você que quer?

Vai-se a ver, era o diacho do tal papagaio...

— Não que ele parece mesmo bruxaria — comentou a tia Rosinha.

Só o outro filho do Penedas, o Manuel, que fora soldado no Porto, no 18, onde «amargara» dois anos no meio de sargentos brutais que o esbofeteavam, só esse é que dizia, com ares superiores, ter já visto muito papagaio:

— Lá na cidade, na Rua do Almada, perto do quartel, até havia um que fazia «psst», rindo-se depois de quem olhava para trás.

*

Mas havia apenas três dias que chegara o brasileiro, e na aldeia só se falava no papagaio, quando este, conseguindo desprender-se, teve a extraordinária ousadia de voar para o pinhal, indo pousar no galho de um pinheiro, mesmo por cima do caminho.

Caía um sol ardente. E o dia, um dia sereno, sem uma aragem a agitar as folhas, era de uma claridade triunfal. Do fundo do vale subia o ruído cantante de águas sobre seixos.

O Zé da Quinta regressava da feira. Varapau ao ombro, jaqueta dependurada do marmeleiro, caminhava alegremente, a assobiar, espreitava, de cara no ar, as rolas que atravessavam o pinhal e fazia tilintar de vez em quando as moedas na bolsa. Demorara-se, sim, mas o negócio tinha sido bom. De súbito,

parou. No galho torcido dum pinheiro bravo, estava um passarão esquisito, nunca visto, de bico torto, olho redondo, penas multicores. Rica plumagem! Penas verdes, azuis, amarelas... Nunca na sua vida...

— Vou ver se o apanho — pensou ele, de repente —, para o levar às raparigas. Lindo pássaro, sim, senhor!

Tinha a mão certa. E depois, estava decididamente em maré de sorte.

Pôs o cacete no chão, apanhou uma pedra, recuou a perna direita, puxou o braço atrás, e o projectil sibilou. O estranho «pássaro» viu-o passar bem perto, mas nem sequer se mexeu: permaneceu impassível, a olhar de lado, fixamente, o olhinho quieto. Foi segundo seixo, foi terceiro, e outro, e outro... Filosoficamente, o esquisito passarão via passar as pedras e continuava a fitar o inimigo, com a cabeça tombada, o olho redondo...

— Esta agora! — pensou o Zé, admirado. — Pois já que não foges, vou eu lá buscar-te.

Foi trepando de mansinho, abraçado à árvore. O «pássaro» tombara a cabeça para o outro lado e via-o subir. Depois o Zé, quando chegou ao alcance do lindo presente que levaria às irmãs — como elas haviam de ficar contentes! — ia a estender o braço, via-se já senhor do bicho... Mas o «pássaro», numa voz rachada e grossa, pronunciou:

— Olá! Você que quer?

O Zé da Quinta, olhos arregalados, a boca escancarada de assombro, não soube senão levar a mão ao chapéu, respeitosamente, e pedir desculpa, com um «ah!» muito demorado:

— Ah! Faça 'vor de desculpar, meu senhor, que eu cuidei que vossemecê era um pássaro!

(1913).

NENO VASCO

DR. AFONSO LOPES VIEIRA

POETA E ESCRITOR



EM certo dia do ano de 1923 — trabalhava eu então na extinta tipografia da Biblioteca Nacional — mandou-me chamar o chefe da oficina para me apresentar um novo cliente, que desejava incumbir-me dum trabalho. Era o doutor Afonso Lopes Vieira, o qual declarou conhecer-me muito bem, apesar de nunca me ter falado. Disse-me ter travado conhecimento com a minha pessoa através d'*A Batalha*, de que se confessou leitor assíduo, acrescentando que, por saber quanto nos esforçávamos por seguir, no diário operário, a ortografia que fora objecto da reforma de 1911, desejava encarregar-me de rever a edição da sua *Diana* e bem assim dar-me a revisão da revista *Lusitânia*, que em breve appareceria.

Essa revista — uma das melhores que se têm publicado em Portugal — teria como directora a excelsa D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e como animador o doutor Afonso Lopes Vieira.

Passei a ser desde então o revisor do consagrado Poeta, que todas as tardes era certo na tipografia da Biblioteca Nacional, onde, além da *Lusitânia*, se imprimiram as obras que publicou até 1927, e seu revisor continuei sendo, até à data em que lançou o último volume.

Afonso Lopes Vieira, além de Escriitor de prosa vernácula, maciça, possuía qualidades de esteta requintado, como verificará

quem haja passado pela sua casa de S. Pedro de Moel — que deixou para servir de sanatório aos filhos dos vidreiros da Marinha Grande, e bem assim aos dos trabalhadores do pinhal de Leiria — e compulsado também os livros que escreveu. Cumulativamente, era um distinto Revisor, predicado raro em autores, que de ordinário são péssimos correctores tipográficos.

Em ideias estávamos em pólos opostos. Ele era integralista, eu o que sou hoje e que sempre fui. Nunca tivemos, porém, o mais leve atrito, antes existiu invariavelmente entre o avançado e o nacionalista a melhor camaradagem.

Não só eu, como todos os gráficos da extinta tipografia da Biblioteca Nacional — a mais bem montada oficina em que tenho trabalhado —, possuíamos em Afonso Lopes Vieira um amigo de *verdad*.

Deu provas disso não apenas com palavras, mas com actos duma eloquência incontrovertida.

Para o atestar basta recordar a sua atitude nobre, desassombrada, rectilínea, quando do conflito que tive com o doutor Fidelino de Figueiredo, no tempo em que este foi director da Biblioteca Nacional.

Na tarde do incidente, quando se dirigia para o edificio da Biblioteca, alguém o informou do que ocorrera. Retrocedeu imediatamente, encaminhando-se para o Governo Civil, em cujos calabouços estava não só a minha pessoa, mas também doze colegas, cujo papel havia sido o de terem presenciado a movimentada cena, de que o Poeta conhecia os antecedentes. Queria falar-me, mas como tivesse passado já a hora da visita e, além disso, por que me houvessem posto incomunicável, e bem assim ao meu camarada Aníbal Pinheiro, por sinal no mais repugnante dos calabouços — o dos mendigos, onde os nauseabundos percevejos e outros daninhos parasitas eram em profusão —, teve maneira de mandar-me dizer, por um cabo de polícia, que, se me levassem ao tribunal para responder, desejava ser minha testemunha de defesa.

No dia seguinte os rotativos, dando largo relato do caso, com o espírito de isenção que lhes é peculiar, fizeram nutrido tiroteio contra a minha pessoa, colocando-se ostensivamente, é claro, a favor do director da Biblioteca, que, além do mais, era

bacharel em letras, ao passo que eu e os meus colegas não passávamos de subgente: simples manejaadores de letras, embora, pelo que me concerne, tenha incomensurável honra nisso.

*

No dia do meu julgamento, Afonso Lopes Vieira, que, quer pela sua condição de Escriitor, quer pela sua categoria social, quer ainda pelas suas ideias políticas, estava muito mais próximo do director da Biblioteca do que de mim, fez, em pleno tribunal, uma altissonante defesa do operário tipógrafo, de quem disse ter muita honra em considerar-se camarada, no que foi secundado pelo falecido doutor José de Figueiredo, director do Museu das Janelas Verdes, igualmente cliente da tipografia da Biblioteca; pelo meu antigo camarada e velho amigo doutor Aurélio Quintanilha, ao tempo professor da Universidade de Coimbra, e ainda pelo professor doutor Ferreira de Macedo, que, muito doente nessa ocasião, se levantou da sua cama, com evidente sacrificio, para, apoiado a duas bengalas, subir ao tribunal da Boa-Hora, num gesto de rara elegância, que ainda hoje não posso recordar sem funda emoção. Não devo esquecer também a alta isenção de Ramada Curto, o meu distinto patrono, que, espontaneamente, quis tomar a defesa do excomungado.

Medularmente artista, Lopes Vieira tinha-me dito, uns dias antes da audiência: «Vieira: temos de fazer do seu julgamento uma tarde de Arte». Foi, efectivamente, uma tarde em que se fez Arte, e não exclusivamente Arte, mas também Justiça.

Nessa ocasião até os aludidos rotativos, talvez por que o vento tinha amainado, me acharam um *tipo* não direi simpático, mas menos rebarbativo do que três meses antes...

Tamanhas proporções assumiu a impressão produzida pelo julgamento que o meu opositor não só não teve a coragem de voltar à Biblioteca, mas, furioso com o ruído feito em volta do acontecimento e mercê da incómoda posição em que ficara, lançava-se, pouco tempo depois, numa grotesca *bernarda*, tendo sido preso e enclausurado na Penitenciária por haver pretendido impor

ao então director da Imprensa Nacional um decreto em que era nomeado um novo ministério, no qual, se bem me recordo, se reservava uma pasta para si.

Não obstante, eu é que era o *desordeiro*...

*

Foi acaso uma atitude esporádica esta do Dr. Afonso Lopes Vieira? De modo nenhum. A Raul Proença — também um carácter íntegro e grande Escritor, que em Paris tive ensejo de conhecer melhor e mais de perto —, deu ele guarida amiga em sua casa, num momento em que o fogoso panfletário republicano estava sendo tenazmente procurado pela polícia. E, todavia, tratava-se dum seu activo adversário político, precisamente do Escritor que, até hoje, mais duramente atacou entre nós o Integralismo — o ideal político de Afonso Lopes Vieira.

Este, que exteriormente parecia uma criatura menineira, pueril, era, ao contrário, dotado de qualidades másculas, possuindo forte coragem moral, como o demonstrou em várias circunstâncias da sua vida.

*

Quando tive a desgraça de perder minha primeira mulher, Afonso Lopes Vieira, que, sempre que qualquer tormenta me agitava a vida, dava sinal de presença, mandara-me algumas palavras amigas, dizendo não me poder abraçar pessoalmente por se encontrar doente. Não corri logo a sua casa, como era aliás meu dever, não só porque me retirara por alguns dias de Lisboa, mas também porque supus tratar-se dum caso ligeiro de gripe. Fiquei roído de remorsos quando, volvido algum tempo, um camarada me deu, pelo telefone, a brutal notícia do seu falecimento.

Penso que de algum modo atenuo a falta cometida, restando, numa hora em que por aí campeia uma podridão moral infrene, a homenagem do meu respeito e da minha gratidão à memória do Escritor, do Artista e do Amigo.

OS BOIS

*Os bois! Fortes e mansos, os boizinhos,
leões com corações de passarinhos!*

*Os bois! Os grandes bois, esses gigantes,
tão amigos, tão úteis, tão possantes!*

*Vêde os bois a puxar, pelas estradas,
aquelas pesadíssimas carradas.*

*O corpo deles, com o esforço, [reme,
e o carro geme, longamente geme...*

*O carro geme, geme longamente,
e os bois vão a puxar, cansadamente.*

*E à noite, pela estrada tão sôzinha,
o carro geme, geme, e lá caminha...*

*E parece, p'la noite envolta em treva,
que é o carro a chorar por quem o leva.*

*Vêde o boi a puxar à velha nora,
que parece também que chora, chora.*

*A nora chora, e o boi, cansadamente,
anda à roda, anda à roda, longamente...*

*E parece, pela tarde erma que expira,
que é a água a chorar por quem a tira.*

*Mas vêde os bois, também nessa alegria
de trabalhar na terra, à luz do dia!*

*Vêde os bois puxar ao arado, agora,
que o lavrador conduz p'lo campo fora!*

*Eis um canto de amor no ar se espalha:
— é a terra a cantar por quem trabalha!*

*O arado rasga a terra e os bois, passando,
com seus olhos a vão abençoando.*

*Sem as suas fadigas e canseiras,
não teriam florido as sementeiras!*

*Sem a sua força, sem a sua dor,
não estava rindo a terra toda em flor!...*

*E por onde os bois lavraram
as fontes frescas brotaram,
as árvores verdejaram,
os passarinhos cantaram,
as flores lindas floriram,
os campos reverdeceram,
os pães cresceram
e os homens sorriram!...*

(1927)

AFONSO LOPES VIEIRA

ÍNDICE

	PÁG.
<i>INTROÍTO</i>	IX
JOAQUIM DOS ANJOS — Tipógrafo, Revisor e Tradutor	1
JOSÉ BENEDY — Tipógrafo, Fotógrafo e Fotogravador	5
JOÃO BLACK — Tipógrafo e Bibliotecário	11
JOÃO CALDEIRA — Operário Pedreiro	17
PERFEITO DE CARVALHO — Operário Tipógrafo	23
SEVERINO DE CARVALHO — Notário e Publicista	33
MÁRIO CASTELHANO — Ferroviário da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	39
MIGUEL CORREIA — Ferroviário	47
EMÍLIO COSTA — Professor de Ensino Secundário	55
JOSÉ MARIA GONÇALVES — Tipógrafo e Bibliotecário	65
EVARISTO JUDÍCIBUS — Antigo Operário Tipógrafo	75
DR. ADOLFO LIMA — Professor, Pedagogo e Escritor	81
JOÃO DE CAMPOS LIMA — Advogado, Jornalista e Escritor	87
HILÁRIO MARQUES — Operário Caldeireiro	95
ALFREDO MONTEIRO — Manufactor de Calçado	103
CÉSAR NOGUEIRA — Publicista	113
JOSÉ ANTÔNIO PADESCA — Operário Serralheiro	127
ANTÔNIO ALVES PEREIRA — Litógrafo-Stampador	131
AUGUSTO CARLOS RODRIGUES — Guarda-Livros	137
BERNARDO DE SÁ — Condutor de Obras Públicas	143
JOÃO PEDRO DOS SANTOS — Operário Correeiro	153
TELXEIRA SEVERINO — Tipógrafo e Revisor-Tipográfico	159
JOSÉ RODRIGUES REBOREDO — Operário Confeiteiro	167
LIBÂNIO DA SILVA — Mestre de Tipógrafos	173
AUGUSTO CÉSAR DE SOUSA — Operário Tipógrafo	177
AVELINO DE SOUSA — Tipógrafo e Bibliotecário	181
JOSÉ RICARDO DE SOUSA — Tipógrafo e Revisor-Tipográfico	187
DR. NAZIANZENO DE VASCONCELOS — Correspondente de Línguas Es- trangeiras e Escritor	191
DR. AFONSO LOPES VIEIRA — Poeta e Escritor	199



MAU GRADO NOSSO, O PRESENTE VOLUME APRESENTA, ALÉM DE DEFICIÊNCIAS DE REDACÇÃO, DIVERSAS GRALHAS, QUE NÃO SÃO APENAS DA RESPONSABILIDADE DOS COMPANHUIROS TIPÓGRAFOS, POIS CABEM TAMBÉM AOS REVISORES. AS QUE SE NOS DEPARARAM NÃO SÃO GRAVES, PELO QUE AS NÃO ANOTAMOS, DEIXANDO ESSE ENCARGO AO LEITOR.